

Mirella Ramos Costa Pessoa



Série Livro-Texto



82%

75%

98%



CÓDIGO ID: 581485174-463

DATA DE ACESSO: 13/05/24

COORDENADAS: -8.0485188, -34.9598484

GÊNERO: FEMININO

FAIXA DE IDADE: 60-80

GRUPO ÉTNICO: PARDO

PARTE DO CORPO HUMANO: ROSTO



Faces do futuro

imagens da velhice no regime
de visibilidade contemporâneo

Mirella Ramos Costa Pessoa

Faces do futuro

imagens da velhice no regime
de visibilidade contemporâneo

Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Alfredo Macedo Gomes

Vice-Reitor: Moacyr Cunha de Araújo Filho

Pró-Reitoria de Graduação

Pró-Reitora: Magna do Carmo Silva

Diretora: Fernanda Maria Ribeiro de Alencar

Editora UFPE

Diretor: Junot Cornélio Matos

Vice-Diretor: Diogo Cesar Fernandes

Editor: Artur Almeida de Ataíde

Comitê de avaliação

Adriana Soares de Moura Carneiro, Ana Célia Oliveira dos Santos, Addressa Suely Saturnino de Oliveira, Arquimedes José de Araújo Paschoal, Assis Leão da Silva, Ayalla Camila Bezerra dos Santos, Chiara Natercia Franca Araujo, Deyvylan Araujo Reis, Djailton Cunha, Flavio Santiago, Hyana Kamila Ferreira de Oliveira, Isabel Cristina Pereira de Oliveira, Jaqueline Moura da Silva, Jorge Correia Neto, Keyla Brandão Costa, Luciana Pimentel Fernandes de Melo, Márcia Lopes Reis, Márcio Campos Oliveira, Márcio Vilar França Lima, Maria Aparecida Silva Furtado, Maria da Conceição Andrade, Michela Caroline Macêdo, Rodrigo Gayger Amaro, Rosa Maria Oliveira Teixeira de Vasconcelos, Shirleide Pereira da Silva Cruz, Tânia Valéria de Oliveira Custódio, Waldireny Caldas Rocha

Editoração

Revisão de texto: Fabiane da Silva de Souza

Projeto gráfico: Ildembergue Leite

Diagramação: Adele Pereira

Imagens da capa: Jair Hernandez, via Pexels, e Erik Mclean, via Unsplash, adaptadas com auxílio de inteligência artificial (preenchimento generativo) e outras ferramentas

Catálogo na fonte

Biblioteca Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

-
- P475f Pessoa, Mirella Ramos Costa.
Fases do futuro [recurso eletrônico] : imagens da velhice no regime de visibilidade contemporânea / Mirella Ramos Costa Pessoa. – Recife : Ed. UFPE, 2024.
(Série Livro-Texto)
- Inclui referências.
ISBN 978-65-5962-218-4 (online)
1. Velhice. 2. Comunicação. 3. Visibilidade. 4. Previsão. 5. Envelhecimento – Aspectos sociais. I. Título. II. Título da série.

305.26

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2024-020)

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.



SÉRIE LIVRO-TEXTO

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pautada pelos princípios da democracia, da transparência, da qualidade e do compromisso social, assume a Educação Superior como um bem público e um direito de todas e todos. Nesse sentido, estimula a melhoria das condições do trabalho docente, a inserção de metodologias de ensino inovadoras e a articulação dos conhecimentos teóricos e práticos nas diferentes áreas do saber como instrumentos de promoção de uma formação científica, humanística e artística que prepare nossos estudantes para a intervenção na realidade, segundo o compromisso com o desenvolvimento integral e sustentável, a equidade e a justiça social. Assim, a UFPE, por intermédio da Pró-Reitoria de Graduação e da Editora UFPE, oferta à comunidade acadêmica e à sociedade mais uma seleção da Série Livro-Texto, com o objetivo de contribuir para a formação da biblioteca básica do estudante de graduação e para a divulgação do conhecimento produzido pelos docentes desta Universidade. Em busca de uma melhor dinâmica para o recebimento de originais, este edital (Edital simplificado nº 22/2022 de incentivo à produção e publicação de livros digitais) estabeleceu janelas de submissão em momentos distintos,

oportunizando uma melhor organização por parte dos agentes envolvidos na elaboração e na edição desses materiais. Os livros selecionados, que contemplam diferentes áreas do saber, representam o esforço de discentes (de graduação e pós-graduação) e servidores (docentes e técnicos) e da gestão da Universidade em prol da produção, sistematização e divulgação do conhecimento, um de seus principais objetivos.

Alfredo Macedo Gomes

Reitor da UFPE

Moacyr Cunha Araújo Filho

Vice-Reitor da UFPE

Magna do Carmo Silva

Pró-Reitora de Graduação (Prograd)

Fernanda Maria Ribeiro de Alencar

Diretora da Prograd

*Para D. Nilda: avó, madrinha, exemplo, conforto,
fortaleza e inspiração.*

AGRADECIMENTOS

À Claudia Linhares Sanz, orientadora, professora e inspiração que, ao longo desses anos de contato, buscou em todas as oportunidades criar as condições para que o “isso que me passa” acontecesse em cada nova aula, cada nova leitura, cada nova orientação. Certamente, hoje eu não sou mais a mesma e você foi parte fundamental nesse processo de transformação que foi o mestrado.

Aos meus avós, Nilda e Ulisses, fonte de contato diário com a realidade da velhice, primeiro despertar do interesse em investigar com olhar terno – e ao mesmo tempo crítico – o que seria e o que poderia ser esse futuro que alcançará todos nós.

Às minhas irmãs, Lysia e Natália, ouvidos pacientes nos dias de ansiedade e conflitos internos, fosse com a pesquisa, com a família, com as finanças, com a vida. Obrigada pela paciência, pelas confidências, pelo amor fraterno incondicional.

Às amigadas que fiz na pós, especialmente as de Ingridde e Fabiane, as genealógicas do meu coração que tornaram essa difícil jornada de pesquisa um pouco mais leve. Desejo que todos os estudantes de pós-graduação possam encontrar uma rede tão cheia de carinho e apoio como eu encontrei em vocês.

Ao GRITS, grupo de pesquisa Imagem, Tecnologia e Subjetividade, espaço de inquietação e debate, pensamento e imaginação, e, sobretudo, de acolhimento e companheirismo de todos que tentam fazer do ambiente acadêmico esse lugar frutífero de ideias e transformações.

Às minhas professoras, Fabíola Calazans, Dione Moura, Gabriela Freitas por terem sido companheiras inspiradoras desde o primeiro semestre de graduação na FAC. Em vocês: Claudia, Fabíola, Gabriela e Dione, mulheres fortes que tive a sorte de ter no meu caminho, me espelho alimentando o sonho de tornar-me professora e poder seguir atuando na transformação de realidades dentro das salas de aula.

Aos meus alunos no Departamento de Comunicação da UFPE, que nos últimos dois anos foram o motor que movimentava a minha vontade de seguir na docência. Obrigada pelas perguntas, pelas provocações, pelas injeções de ânimo nos dias de maior exaustão.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES), pela bolsa de mestrado que financiou a realização da pesquisa que resultou nesta publicação.

À Universidade de Brasília, o lugar onde tudo começou.

*A sorte maior será a do autor que, na velhice,
puder dizer que tudo o que nele eram pensamentos
e sentimentos fecundantes, animadores, edificantes,
esclarecedores, continua a viver em seus escritos, e que
ele próprio já não representa senão a cinza, enquanto
o fogo se salvou e em toda parte é levado adiante.*
Friedrich Nietzsche

SUMÁRIO

Apresentação: no pensamento, a velhice por vir 11
Claudia Linhares Sanz

Introdução: do silêncio à profusão discursiva acerca
da velhice 18

1. Velhice e biopoder: do estágio da vida ao estado
de espírito 34
2. Velhos sábios, velhos *up-to-date*: deslocamentos
dos sentidos da experiência 60
3. Velhice como futuro nas biopolíticas do tempo:
o perigo de viver demais 86

Conclusão: por uma outra margem de possíveis 113

Referências 119

APRESENTAÇÃO

No pensamento, a velhice por vir

Claudia Linhares Sanz¹

Motivos para comemorar a publicação do primeiro livro de Mirella Pessoa não faltam. Começemos pelo tema. Como muitos dos bons trabalhos que fazem pensar o mundo na sua complexidade, seu livro nasceu de uma inquietação intelectual profundamente vinculada ao afeto. Mais diretamente, ao amor que ela encontrou em sua avó. Também como as de Mirella, minhas avós tiveram um canto importante na minha história; duas mulheres absolutamente distintas, mas que (cada uma a sua maneira) me acolheram de um jeito que nenhuma outra pessoa no mundo pôde fazer. Havia algo no contato com a pele já fina e enrugada, com o cheiro das coisas guardadas, com as horas lentas e com as caligrafias que desenhavam nos cartões de festas que me fazia sentir vínculos com épocas distantes, me fazia ter a sensação de que havia outros, antes e depois de mim, me fazia sentir que a vida era um rio que correria, maior e mais poderoso do que minha existência pontual. Na dedicatória da

¹ Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense, professora da Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília, professora e pesquisadora da Pós-graduação em Comunicação (UNB) e líder do GRITS, grupo de pesquisa Imagem, Tecnologia e Subjetividade (CNPq).

primeira versão de seu trabalho, Mirella anuncia o reconhecimento de uma vida que não começou ali: “para D. Nilda: avó, madrinha, exemplo, conforto, fortaleza e inspiração”.

Acredito que, em muitos momentos, sua avó tenha aparecido nas entrelinhas de seu texto: uma aparição virtual, que a fazia reencontrar não apenas o sentido da escrita, mas também o sentido do pensamento em um mundo tomado de pragmatismo. Foi assim que Mirella usou a força e a garra de sua juventude para enfrentar o desafio de pensar contornos de um tema que, normalmente, não sensibiliza os jovens: os sentidos da velhice são em geral preocupações muito distantes para quem perdas e finitude são miragens longínquas. Tomando emprestada a vitalidade de quem vê nos estudos de Pós-Graduação a entrada para um mundo inteiramente novo, o tema aparece no trabalho de Mirella Pessoa, revigorado pela consciência profunda de que as análises teóricas e, em especial, os estudos de comunicação não devem ignorar as injustiças sociais que vigoram de maneira definitiva ainda no século XXI.

Diferentes das análises que, deslumbradas pelas virtudes tecnológicas, se perdem nas descrições das novas potencialidades informativas do mundo globalizado, seu texto vai no fulcro das sínteses disjuntivas contemporâneas. É, assim, um trabalho que opera identificando, explicitando e problematizando contradições, ambiguidades e paradoxos que convivem no âmago de nossa atualidade. Em primeiro lugar, nos faz ver a contradição de uma sociedade que, apaixonada pela força da juventude, amplia de maneira inédita a longevidade de seus cidadãos. Nos faz pensar acerca das ambiguidades de uma América Latina que passa a ter índice recorde de envelhecimento, como resultado de um processo árduo e lento de melhoria de alguns dos aspectos da qualidade de vida de seus habitantes, e que, por outro lado, joga essa mesma população em condições precárias tão trágicas, que a leva a índice também inédito de suicídio como saída para “sobrevivência”. Nos faz refletir sobre a tragicidade de um mundo que desenvolve tecnologias de ponta de prevenção e predição, mas simultaneamente experimenta uma sensação também insólita de imprevisibilidade e insegurança. Indagar acerca de uma sociedade que aposta no desenvolvimento tecnológico,

informacional, digital, algorítmico como maneira de alcançar patamares de eficácia, prazer, comunicação, segurança e velocidade nunca antes alcançados, tornando-se, concomitantemente, vampirizada por essa tecnologia: vigiada, monitorada, governada por lógicas maquínicas que vão ganhando uma espécie de autonomia aos princípios humanistas. Um mundo que aposta cada vez mais na liberdade de “ser o que se é”, ao mesmo tempo que submete todas as identidades e diversidades a modelo subjetivo do empresariamento.

De fato, ao tratar dos sentidos da velhice o trabalho de Pessoa acaba por se debruçar sobre o âmago das contradições da nossa atualidade e, em especial, as de nosso país. Pertinentes e atuais, as questões ali discutidas nos fazem ver que *slogans* tradicionais no imaginário brasileiro como “pra frente Brasil” já não parecem ter efeito como solução e justificativa sacrificial para as misérias atuais. Já não somos o país do futuro: pessoas de 65 anos ou mais já representam 10,9% da população, o que significa que, dos 203,1 milhões de brasileiros, 22,2 milhões estão nessa faixa etária, como indicam os dados do censo demográfico 2022 (IBGE, 2023). Nem os novos números dessa estatística que registra o maior salto de envelhecimento entre dois censos, nem a imediata repercussão nos meios de comunicação surpreendem. Não é novidade a leitura que esses números têm produzido na chave interpretativa neoliberal, chave que estrutura a racionalidade global e que aparece, de maneira exemplar, também nos circuitos midiáticos. Nessa perspectiva, as reformas da previdência realizadas em 2019 “não foram suficientes para livrar a saúde pública e o Estado brasileiro da sobrecarga de ter uma população mais velha” (CATTO, 2023). Também não é nada surpreendente, como denuncia Mirella Pessoa, que o aumento da expectativa de vida da população mundial seja visto como um preço caro demais, uma realidade “indesejável” para aqueles que “financiam esse contrato de vida prolongada”, um risco social e individual, como aparecem nos enunciados coletados pela autora. Não por acaso, essas narrativas argumentam que para salvar a economia será necessário dividir a conta com “cada um de nós”, aumentar a idade mínima para aposentar, criar sistemas para que cada cidadão se responsabilize por guardar seu dinheiro, caso queira parar

de trabalhar algum dia. De fato, a reforma da previdência aparece como medida imprescindível para a instauração dessa nova forma política que, tendo-se tornado mundial, impõe a todos os governos, economias e culturas a lógica do mercado, enfraquecendo, conseqüentemente, lógicas de solidariedade e de direitos que, graças às conquistas históricas, garantiram aos mais velhos um mínimo de proteção social. De acordo com a nova ordem social, é o próprio Estado que deve mobilizar essa guerra a favor do capital. Os idosos, então, aparecem na mira dessa declaração bélica, sendo convocados a integrar as camadas produtivas, permanecer eternamente ativos, alimentar seus espíritos jovens, empreender continuamente, contribuindo para si e para o “bem da sociedade”. Como afirmam Dardot *et al.* (2021), a população inteira precisa se sentir mobilizada pela guerra econômica, e as reformas do direito trabalhista e da proteção social são realizadas justamente para favorecer o envolvimento universal nessa guerra.

A questão não é simples. Como o livro de Mirella demonstra exemplarmente, os velhos de hoje estão diante de desafios gigantesco que, por outro lado, não são exatamente maiores (nem menores) do que aqueles que os velhos de ontem tinham à sua frente. Ser velho tem sido, já há muitos séculos, lutar para continuar sendo gente, como denunciava a pensadora Marilena Chauí, em um belo texto, redigido para arguição da defesa da tese de livre-docência de Ecléa Bosi (1979), que acabou se tornando um livro fundamental no Brasil sobre o tema, *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. Falar sobre a velhice, como tratou Chauí, é expor uma ferida aberta em nossa cultura, há séculos e de muitas maneiras:

Como se realiza a opressão da velhice? De muitas maneiras, algumas explicitamente brutais, outras tacitamente permitidas. Oprime-se o velho por intermédio de mecanismos institucionais visíveis (a burocracia da aposentadoria e dos asilos), por mecanismos psicológicos sutis e quase invisíveis (a tutela, a recusa do diálogo e da reciprocidade que forçam o velho a comportamentos repetitivos e monótonos, a tolerância de má-fé que, na realidade, é banimento e discriminação), por mecanismos técnicos (...), por mecanismos científicos (as “pesquisas” que demonstram a incapacidade e a incompetência sociais do velho) (CHAUÍ, 1979, p. XXIII).

Não há, nesse sentido, nenhuma nostalgia histórica quando pensamos nas formas de submissão e desvalorização social dos velhos. Há, no entanto, deslocamentos que convivem com antigas sujeições revigoradas, descontinuidades que se articulam com atualizações tanto nas formas pelas quais tais sujeições são instituídas quanto nos discursos que as sustentam e nos sentidos que produzem. Para Chauí (1979, p. xxiii), o trabalho de Bosi, fazia “ver a opressão que se abate sobre todos na forma da velhice, como se nesta viessem a se concentrar todas as formas de exploração, de espoliação e de segregação, numa síntese que é também a última gota do cálice”. De fato, existem muitos modos de envelhecer, no Brasil e no mundo, já que o envelhecimento é um fenômeno profundamente desigual, indissociável do sistema de produção, dependente das classes sociais, dos extratos econômicos, dos contextos territoriais e culturais dos países. No envelhecimento, entretanto, as desigualdades sociais que estruturam o sistema capitalista e seu mundo do trabalho aparecem de forma ainda mais brutal, e a ferida aberta, irremediável. Aliás, “como deveria ser uma sociedade para que na velhice um homem permaneça um homem? A resposta é radical (...): Seria preciso que ele sempre tivesse sido tratado como um homem” (CHAUÍ, 1979, p. xxiii).

Seria preciso outra sociedade, outro sistema econômico e político que não esses que conhecemos e que, pelo menos desde o advento do capitalismo liberal, se têm materializado também nas formas de envelhecer. De fato, não apenas ser velho é indissociável dos sistemas políticos e sociais, como também os deslocamentos históricos que esses sistemas sofreram e sofrem são impensáveis sem que sejam também deslocadas as descrições etárias, as compreensões e as normas acerca do que é ser jovem ou velho, produtivo e improdutivo, útil ou inútil socialmente. É o que Mirella nos mostra de maneira perspicaz: a passagem da sociedade liberal para a neoliberal atua no envelhecimento não apenas porque torna possível e “natural” o ataque aos sistemas de proteção, como a previdência, daqueles que trabalharam toda a sua vida. Também porque tais deslocamentos atuam igualmente nas maneiras como a idade é vivenciada pelos próprios indivíduos, nas relações do sujeito com

ele mesmo, com seu corpo, sua memória, seus desejos, sua sexualidade, seus sonhos e sua experiência de finitude. Como percebe a autora, o capitalismo neoliberal forma (e deforma) o porvir, e, com ele, também o que imaginamos como destino para cada um de nós. Assim, também na experiência da velhice como futuro, os anéis da serpente são ainda mais complicados do que os buracos da toupeira, como alertou Deleuze (1992).

Nesse sentido, Mirella possibilita identificar como são discretos os modos atuais de governar nossas condutas; de que maneira estão entrelaçados tanto aos dispositivos psíquicos quanto aos funcionamentos maquínicos dos dispositivos tecnológicos, encarnados em narrativas sobre a saúde e o bem-estar, segurança e beleza. Aqui cabe enfatizar o mérito das perspectivas metodológicas do trabalho realizado por Mirella. Compreendendo que o envelhecimento não é homogêneo, sua pesquisa aposta, entretanto, em identificar algumas linhas hegemônicas que atuam como vetores históricos na relação entre velhice e poder. Assim, escava com habilidade o presente, perfura o que está assentado na racionalidade neoliberal, estremece o que se naturaliza diante de nós. Traz à luz as imagens variadas dessa paisagem contemporânea. Cria, então, um tecido teórico rico e cheio de nuances, possibilitando que o leitor compreenda de que maneira, em sua própria atualidade, está colocada em curso uma construção social da velhice: nela, formas específicas de sujeição disputam os sentidos do envelhecimento com as forças vitais de subjetivação.

Trata-se de fazer ver, no visível, o invisível – ver o corpo anônimo de práticas espalhadas por diversos lugares que constitui esse diagrama hegemônico, que atua como efeito de conjunto de posições estratégicas, que investe pontos múltiplos, se apoiando também de forma múltipla e heterogênea, a partir de uma série de complexas engrenagens, atuando e atravessando, de maneiras diferentes, grupos sociais diversos. Nesse trabalho de desvelamento, o texto de Pessoa nos faz especular sobre a tarefa do pensamento numa época em que tudo parece exposto, em que a visibilidade é um imperativo, injunção social e pessoal, ao lado de outros imperativos como o da eficiência, da velocidade e da juventude. Tarefa de ver

a complexidade no que parece sem mistério. Por isso, são muitos os motivos para comemorar o livro de Mirella – motivos que podemos ver agora e motivos que ainda não podemos ver. Que serão percebidos, entretanto, pelos olhos (e ouvidos) que ainda estão por vir.

Novembro de 2023

Referências

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, São Paulo: T.A.Q., 1979.

CATTO, André. Rápido envelhecimento da população pode refletir na atividade e sobrecarregar saúde pública e Previdência; entenda. *Economia*, G1. Publicado em 27/10/2023. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/10/27/censo-2022-envelhecimento-populacao-reflexos-economia.ghtml>. último acesso, 28 de outubro de 2023.

CHAUÍ, Marilena. Os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*, São Paulo: T.A.Q., 1979.

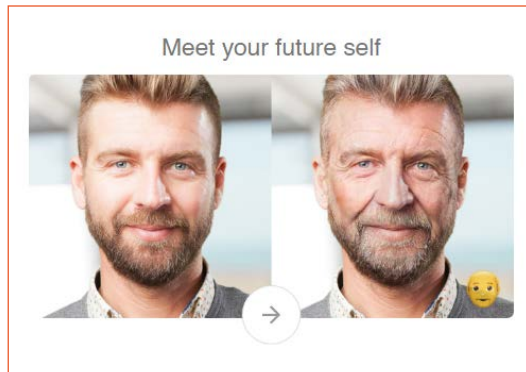
OT, Pierre et al. *A escolha da Guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*. São Paulo: Elefante, 2021.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Censo demográfico 2022: população por idade e sexo. Publicado em 27/10/2023. Disponível em <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/downloads.html?localidade=BR>. Último acesso, 28 de outubro de 2023.

INTRODUÇÃO

Do silêncio à profusão discursiva acerca da velhice



“Encontre com o seu self do futuro”
(FaceApp, 2018)

Amanhã nós seremos mais de 250 milhões e 50 milhões terão passado dos 60 anos. O que isso significa além do fato de que viveremos mais?
Manifesto “A Nova cara da terceira idade”
(NOVA CARA, 2013)

Em 2013, quando o publicitário Max Petrucci idealizou o projeto da Nova Cara da Terceira Idade, o “amanhã” foi a ideia que disparou a pergunta principal do vídeo sobre a criação de uma nova iconografia representativa da população acima de 60 anos no Brasil. Max Petrucci contou, em uma palestra, no conhecido formato dos TEDx Talks, como ele e sua equipe procuraram “mudar o símbolo para mudar a sociedade”. Segundo ele e a campanha que resultou no novo pictograma, a postura curvada e apoiada em uma bengala já não se encaixava mais na realidade de um país que não é mais jovem e que contabiliza mais de 20 milhões de pessoas acima dos 60 anos. Ele acrescenta:

E se a gente olhar para o idoso de fato como uma força de trabalho, com um potencial de trabalho de acordo com a realidade que o idoso tem hoje no Brasil? Olhando de forma positiva, a gente vê que isso é uma grande oportunidade, mas se a gente for olhar da forma antiga, pensando em previdência social, você já imaginou 50 milhões de pessoas no Brasil realmente atuando daquele jeito? (PETRUCCI, 2013).

O “jeito” a que o publicitário se refere é aquele que pensa a população acima de 60 anos como dependente, incapaz e fragilizada. Ele entende que essa imagem não mais condiz com o velho de hoje e também não poderá condizer com o velho que se espera do amanhã, futuro em que o número de pessoas nessa idade chegará a patamares elevados.

Não é mero acaso que o ícone despertasse interesse das agências de publicidade. O aumento da população na chamada “terceira idade”, assim como a peça publicitária destaca, também é ponto central no alerta dado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de que a população de idosos, em 2050, será um quinto da população mundial (KNOPLOCH, 2015). No Brasil, um bebê que nascia no ano de 2018 poderia viver até os 76,3 anos (CRELIER, 2019). Para os que nasceram em 2021, a expectativa já chegava aos 77 anos em média (PUENTE, 2022). Os dados divulgados pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, em 2060, a população brasileira acima de 60 anos poderá chegar a 25,5% (IPEA, 2018). E as estatísticas do último censo demográfico, divulgados ao final deste ano de

2023, confirmam essas projeções. Os números revelaram um aumento recorde no percentual de pessoas idosas do país. A parcela de pessoas idosas que compõem a população brasileira passou de um percentual de 7,4%, em 2010, para 10,9% de acordo com o censo de 2022 (VIECELI; MENON, 2023). As projeções do crescimento da população também são o argumento para que o maior site de buscas da internet defenda que algo está mudando e que precisamos falar sobre isso. Segundo a Google, em 2019, havia chegado a hora de “aposentar o seu conceito de velho” (MACEIRA; CALIXTO, 2019). Também para os desenvolvedores de relatórios de *insights* inovadores e para os analistas dos nichos promissores do mercado, existe algo nas projeções do crescimento da população idosa que vai “além do fato de que viveremos mais” (PETRUCCI, 2013).

Velhice e futuro parecem relacionar-se de diversas formas no contemporâneo. Não é apenas na perspectiva de crescimento da população que o envelhecimento se desenha como o amanhã projetado para todos nós. Afinal, se o “ciclo natural” da vida contemplaria – pelo menos tradicionalmente falando – as fases da infância, da adolescência e da vida adulta, em um senso comum, entender-se-ia que o futuro poderia também ser representado pelos nossos rostos enrugados. Não por acaso, em 2019, o aplicativo que fez sucesso entre os usuários de diversas redes sociais oferecia uma ferramenta de envelhecimento facial: o FaceApp. Por algum motivo, a imagem de nós mesmos com a face enrugada despertou a curiosidade de milhares de usuários e fez do FaceApp o “aplicativo mais baixado em todo o mundo durante o mês de julho” de 2019 (COSTA, 2019). Parece que futuro e velhice estão aqui entrelaçados em uma dinâmica que se alastra nas relações atuais entre subjetividade, temporalidade, imagens, tecnologia e diversos outros elementos: trata-se de uma nova relação que estabelecemos com o tempo do porvir e com os sentidos contemporâneos de velhice.

Diante de uma experiência particular com o futuro contemporâneo, muitas imagens do ser velho nos interpelam com discursos que por vezes parecem não se encaixar na ideia do avançar da idade e, por outras, soam tão “naturais” quanto imperceptíveis. Trata-se de um deslocamento de sentidos que se manifesta muitas vezes em

imagens paradoxais. Por um lado, estamos vivendo mais e acreditamos estar com mais disposição, saúde e qualidade de vida. Por outro, nos vemos enredados a outras lógicas que colocam essa vida a mais que ganhamos a serviço de um modo de ser na velhice que pode nos aprisionar ou limitar de outras formas, diferentes daquelas que estavam associadas ao declínio do corpo e da saúde. A velhice e os sentidos atribuídos a ela na nossa contemporaneidade já não parecem mais serem os mesmos de outros tempos, mas, certamente, continuam a ser uma expectativa do que poderá ser o amanhã. Simone de Beauvoir (1970, p. 8) acredita que “não nos queremos reconhecer no velho que haveremos de ser”. Na década de 70, ela decidiu quebrar o silêncio sobre a realidade incômoda da velhice e demonstrou como a sociedade capitalista escolhe silenciar e esconder o velho que não produz, que não serve às lógicas de acumulação de lucros e exploração. Entretanto, o que parece nos inquietar atualmente é uma certa profusão discursiva sobre a velhice contemporânea, que certamente pressupõe também silenciamentos, mas que organiza o campo do que é possível falar, do que é possível ver e do que é possível ser.

Nessa discursividade sobre o futuro e sobre a velhice – projeções econômicas, previsões estatísticas, imagens neurocientíficas, exames genéticos, simulações eletrônicas –, uma vasta gama de imagens circula no mundo contemporâneo anunciando que o porvir da velhice pode e deve ser mapeado. Falamos aqui de uma profusão de imagens sobre o futuro que, atuando como reorganizador de certas lógicas, exige progressivas estratégias e dispositivos de segurança que parecem cada vez mais demandar de todos nós as habilidades de prever o que ainda está por acontecer, de modo cada vez mais nítido e próximo do que sentimos como real (SANZ; PESSOA, 2020a, 2020b). Nesse sentido, não apenas os usuários do FaceApp lidam com imagens nítidas, pretensamente precisas do que se tornarão um dia. Todo nós, uns mais outros menos, estamos imersos em um senso de futuro que antecipa, simula e exige administração cada vez mais pessoal dessas ameaças (SANZ, 2019a; 2019b; SANZ; PESSOA, 2019). Como percebeu Agamben (2019), “o futuro, bem como a crise, é hoje um dos principais e mais eficazes dispositivos do poder”.

De que maneira, porém, uma dimensão como o futuro – não apenas abstrata, mas que ainda não existe propriamente –, aliada ao conceito de velhice, pode atuar hoje como dispositivo? Provavelmente porque, por meio de um conjunto heterogêneo de forças, peças, engrenagens, práticas, discursos, saberes e imagens, trabalha fabricando o presente. Alavanca certas ações; legitima forças sociais, neutraliza outras; atribui sentidos a certas verdades, descarta outras; dá corpo a uma racionalidade política e invalida outras; produz fenômenos sociais e igualmente atua nas condutas individuais; opera regulando políticas públicas do mesmo modo que orienta decisões íntimas. Assegura certos gestos e, sobretudo, modos de proceder – coletiva e individualmente. Atua como dispositivo também porque se efetua produzindo certa distribuição de olhares; olhares que, aliás, não miram apenas o que virá. O futuro, portanto, não é apenas uma *ideia* que reflete um modelo produtivo de poder, ele mesmo é um *dispositivo* produtivo desse modelo mais amplo (SANZ, 2019a; SANZ; PESSOA, 2020a).

Nesse sentido, caberia perguntar, então, de que maneira o futuro, compreendido como dispositivo, torna-se peça fundamental em uma profusão discursiva a respeito da velhice enquanto um amanhã projetado para todos nós. De que modo a experiência contemporânea que estabelecemos com o tempo do porvir altera também os sentidos atuais da velhice?

Compreendendo a velhice como um fato social muito além de um fato biológico, Beauvoir afirma que são muitas as velhices vividas ao longo da história da humanidade, em suas diferentes sociedades e que qualquer “alegação que pretende referir-se à velhice em geral, deve ser recusada” (BEAUVOIR, 1970, p. 15). No mesmo sentido, assim como Beauvoir, não pretendemos ignorar as particularidades da história e das sociedades em sua relação com a velhice nem com o futuro. Procuraremos, entretanto, entender como certas linhas de continuidade e possíveis rupturas se estabelecem em um tecido social e se relacionam à experiência do tempo, às forças políticas, econômicas e sociais, podendo fazer emergir certos sentidos para a velhice que se suponham hegemônicos, que se sobreponham e se embarcem aos modos de ser dos indivíduos, nutrindo outros

sentimentos para a velhice, fomentando expectativas, organizando desejos, fazendo emergir ou minguar lutas, legitimando e reforçando a criação de novas tecnologias.

Pensar a velhice, como defende Debert (1999), significa pensar, de forma ampla, as mudanças e transformações culturais que envolvem as formas de conceber, planejar, gerir “a experiência cotidiana, o tempo e o espaço, as idades e os gêneros, o trabalho e o lazer, analisando, de uma ótica específica, como uma sociedade projeta sua própria reprodução” (DEBERT, 1999, p. 12). Diríamos ainda que pensar a velhice significa também e principalmente pensar como sentimos e experienciamos o futuro, como nos planejamos, quais relações estabelecemos entre aquilo que entendemos como o futuro da velhice e o que queremos para nosso futuro enquanto velhos. Seja no amanhã, em que seremos mais de 50 milhões de idosos, ou na minúcia das rugas que tomarão conta de nossos rostos, o tempo futuro aparece como dispositivo que organiza as condutas, que dita políticas, que determina planos e projetos, dos mais globais aos mais individuais. Ou seja, como afirma a autora, “pensar na visibilidade alcançada pela velhice é atentar para o duplo movimento que acompanha sua transformação em uma preocupação social” (DEBERT, 1999, p. 12).

Olhar genealógico diante das imagens: escavando o passado, problematizando a atualidade

Pensar a velhice hoje a partir das suas relações com os regimes contemporâneos de visibilidade e com o regime de temporalidade atual nos exige recuar na história, não para encontrar a essência ontológica do ser velho, mas para desmontar, problematizar, colocar em suspeição o que hoje entendemos como velhice e a nossa atual relação com o tempo: para investigar quando e como emergem esses significados atuais. Nessa perspectiva, a imagem do velho empreendedor, ativo, longe da aposentadoria parada, parece ser menos um desenvolvimento natural da espécie e mais um sintoma de uma descontinuidade histórica, uma fratura de sentidos, que engendra imagens, regras, discursos, condutas, práticas, dispositivos

tecnológicos e de comunicação em uma lógica do capitalismo atual, configurando novos sentidos na velhice.

O gesto genealógico, criado por Nietzsche no final do século XIX e desdobrado nos trabalhos de Michel Foucault, nos incita a perguntar por que a velhice e os sentidos atribuídos a ela são objetos de pesquisa. Uma vez que possamos identificar esse objeto como sintomas de descontinuidades, de uma transição, de uma ruptura de sentidos, tal perspectiva nos direciona a pensar a respeito de quais urgências históricas os atuais sentidos da velhice respondem. Entendemos que os significados que estamos aqui desmontando para analisar as redes com as quais estão entrelaçados são produtos e produtores de um tipo de sujeito que se forma dentro de seu tempo histórico. São, ao mesmo tempo, *efeito* e *instrumento* de uma conjuntura que o constitui como tal. Desse modo, as reflexões aqui propostas partem de uma exigência do presente e inserem o gesto de revisitar o passado no intuito de pensar os sentidos da velhice em sua atualidade.

Ao observarmos o mundo a partir do gesto genealógico, entendemos que nada aparece de modo desinteressado na história, mas sim que emergem e se inventam sentidos e verdades como frutos de relações de forças que se alternam. As verdades podem ser colocadas em suspeição, de modo que seja possível enxergar pontos de virada, momentos de pulsão e resistência de forças alternantes. Esse modo de pensar os significados em contextos de luta constante de forças afasta-se da crença de que há um agente detentor do poder definidor da verdade que atua por trás de uma estrutura, determinando as existências que se devam valorizar ou descartar; entende-se que os modos de vidas e os sentidos são, concomitantemente, produtos e produtores de uma determinada realidade. É nessa escavação do presente, entre os “pergaminhos embaralhados e riscados” (FOUCAULT, 1979, p. 15), que formamos um *corpus* de investigação do presente. Partimos assim em busca de imagens exemplares, sintomáticas de um tempo histórico, acusatórias das lógicas de funcionamento, das relações de poder desse tempo. Por imagens, compreendemos um conjunto de enunciados: textuais, pictográficos, imagéticos ou audiovisuais; elementos que, circulando nos

meios de comunicação, tornam-se também produtos e motores das dinâmicas das quais fazem parte, fazendo vir à tona certas regras, códigos e modos de funcionamento de seu tempo.

Nesse percurso, colocamos aqui certas verdades em suspeição, de modo que fosse possível enxergar pontos de virada, momentos de pulsão e de resistência de forças alternantes. Dito isso, para que fosse possível entender como se constitui o ser velho hoje, retornamos ao passado, investigando, escavando, recolhendo arqueologicamente imagens que nos ajudassem a perceber – nas suas relações – significados históricos do ser velho e de nossa relação com o tempo do porvir, encontrando nelas condições de possibilidade que permitiram a emergência de novos sentidos. Para tanto, nos propusemos a vasculhar documentos, obras de arte, poemas, romances, reportagens, leis, registros, relatórios, manuais médicos, planos arquitetônicos, retratos de outros tempos que pudessem formar um conjunto de materiais capazes de trazer à tona os acontecimentos que não são contados na história lisa, linear e coerente que propõe uma progressividade dos fatos. A partir de uma inquietação do presente, perguntamos, historicamente, o que foi ser velho e, então, voltamos a esse presente para perceber que relações de forças possibilitaram forjar aquilo que concebemos enquanto velhice hoje.

Nesse caminho de investigação, entendemos que as imagens construídas em meio às tecnologias e aos meios de comunicação configuram verdades a respeito dos indivíduos e de suas experiências com o envelhecimento, que se articulam em regimes de poder e visibilidade. O sentido de regime discutido por Foucault – dedicado sobretudo à verdade – propõe o entendimento de que cada época possui seu regime específico, que é constituído pelas condições de possibilidade, por conjuntos de regras, leis, máquinas, instituições; um conjunto heterogêneo de elementos que torna possível ser verdade aquilo que é apreendido como tal. Cada formação histórica possui seu regime de verdade, seu conjunto de elementos que, enredado, produz as condições sobre as quais verdades são constituídas e cristalizadas em nossas percepções, nossos modos de ser e estar no mundo. Essas regras, técnicas e procedimentos colocam debates e assuntos em pauta, ou as silenciam, fazendo falar ou fazendo calar,

não somente no sentido repressivo, mas como em um “jogo de verdades” em que, numa luta constante, alternam-se em cena. Ao estudar a hipótese repressiva acerca dos discursos sobre sexo na modernidade e propondo-se a colocar em evidência o regime no qual estariam inseridas as verdades sobre a sexualidade, Foucault pretendeu:

Buscar as instâncias de produção discursiva (que, evidentemente, também organizam silêncios), de produções de poder (que, algumas vezes têm a função de interditar), das produções de saber (as quais, frequentemente, fazem circular erros ou desconhecimentos sistemáticos) (FOUCAULT, 1988, p. 17).

Ou seja, aquilo que é posto em discurso e o que é silenciado também são produtos e produtores de um regime de verdade de uma determinada formação histórica. Partindo do regime de verdade, o qual Foucault procura entender e desmontar, compreendemos que o regime de visibilidade vai além da formação discursiva, embora seja inseparável dela. Deleuze (1988) vai demonstrar essa articulação entre “o que se vê” e “o que se diz” e como um determinado momento da história possui suas condições específicas de visibilidade. Para ele, partindo da leitura dos estudos de Foucault, aquilo que se vê, aquilo se faz ver são formas de luminosidades, que jogam luz sobre as coisas, ou as colocam na obscuridade, não havendo um sujeito manipulando essa luz, ou alguém controlando a cortina que esconde ou faz aparecer. Deleuze diz que não há nada por trás da cortina, ou do pedestal, que coloca as coisas em evidência, mas que seria cada vez mais importante descrever essas formas luminosas, aquilo que fazem ver ou que parecem tentar esconder. O autor ressalta que “as visibilidades são inseparáveis das máquinas. Não que toda máquina seja óptica” (DELEUZE, 1988, p. 67), mas elas são uma reunião das regras e funções que fazem ver e que colocam luz ou obscuridão e opacidade sobre algo. Assim, as imagens da velhice, aquelas que, em evidência, acusam uma percepção histórica sobre o ser velho, configuram-se como verdades e fazem parte de um regime de visibilidade convergente ao seu estrato histórico; são formas de luminosidade que jogam luz a certos modos de ser na velhice que se cristalizam como verdades históricas sobre os significados e as práticas da velhice em um estrato histórico. Nesse sentido e

pensando a respeito das imagens encontradas nesse percurso, mais do que quebrar a “conspiração do silêncio” – trabalho profunda e cuidadosamente realizado por Beauvoir –, procuramos desmontar uma certa tagarelice contemporânea que parece se propagar sobre a velhice e sobre o que se espera dela. Uma profusão discursiva e intensa sobre formas de vida que se propagam constantemente nos circuitos hegemônicos de comunicação. Entendendo que, mais do que silenciar, faz-se falar, pensar, agir, sobre uma velhice que esteja adequada e ajustada às dinâmicas atuais. A respeito dessas dinâmicas procuramos nos debruçar, para então desmontá-las.

Em uma sociedade na qual o mundo se apresenta por meio de imagens, elas ocupam um lugar central na formação das subjetividades. Mais do que isso, elas passam a compor uma espécie de trama social, sendo mediadoras das relações sociais na atualidade. Mas não é como se houvesse máscaras entre nós, que, quando retiradas, revelariam nossas verdadeiras essências. As máscaras-imagens, com suas formas, alegorias, cores, moldes, incorporam-se a nossos rostos e com elas, entre elas, a partir delas fazemos ver o que somos, ao mesmo tempo em que elas atravessam a constituição de nossas existências e percepções de mundo, constantemente retroalimentando essa realidade na qual a imagem ocupa lugar central (SANZ; FERREIRA; SOUZA, 2018; SANZ, 2015). Na sociedade do espetáculo (DEBORD, 1997), ser visto é condição necessária de uma existência. O espetáculo, com sua especialização e suas imagens autonomizadas, é ao mesmo tempo fruto e projeto do modo de produção existente, centrado no consumo, em que tudo ganha seu status de mercadoria, em um caráter totalitário. Quase não existe fora do espetáculo e de seu bombardeio gritante de imagens audiovisuais mercadológicas. Antes de convertermos nossa velhice em fotografias compartilhadas nas redes sociais, antes de tentarmos materializar o futuro do nosso envelhecimento em imagens pretensamente acuradas, Debord (1997) já prenunciara uma era em que nós, nossos sucessos, conquistas, habilidades, projeções de futuro, saúde ou doença na velhice estariam expostos à avaliação e à validação do olhar do outro. Do mesmo modo, aquilo que entendemos por sucesso tem sua formação atravessada por esse mesmo espetáculo no

qual atuamos como engrenagens que nunca – na nova constituição de velhice – deixam de funcionar.

Afinal, o que essa nova configuração que a sociedade do espetáculo nos apresenta fez deixarmos para trás? Qual foi a velhice que ficou para trás? A velhice confinada e vigiada das *workhouses*? A velhice que transita entre o patológico e o normal das descrições médicas e dos controles de natalidade e mortalidade do século XIX? Ou a velhice da sabedoria e da experiência nas sociedades tradicionais baseadas na transmissão do saber pela oralidade? Quais velhices deixaram de ser vistas ou ganharam novas configurações no contexto descrito por Debord?

Neste livro², apresentamos, no início de cada capítulo, imagens-epígrafes: são imagens visuais, fotografias, gráficos, figuras publicitárias que não foram transcritas e transformadas em texto com o objetivo de manter sua força visual e servir como espécies de ícones do regime de visibilidade contemporâneo. Elas devem funcionar como disparadoras das problematizações que cada capítulo pretende realizar, e se articulam com outras imagens do interior dos capítulos, essas, então, imagens textuais. Nessa articulação pretendemos adotar uma perspectiva ampla dos significados das imagens e da sua relação com o pensamento: imagens visuais e textuais articuladas para pensar o regime de visibilidade. Assim, cada capítulo se inicia com seu conjunto de epígrafes que abrirá espaço para o debate de questões em que orbitam a velhice em seus sentidos hegemônicos, bem como as possíveis rupturas e transformações que elas puderam guardar na passagem para outros tempos ou outras dinâmicas sociais.

Partindo então dessa perspectiva, observamos, no primeiro capítulo, as relações de poder estabelecidas no passado e a emergência de um biopoder que se instala sobre as populações dos séculos XVIII e XIX. Percebemos como a administração da vida, do biológico em

2 Esta publicação é resultado de minha pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília e também fruto das leituras e debates teóricos propostos pelo GRITS – Grupo de pesquisa Imagem, Tecnologia e Subjetividade (CNPq), liderado pela Profa. Dra. Claudia Linhares Sanz, no qual ocupo o papel de membro e vice-líder.

todos seus aspectos, atuou na configuração de uma velhice própria da modernidade. Nesse contexto, a vigilância, a distribuição dos corpos velhos (sobretudo dos pobres) operaram em conjunto com a emergência de saberes que também estavam orientados por categorias como as da idade. Os saberes como as estatísticas, as taxas de natalidade, mortalidade, longevidade, fazem parte do conjunto de elementos que contribuiria para um sentimento (ARIÈS, 1986) específico da velhice, característico do período moderno. A idade como dispositivo (SAIS, 2011) e diferenciador vai aparecer como importante elemento no desenho da velhice moderna, aquela atribuída ao declínio do corpo, ao estágio do fim da vida, segundo uma perspectiva evolutiva (BIRMAN, 2015). No contemporâneo, entretanto, a vigilância passa a atuar de outra forma, agora de modo ubíquo e totalizante: o ato de vigiar a velhice contemporânea não mais se restringe aos espaços de confinamento, ampliando seu alvo de observação para os aspectos do envelhecimento, fragmentados nas doenças, nas rugas, nos fluidos, nas finanças e nos comportamentos que supostamente deveriam estar relacionados a uma velhice segura e saudável. Mais do que isso, a velhice passa a ser vigiada em seu aspecto moral, em um “estado de espírito”, um estado de velhice que pode ser administrado, ajustado e alcançado com o auxílio e amparo das mais diversas tecnociências. Assim, do *estágio* fixo do fim da vida, passamos a uma vigilância do *estado* administrável de velhice.

Experiência e sabedoria são os aspectos centrais que o segundo capítulo deste livro procura problematizar em sua relação com a experiência temporal de diferentes tempos e sociedades. Os mestres contemporâneos já não mais se constituem como o mestre da experiência que Benjamin (1987) viu declinar no início do século xx. Se as transformações das concepções de experiência e sabedoria se transformam diante da lógica neoliberal, em que impera a concorrência e a adaptação constante, também vemos alterar-se o papel da velhice dentro de uma sociedade. A transmissão do saber pela oralidade e a história como mestre da vida são características de uma relação temporal com o futuro de certo modo estático, tratando-se de uma dinâmica em que o que estaria para acontecer no futuro poderia estar inscrito nas experiências do passado. Nessa valorização

dos mestres de outrora, os cabelos brancos e as rugas dos anciãos atribuem a essa fase da vida um privilégio que, nas dinâmicas da atualidade, não mais estaria encaixado.

Na sociedade contemporânea, a experiência da velhice parece ganhar configurações diferentes, assim como outros propósitos. Submetidos aos imperativos da atualização constante, precisam administrar-se em práticas de capacitação permanente, treinamentos e ajustamentos às lógicas do tempo acelerado, conectado e dinâmico que o mercado de trabalho em constantes transformações passa a demandar. Diferentemente do saber que serve à comunidade, à sua coesão, ao seu papel no ciclo da vida, a velhice, a sua sabedoria e a sua experiência transformam-se em “ativo” buscado pelas empresas, desde que estejam adequadas às exigências do século XXI. Assim, os *managers* tornam-se os novos mestres das sociedades em que vigora o capitalismo tardio. E, nessa lógica, não somente o papel da velhice se transforma, mas também os sentimentos de coletividade e pertencimento enfrentam a transição de um tempo que cada vez mais responsabiliza os indivíduos pelos seus méritos e seus fracassos. Se os indivíduos precisam estar preparados para um futuro que, paradoxalmente, está cada vez mais previsto e ao mesmo tempo cada vez mais incerto, a lógica neoliberal da concorrência generalizada nos transforma em várias empresas na dinâmica da completa disputa. Se cada indivíduo responde por si, as coletividades, o sentimento de solidarizar-se com aqueles que viveram toda a vida em favor de um grupo fica cada vez mais diluído, para não dizer completamente extinto.

Por fim, o último capítulo abre o espaço para pensar as utopias que permeiam os desejos para a velhice no contemporâneo. Como essas utopias (ou distopias) se desenham a partir de um conceito de risco que orienta a conformação da velhice é o que se busca observar. Nesse sentido, cabe analisar a diferença entre investimentos do poder que em outros tempos estiveram muito mais centrados na normalização dos indivíduos. Foucault identificou, entre os séculos XVIII e XIX, a operação de outro mecanismo de poder que se centrava na busca pela segurança. Através dos mecanismos de segurança, o risco torna-se fator fundamental na configuração de tecnologias

como os seguros e as aposentadorias, elementos importantes na conformação do entendimento da velhice enquanto risco. Risco este que, em um contexto de disputa e fortalecimento dos Estados-nação da modernidade, deveria ser garantido e afeiçoado por esses Estados como um grande contrato social da população que se firmava em busca da segurança e da mitigação de qualquer possibilidade que poderia se colocar como obstáculo ao projeto civilizatório daquele tempo. Por outro lado, a velhice como risco contemporâneo parece depositar nos ombros de cada indivíduo a responsabilidade por sua segurança, isentando do Estado toda e qualquer responsabilidade social, que em outros tempos estava associada a configurações de políticas do estado de bem-estar social. A velhice como risco contemporâneo paira como ameaça à quebra total do Estado neoliberal mergulhado nas lógicas da concorrência universal, que se vê incumbido da função de garantidor jurídico e institucional para que esse funcionamento se perpetue. Nessa dinâmica, as providências do fim da vida saem pouco a pouco das responsabilidades dos cofres do governo e passam a estar sob os cuidados de cada cidadão que deve, desde cedo, preocupar-se em garantir a sua poupança para o fim da vida. Em uma financeirização generalizada da vida, a longevidade, a conquista de viver por mais anos, passa a ser classificada como risco financeiro; o “risco da longevidade” faz com que administradores de pensões (privados e públicos) obtenham lucros a partir da comercialização de papéis que apostam na morte prematura, ou seja, no erro das projeções das expectativas de vida consideradas para certos planos de aposentadorias.

De modo mais individual e capilar, a velhice como risco e a previsão dos aspectos da vida envelhecida também organizam nossos planos, nossas escolhas e o que esperamos para o futuro de nós mesmos. A cultura da antecipação e da previsão, em uma simbiose estabelecida com a busca pela segurança, configura uma experiência do tempo que torna o presente uma incubadora de ameaças e perigos. O perigo da velhice pobre, doente, enrugada, reorganiza as decisões que tomamos no agora, ao mesmo tempo em que dá visibilidade aos aspectos da velhice de que tentamos escapar. De modo paradoxal, individualizante e amedrontador, tornar-se centenário

em um mundo no qual imperam a concorrência totalizada, a dissolução das coletividades e o futuro dado em um prolongamento do presente de ameaças e catástrofes parece cada vez menos com a glória da conquista por mais tempo de vida, e cada vez mais com outras formas de estar, sujeitas às novas e complexas dinâmicas do poder.

Mudam os modos de ser e existir, de nos relacionarmos, de experienciar momentos, de nos entendermos como sujeito e de nos constituirmos como tais na sociedade. Aqui, partimos do pressuposto de que este regime atual de visibilidade torna possível certas verdades próprias da velhice. Autonomia, independência, constante atualização, atividade e valorização do trabalho intelectual, empreendedorismo e conectividade passam, então, a ser pré-requisitos mínimos para a adequação à realidade contemporânea e a uma pretensa realidade que acreditamos estar se configurando para o futuro. Toma forma uma nova velhice, que se afasta cada vez mais daquelas descrições patológicas da medicina moderna, tão bem delineadas por Stephan Katz (1996, 2000, 2008). As patologias, que tradicionalmente foram consideradas próprias da decadência do corpo idoso, são agora colocadas em segundo plano, administradas em práticas e cuidados de si que buscam manter nossos corpos de pé, eretos e longe da bengala que representa a dependência. Supera-se o corpo em sua organicidade e em suas falibilidades, vencem-se as barreiras da doença e do envelhecimento no corpo pós-orgânico, a respeito do qual Paula Sibilia (2015) tratou de observar.

A nova velhice, a “nova cara da terceira idade”, para usar a nomenclatura proposta pelos publicitários, é independente, ativa e administra as perdas que o tempo pode causar aos corpos, observando-os menos como problemas e mais como oportunidades, gerindo corpos na mesma lógica da empresa, metáfora maior que perpassa as relações do momento atual. Mesmo para os aposentados que seguem em busca de uma nova oportunidade de emprego, expressa-se uma complexidade que a velhice atualmente adquire: o imperativo contemporâneo diz claramente que deveremos “trabalhar para sempre e sem drama” (REVISTA EXAME, 2017). E sem saber exatamente até quando durará esse “para sempre”, reforçam

que se “nos preparamos” para esse futuro, o amanhã pode ser bom. Se trabalhar, ser resiliente e estar preparado para as ameaças do futuro passam a definir os atuais objetivos de vida, o sentimento da velhice atual precisa encontrar seu eixo em meio aos anos de vida, aos tempos de vida a mais conquistados na contemporaneidade.

1.

Velhice e biopoder: do estágio da vida ao estado de espírito



Novo símbolo para identificar o atendimento preferencial ao idoso (NOVA CARA, 2013)



Stages of man's life. From the cradle to the grave (CURRIER, 1835–1856)

Em breve, as filas de atendimento preferencial, as vagas para pessoas idosas e outros espaços destinados a essa faixa etária não serão mais representados pela placa do homem curvado segurando uma bengala. Recentemente, em 2018, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou o projeto de lei no Senado que previu a alteração do pictograma das placas sinalizadoras que representam a população idosa (SÍMBOLO, 2018). A nova proposta, que já começou a ser implementada em algumas cidades do Brasil, é composta pela representação de um homem de pé ao lado do símbolo “60+”: não será mais um homem segurando uma bengala, com dificuldades para manter-se ereto, a representação visual do atendimento preferencial para idosos no Brasil. O desenho do pictograma foi a etapa final de um processo idealizado pelo publicitário Max Petrucci. Uma das peças publicitárias que ajudaram a promover essa alteração, o vídeo *Manifesto Nova Cara da Terceira Idade* convidou a população a participar da construção do novo símbolo. O narrador inicia o vídeo fazendo um alerta sobre o futuro: “Amanhã nós seremos mais de 250 milhões e 50 milhões terão passado dos 60 anos. O que isso significa além do fato de que viveremos mais?” (NOVA CARA, 2013). Entre depoimentos de pessoas com mais de 60 anos e também de entrevistados mais jovens, levanta-se uma preocupação com o comportamento do público idoso, que circula em torno da imagem do velho de corpo curvado:

Pense comigo: e se esses milhões de pessoas resolverem se comportar como o símbolo sugere? O futuro vai começar a parecer preocupante, não? Vem cá, você que tem mais de 60 anos de idade se sente confortável com esse símbolo? E você que ainda está longe dos 60, vai gostar de ser retratado assim?

Segundo a campanha, a imagem do velho curvado e apoiado por uma bengala demonstra um “comportamento” que ameaça nosso futuro e compromete uma “força de trabalho” que será necessária para todos. A peça publicitária nos convida a participar da promoção de uma mudança que se corporifica na imagem, no pictograma, mas que vai muito além dela, está nos nossos corpos, no nosso futuro e nos nossos modos de ser e estar no mundo enquanto velhos.

As falas dos entrevistados para o “vídeo-manifesto” tentam indicar como deveria ser esse velho, muitos deles descrevendo a si mesmos em depoimentos que refletem modos de ser que exaltam a independência, a atividade, a saúde e o dinamismo na velhice: “A figura do pictograma representa alguém fragilizado, assim, em busca de um descanso” (Laerte, 62, cartunista), “Eu conheço um monte de gente com mais de 60 anos superprodutiva, que faz esporte, que é super independente” (Carrô, 34 anos, empresária). Os depoimentos falam de uma imagem que parece desconectada do contemporâneo e defendem que a representação da pessoa com mais de 60 anos deve, ainda, trazer o dinamismo que permeia a atualidade: “Esse pictograma não me representa e não me representará daqui a 100 anos. Porque pelo pique que a gente tem hoje, quando a vida começa de verdade, que é depois dos 40, 60 é 20 anos só!” (Piazza, 49 anos, diretor de *marketing*).

Boa parte das falas dos entrevistados dão sinais não somente do modo como essas pessoas entendem a velhice, mas também do que esperam do seu próprio futuro nessa fase da vida. Falam da forma como pretendem experienciar a velhice, modo que se estabelece diretamente com os planos e escolhas que fazemos hoje. E tal relação com nós mesmos, o modo pelo qual nos percebemos como indivíduos, sofre alterações ao mesmo tempo em que altera as realidades em que vivemos. Como apontou Foucault (1984), os modos de subjetivação são demarcados por dispositivos historicamente constituídos e, portanto, transformam-se no engendramento com práticas relacionadas ao tempo histórico em que vivemos. Dizer que nossos modos de ser e de nos relacionar com o mundo, com as coisas, com a nossa própria existência estão relacionados aos contextos históricos em que vivemos significa abandonar a ideia de um sujeito universal, essencial e a-histórico. Para entender esse sujeito histórico, Foucault (1984, p. 29) indica que é preciso entender a “história dos códigos”, aquela que analisa as regras e os valores vigentes em determinado grupo ou sociedade. O que implica também analisar a “história da maneira pela qual os indivíduos são chamados a se constituir como sujeitos”, ou seja, trata-se de uma história “dos modelos propostos para instauração e o desenvolvimento das

relações para consigo, para a reflexão sobre si, para o conhecimento, o exame, a decifração de si por si mesmo, as transformações que se procura efetuar sobre si” (p. 29).

No mesmo sentido, por subjetividades históricas também entendemos um conjunto de elementos que perpassam por todo um campo social, não sendo apenas algo singular do sujeito, mas que constitui os modos de ser em um dado extrato histórico e social. São modos e práticas de constituição engendrados aos seus contextos históricos, políticos, sociais e econômicos. Assim, para entender as subjetividades como cambiantes, compete compreender que os seres humanos e o entendimento que têm de suas existências são percepções históricas e, como seres históricos que somos, entendemos que os objetivos que definimos para serem alcançados, que o futuro que almejamos, seja como homens, mulheres, jovens ou velhos, estão enredados em um diagrama composto por elementos heterogêneos, do qual fazem parte não somente nossas aspirações mas também as exigências históricas que cada momento insere na composição das nossas subjetividades. Como aponta Nikolas Rose (2011, p. 42):

nossa relação com nós mesmos assumiu sua forma atual porque tem sido objeto de toda uma variedade de esquemas mais ou menos racionalizados, que têm buscado moldar nossa maneira de entender e encenar nossa existência como seres humanos em nome de certos objetivos – masculinidade, feminilidade, honra, modéstia, propriedade, civilidade, disciplina, distinção, eficiência, harmonia, satisfação, virtude, prazer.

Ao mesmo tempo em que as subjetividades também formulam outras constituições do ser e contribuem para os processos transitórios do qual fazemos parte, a nova imagem da velhice está relacionada com a emergência de outras relações dos sujeitos com o tempo, com o advento de pesquisas tecnocientíficas que ajudaram a prolongar a vida, com as novas tecnologias de comunicação e informação.

Cabe ressaltar, entretanto, que trataremos aqui de transformações que, por um lado, são libertações. Como veremos, o corpo velho da modernidade estava enclausurado no corpo curvado, atrelado às descrições médicas da sua decadência, à perspectiva evolutiva

das fases da vida, que colocaram a velhice como etapa final, resultado da involução, o último degrau da escada da vida desenhada por Nathaniel Currier, como bem podemos perceber na imagem que também serve de epígrafe deste capítulo. O corpo velho de outros tempos – mais especificamente da modernidade – estava confinado nas *workhouses* e nas casas dos pobres – espaços destinados sobretudo aos pobres e velhos na Inglaterra do século XIX – e nos asilos. Aqui, analisaremos o modo como a constituição da velhice da modernidade (primordialmente ocidental) é parte da instalação de um poder que investe sobre o biológico. Na conformação da velhice da modernidade, transitaremos entre imagens que poderão nos fazer perceber como, nos cuidados investidos sobre a velhice, se percebe o investimento do poder sobre o homem enquanto espécie, enquanto população que precisa ser gerida, de modo a cuidar do indivíduo que, no período industrial, cai para fora do campo produtivo. Veremos que os mecanismos, as tecnologias de diferenciação (KATZ, 1996) – instituições de assistência aos mais velhos, constituição de pensões e pesquisas populacionais – não somente são tecnologias que definiram o que viria a ser a população de idosos, mas, de modo mais amplo, ajudariam também a definir os campos de intervenção do biopoder. São esses os elementos fundamentais na construção de um certo sentimento de velhice que vem habitar o período de ascensão do biopoder; uma velhice enquanto declínio, enquanto estágio fixo da vida, que não permite maleabilidade.

Por outro lado, as mudanças que aqui pretendemos apontar não apenas configuram novas liberdades – o ganho da longevidade, a qualidade de vida, a saúde na velhice – mas também outras sujeições, que passam a ser postas em jogo. A imagem contemporânea do corpo que se põe de pé, verticalizado, contrapondo-se à imagem da decadência evocada na modernidade é, portanto, a corporificação de um processo vasto, que implica novas subjetividades e também outras colonizações. De que forma, entretanto, essas outras subjetivações se configuram no tempo presente? Quais relações de forças se estabelecem para que seja possível tal transição daquilo que entendemos enquanto velhice de sucesso, enquanto futuro que, como definiu Birman (1995), será o “futuro de todos nós”?

Vida em progresso: idade, disciplina e vigilância³

O planeta Terra atingiu, em meados de novembro de 2022, a marca de 8 bilhões de habitantes, segundo estimativa da Organização das Nações Unidas (ONU). De acordo com o relatório divulgado pela organização, *World Population Prospects 2022*,⁴ a expectativa de vida no mundo atingiu 72,8 anos em 2019, o que representa um aumento de quase nove anos desde 1990. A reportagem, divulgada pela CNN (SOUZA, 2022), embora ressalte uma queda em decorrência das perdas da pandemia de Covid-19, indica uma projeção em que a longevidade média global chegará a 77,2 anos em 2050. Não é coincidência, portanto, que a Google estivesse defendendo que “é hora de aposentar o conceito de velho”, título de um dos seus relatórios, divulgado em 2019, em que seus consultores analisam as tendências de consumo, mudanças de comportamento dos usuários e oferecem “insights valiosos” àqueles que caçam oportunidades no mercado voraz e inovador (MACEIRA; CALIXTO, 2019). Segundo o relatório, os dados apresentados demonstrariam o quanto a velhice contemporânea não é mais o que costumava ser.

De fato, o ganho da longevidade, da autonomia, da mobilidade, da independência, da vida ativa e saudável, estendida até os últimos momentos de vida, converte-se em desejos e verdades inéditas para a velhice, que a afastam, cada vez mais, dos sentimentos que tradicionalmente a caracterizavam, pelo menos no mundo ocidental. Se outros sentimentos estavam ligados à velhice em outros momentos da história na sociedade ocidental, não poderiam deixar de estar associados a eles certos aspectos como a vigilância que compõe o regime de visibilidade⁵ do qual fazem parte. Pelo menos desde a modernidade, aliás, vigilância e velhice funcionaram como dispositivos complementares numa engrenagem organizada para controle, racionalização das forças e normatização dos indivíduos e da população. E é justamente na sobreposição das tecnologias disciplinares (aquelas centradas especialmente no corpo individual) às

3 Algumas das ideias apresentadas neste tópico estão presentes no artigo “Vigiar a velhice, vigiar o futuro: tecnologia, antecipação e governo de condutas” (SANZ; PESSOA, 2020b).

4 <https://population.un.org/wpp/>

5 Sobre regimes de visibilidade, ver a Introdução.

tecnologias do biopoder (aquelas que se dirigirão ao homem como espécie) que a idade aparecerá como um problema de governo de si e dos outros e não apenas como uma etapa que caracteriza o fim da vida (SANZ; PESSOA, 2020b).

A propagação das instituições de confinamento, tão bem analisada por Foucault, não se dedica apenas à aplicação das tecnologias de poder sobre os corpos das crianças, dos trabalhadores, dos doentes ou dos loucos. Também os velhos são muitas vezes considerados pessoas que necessitam ser “mantidas sob inspeção”, para usar as palavras do célebre Jeremy Bentham (2008). A velhice, ao lado da loucura, da delinquência, da criminalidade, da infidelidade e da blasfêmia e de todos aqueles personagens condenados pelo ócio, será progressivamente excluída do espaço social, inscrita no contingente eminentemente negativo e perigoso da sociedade (BIRMAN, 2015). Sobrepostos aos aspectos da inspeção minuciosa e da vigilância dos indivíduos, vê-se também os mecanismos que implicarão em uma gerência da vida como princípio basilar na configuração das verdades dessa época, verdades da qual não poderia escapar o modo como passaríamos a conceber a velhice. Sendo parte desse processo, a perspectiva evolucionista da vida propaga-se no tecido social, orientando inclusive as concepções das etapas da vida, que, de modo ascendente (até determinado ponto), necessita de intervenção do governo, que tem por finalidade formatar uma população de “qualidade” necessária ao projeto civilizatório do progresso, ao projeto de fortalecimento dos Estados-nação. Afinal, como analisa Foucault, é na constituição de uma racionalidade de Estado, nesse caso uma racionalidade própria do período moderno, que os indivíduos importam na medida em que servirão ou não ao interesse dessa racionalidade. Para isso, analisar as relações entre o indivíduo e o Estado implica entender que

o indivíduo apenas existe quando ele promove diretamente uma mudança, mesmo que mínima no poderio do Estado, seja esta positiva ou negativa. O Estado tem que se ocupar o indivíduo quando ele pode introduzir tal mudança. E tanto o Estado lhe pede para viver, trabalhar, produzir e consumir, como lhe exige morrer (FOUCAULT, 2012, p. 301).

Nesse interesse do Estado pelo indivíduo, percebe-se, então, a aplicação de uma interpretação biológica de evolução e seleção natural das espécies sobre o âmbito social. Não é incomum observarmos a leitura darwiniana da seleção natural das espécies empregada aos diversos aspectos sociais na época em que seus estudos se proliferaram. Sobre a seleção natural, Darwin (2018, p. 105) aponta que “ela irá adaptar a estrutura de cada indivíduo em benefício da comunidade se cada um, como consequência, obtiver vantagens da mudança selecionada”. A expansão da visão evolucionista das espécies em outras áreas para além dos estudos da biologia viria a ser uma das marcas do progresso moderno, questão fundamental também na configuração de uma racionalidade que, de modo cada vez mais intenso, passaria a centrar-se na gestão da vida. Não é de se espantar que o princípio da seleção natural, do mais adaptado, estaria inclusive na base argumentativa que legitimaria políticas de governo alinhadas ao fortalecimento da livre competição comercial ainda nos primórdios do liberalismo econômico. A ideia da “seleção natural” dos mais aptos diante da naturalizada competição do mercado estaria entre os elementos que fortaleceriam o entendimento da economia de livre mercado como o funcionamento natural das relações econômicas (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 52).

No que diz respeito às fases da vida, as etapas como a infância, a juventude e a maturidade também sofrem influência de uma percepção evolutiva e ascendente, como aponta Birman (2015). É nesse sentido que o envelhecimento seria então a materialização do caráter “involutivo” da vida do indivíduo. Aspecto que viria a ser, de diversos modos, legitimado por discursos médicos, legais, jurídicos: uma vasta rede de elementos que firmaria a etapa da vida da velhice como ponto final do processo evolutivo individual. Epígrafe deste capítulo e imagem exemplar de tal visão evolutiva das etapas da vida, a litografia feita por Nathaniel Currier, nos Estados Unidos do século XIX, *The life & age of man: stages of man's life from the cradle to the grave*, faz parte de um conjunto de outras obras que ilustram as fases da vida de um homem, imagens de um certo ideário de “escada da vida” que servia para estampar bordados ou decorar as paredes dos quartos de famílias estadunidenses (EDELSTEIN,

2018, p. 25). Não é por acaso que os degraus da escada são dispostos de forma crescente até os 50 anos, o que na ilustração parece ser o ápice da vida do sujeito, para, em seguida, entrar em declínio, na “involução” em direção à morte precedida pela velhice.

Nessa gerência biologicamente centrada do governo das condutas, a potência que a vida guarda para constituição de uma população de qualidade – de interesse do Estado – pode ser percebida também na importância que a organização e o funcionamento das instituições de confinamento atribuem a ela. Os critérios utilizados nas *workhouses* e nas casas dos pobres europeias para separar, classificar e controlar seus internos orbitam em torno dos aspectos da vida, do funcionamento do corpo e da idade de seus internos. Assim, a idade, além da capacidade de trabalho e de doenças – elementos que de muitos modos acabavam também por se relacionar com a questão do envelhecimento – estabelecem-se como critérios de classificação. Como explicavam os comissários ingleses à rainha britânica, em 1834, a divisão dos internos por faixa etária representaria uma significativa melhora no funcionamento das instituições e maior efetividade da aplicação da Lei dos Pobres.⁶ De acordo com os relatórios apresentados na época, em pelo menos quatro classes seria necessário organizar os internos a fim de efetivar o sucesso das instituições: “a primeira, dos idosos e realmente impotentes; a segunda, das crianças; a terceira, das fêmeas saudáveis; e, por último, a dos machos fisicamente aptos” (GREAT BRITAIN, 1834, p. 306).⁷ Como as turmas classificadas por idade nas escolas e os doentes organizados em alas nos hospitais, os pobres e velhos também eram encaixados em categorias e colocados em espaços devidamente distribuídos e vigiados (SANZ; PESSOA, 2020b). Como se vê, trata-se, portanto, da

6 O mercantilismo vê-se prosperando e, paralelamente a isso, crescem nas cidades britânicas a taxa de pedintes, “vagabundagem” e motins por comida. Pela prática de esmolar nas ruas, a lei estabelecia cobrança de multas aos indigentes, sendo eles classificados em três categorias: crianças, trabalhadores fisicamente capazes e doentes. De acordo com a legislação, a população idosa poderia ser categorizada a partir de suas capacidades físicas, entre os que poderiam trabalhar e aqueles cujas forças de trabalho já estivessem comprometidas devido ao avanço da idade ou de alguma enfermidade (*Poor Law Amendment Act of 1834*) (THE WORKHOUSE, 1834).

7 Nessa e nas demais citações em que o idioma original é estrangeiro, a tradução é nossa.

sobreposição das técnicas de poder que, concomitantemente, incidem sobre o aspecto da vida, as fases da vida e os grupos populacionais, assim como sobre os corpos, os indivíduos em seu aspecto mais particular.

De fato, é na modernidade que essas categorias definidas de acordo com a idade – como a infância e a velhice – se tornam fundamentais para a administração, o gerenciamento e os cuidados providos pelo Estado. Realidade que não era exclusiva do continente europeu. Na Cidade do México, por exemplo, o Hospício dos Pobres possuía, em 1806, alas exclusivas tanto para “jovens pobres” quanto para “os verdadeiramente carentes por sua velhice, miséria e pobreza” (MÉXICO, 1806). Também no Brasil, o decreto nº 9.274, de 1884, estabelece as regras de ingresso e funcionamento do Asylo de Mendicidade da Côrte a partir de cortes etários, determinando que o asilo deveria receber,

em primeiro lugar, menores de 14 annos encontrados nas ruas em abandono ou na ociosidade; em segundo, aqueles que, por seu estado physico ou idade avançada, não podendo pelo trabalho prover as primeiras necessidades da vida, tiverem o habito de esmolar (BRASIL, 1884).

Decerto, as técnicas centradas no corpo e no indivíduo, sua distribuição espacial ou sua regulação temporal, a colocação dessas pessoas em séries, a organização de um campo de visibilidade adequado a esse tipo disciplinar de poder só poderiam, de fato, se efetivar levando em conta aquilo que havia de mais essencial no próprio indivíduo: sua vida, sua vitalidade, sua força física, sua saúde, seu envelhecimento. Gerenciar essa vida individual (e, mais tarde, a vida como espécie) dependia também de racionalizar, da forma menos onerosa possível, a vida em suas diversas etapas, em seu desenvolvimento físico e moral. Assim, o indivíduo excluído do campo da atividade, que está fraco ou enfermo, torna-se parte fundamental do campo de intervenção: campo que deveria pôr (ou tirar) sujeitos de circuito, neutralizá-los ou não, colocá-los em instituições de assistência, submetê-los a mecanismos sutis e racionais, introduzi-los à dispositivos de seguridade, além de os inserir em esquemas de poupança individual e coletiva (FOUCAULT, 1999a, p. 291).

Tal processo implica não apenas a implantação – sobretudo a partir das instituições disciplinares – do monitoramento constante; mas também a produção de novos saberes acerca da vida e dos processos que lhe são inerentes, como, por exemplo, as taxas de natalidade, mortalidade e longevidade. Do mesmo modo, os conhecimentos sobre a vida também estariam diretamente ligados às idades, às faixas etárias de grupos e populações, derivando dessas categorias os conhecimentos necessários a operação do poder sobre tais grupos – é nesse contexto que surgem, como veremos, campos da medicina especificamente centrados nos pacientes de acordo com sua idade, como é o caso da própria geriatria. Os saberes, as estatísticas e todos os conhecimentos que surgem com base na organização e na observação de tais grupos, classificados de acordo com a idade e com as características biológicas próprias de cada etapa, não deixam de ser parte importante para aplicação das técnicas de poder próprias para um investimento sobre a vida. Nas palavras de Foucault (1999, p. 293), tratou-se, então, de uma biopolítica que transformou todo um conjunto de novos problemas (como o da saúde ou da velhice) em problemas a um só tempo científicos e políticos; em problemas biológicos e de poder. Nessa implantação biopolítica, aquele corpo individual treinado pela disciplina ligava-se então a esquemas mais gerais de controle, esquemas de regulamentação da espécie, de produção de padrões massivos – padrões necessários à regulamentação da população. Não por acaso a medicina se torna uma técnica política de intervenção, um saber-poder que incide, concomitantemente, sobre o corpo e a população, sobre os organismos e sobre os processos biológicos, tendo efeitos tanto disciplinares quanto reguladores (FOUCAULT, 1999a, p. 302). Como avalia Birman (2015), fez-se necessário controlar meticulosamente os processos vitais, nos registros individual e coletivo, pela medicalização ativa do espaço social e pela promoção da prevenção da saúde.

Nesse processo, como se percebe, a vigilância não é coadjuvante; ela garante tal ordem classificatória, colocando em prática a perspectiva médica, que funciona como baliza entre o corpo saudável e o corpo em declínio, o corpo utilizável e o corpo não “apto”. Como indicou o regulamento do Hospício de Pobres, da Cidade do

México, os anciãos deveriam estar sob “cuidados e vigilância constantes para precaver que esse piedoso estabelecimento sirva de promoção ou abrigo à ociosidade de quem pode trabalhar” (MÉXICO, 1806, p. 5). Assim, tanto nas casas de pobres quanto nos asilos ou nas cidades operárias, os mecanismos que punham em visibilidade os indivíduos vigiados eram continuamente atravessados e apoiados por mecanismos normatizadores (nos termos apresentados por Foucault) que deveriam induzir e garantir comportamentos compatíveis também com sua faixa etária, visando a procedimentos de poupança, de ingresso em sistemas de seguro-saúde, em regras de higiene e comportamentos adequados à longevidade (FOUCAULT, 1999a, p. 300). De fato, entre a disciplina e a regulamentação, está a norma (também generalizada), aquela que prescreve lógicas e organiza o tecido social, criando e sustentando verdades que vão do orgânico ao biológico, do corpo à população. Nesse entrecruzamento está também a velhice: velhice como problema do poder, como objeto de gestão de uma racionalidade de governo, como dispositivo de segurança no campo da razão de Estado (SANZ; PESSOA, 2020b).

É nesse contexto de normatização da vida, dos comportamentos e das condutas que, desde o século XVIII, como indica Sais (2011, p. 53), a arte de aprender a ser tornou-se necessariamente a arte de aprender a ser criança, a ser adolescente, a ser adulto e, finalmente, a ser velho. Isso significa que os processos que passaram a regular a vida implicaram a (e estavam implicados na) emergência de certos afetos ou, como nomeia Ariès (1986), de “sentimentos” inéditos. Segundo o autor, a emergência da infância – como um momento da vida que exigiria certos cuidados e tutorias – coincide com o nascimento de sentimentos inteiramente novos na história, algo que só pôde ocorrer articulado também ao sucesso das instituições escolares e às práticas pedagógicas.

Trata-se de uma relação estreita: essas novas maneiras de conceber tanto a infância quanto a velhice legitimavam as instituições de confinamento – e o regime de vigilância que elas supunham; por outro lado, tais instituições intensificavam esses “modos de sentir” (para usar os termos de Ariès), desdobrando-os em um arsenal de técnicas de autorregulação (autoconhecimento, autocontrole e

vigília de si). Nesse aspecto, cabe ressaltar como a nova constituição das famílias na modernidade também tem papel fundamental. Como aponta Ariès (1986), o sentimento para com a infância faz parte também de uma nova relação que se estabelece a partir da configuração da família nuclear. Família na qual parece que o velho começa a não ter mais a sua função tão bem estabelecida dentro do projeto de progresso. Diferentemente das famílias multigeracionais, o formato da família moderna, conformada em duas gerações de pais e filhos, parecia não mais comportar uma função bem definida para o velho, restando a ele muitas vezes o mesmo destino da personagem do poema publicado na revista *Harper Weekly*. No poema “Da Colina para a Casa dos Pobres” (CARLETON, 1871), publicado em 1871, a jornada da personagem principal de setenta anos adquire um caráter melancólico quando ela perde seu marido e começa a tornar-se um fardo para seus filhos, até chegar ao fim do “caminho cansado” pelo qual ela se “arrasta”.

Qual é o uso/propósito de me encher a vergonha de um pobre?
Eu sou preguiçosa ou louca? Eu sou cega ou manca?
É verdade que eu não sou tão flexível nem tão forte assim:
Mas caridade não é um favor, se alguém pode viver sem.⁸

Contrariada, a protagonista termina sua trajetória na Casa dos pobres (*Poor-house*), para onde seu filho se dirige na tentativa de buscar uma vaga para sua mãe com o gestor da instituição (*poor-master*), a fim de torná-la uma de suas internas. Desprezada pela nora e por todos os filhos, a senhora retratada no poema perderia a sua “função” dentro daquelas famílias. Perderia assim o lugar na formação da população de qualidade buscada para fortificação do Estado. Birman (2015) destaca como essa nova formação da família, articulada às instituições como a escola e a medicina social, fizeram parte do cuidado com a população de qualidade, que estaria “apta” a alcançar o projeto civilizatório de progresso.

8 No original: “What is the use of heaping on me a pauper’s shame? / Am I lazy or crazy, am I blind or lame? / True, I’m not so supple nor yet so awful stout, / But charity ain’t no favor if one can live without”.

Nessa perspectiva, o olhar médico opera de modo produtivo no reforço do sentimento de velhice enquanto declínio e etapa da involução da vida. Assim, no período de emergência da geriatria, passa-se a entender que a velhice deveria ser observada do mesmo modo como os pediatras examinam as crianças, segundo a compreensão de que dadas características fisiológicas são próprias daquele período da vida:

um pulso de 120 em uma criança não significa taquicardia, nem o raciocínio limitado é razão para carimbar o bebê como um idiota. Essas condições são naturais e normais naquele período da vida, embora sejam não naturais, anormais e patológicos na maturidade (NASCHER, 1914, p. 11).

Decerto que, nessa perspectiva evolucionista da vida, no caso da infância ou da trajetória das crianças, pelo menos na modernidade, poder-se-ia pensar certas “inadequações” como algo que o tempo faria superar. Uma criança não ficaria “idiota” para toda vida, mas deixaria de o ser à medida que esse estágio fosse vencido. O velho, entretanto, não detinha essa possibilidade: Nascher (2014, p. 11) associa o declínio do corpo a um curso fisiológico natural da velhice e orienta que “Devemos olhar para as degenerações, as atrofias, hipertrofias e todas as mudanças na forma e no caráter, que são devidos ao processo de involução, como natural, normal e fisiológico”. Interessante notar que essa “involução” da velhice como processo “natural” e que faz o velho passar a depender de um outro – seja um familiar, um médico, o Estado – faz, segundo algumas narrativas, despertar sentimentos diferentes daqueles despertados pelas crianças. Segundo o próprio Nascher:

enquanto a dependência da criança desperta simpatia, nos idosos a repugnância despertada pelo aspecto facial desagradável e a ideia de inutilidade econômica destrói a simpatia que conceda à criança e infunde um espírito de irritação se não hostilidade positiva contra o desamparo dos idosos (NASCHER, 1914, p. 12-13).

Cabe, entretanto, lembrar que esses “sentimentos” não estavam apartados das questões de classe. Os termos “velho” e “velhote”, por exemplo, (diferentemente do velho-nobre) eram principalmente utilizados para designar aqueles que não tinham capacidade

de se sustentar. Como afirma Peixoto (1998), a velhice na França do século XIX só existia para aqueles que, tendo somente a força de trabalho para vender, tinham o fim da vida associado a perdas ou esgotamento de suas fontes de subsistência.⁹ O patriarca, entretanto, o abastado que possuía e administrava seus bens, era chamado de idoso; o próprio termo, portanto, configurava na época um fator de separação entre classes. Eram, por conseguinte, sobretudo os velhos pobres – quando seus corpos já fossem improdutivos – que deveriam estar internados nas tradicionais casas de pobres, *workhouses*, ou nos exemplares latino-americanos (os asilos de caridade e hospitais de pobres) (SANZ; PESSOA, 2020b). E se a proposta inicial dessas instituições não era necessariamente destinada aos velhos, elas serviram para que a categoria da velhice fosse sendo firmada como tecnologia de diferenciação social, distinguindo sujeitos produtivos e improdutivos. Tal diferenciação, como aponta Katz (1996), vai aos poucos ultrapassando os próprios muros institucionais.

Nessa perspectiva, do mesmo modo que as práticas escolares disciplinares foram fundamentais para a implantação do sentido moderno da infância, também as instituições que confinaram e vigiaram a velhice, suas lógicas operacionais e o conjunto de saberes e práticas que as sustentavam são peças importantes na constituição de uma acepção, de um sentimento de velhice próprio da modernidade. Não por coincidência, no hospício mexicano dos pobres, os “os anciãos de ambos os sexos” deveriam ser “exercitados em atos de piedade próprios para sua idade” (MÉXICO, 1806, p. 5): tratava-se não somente de monitorar e cuidar, tornar produtivo ou confinar a improdutividade, mas também de prescrever aquilo que era próprio (ou não) de um estágio da vida, de uma fase marcada pelo declínio do corpo e pela dependência. Prescrição que enclausurava o sujeito velho numa espécie de invisibilidade, já que além de estar fora do marco produtivo estava também limitado às especificidades de seu precário funcionamento biológico. Nesse sentido, como indica Birman (1995; 2015), a velhice moderna está esvaziada de valor

9 Realidade que viria, como veremos no capítulo III, culminar na emergência das “tecnologias de seguros”, próprias do estado de bem-estar social liberal.

simbólico, destituída de qualquer qualificação social e econômica porque está reduzida à ausência de potencial produtivo; porque está limitada a ser o estágio final da vida, a imagem de sua degradação natural, o ápice da derrocada na existência humana.

Esse paradigma biológico de orientação teórica evolucionista – que reduz a velhice a ser meramente o fim da vida (BIRMAN, 2015) – se desdobra numa série de novos saberes e norteia, por exemplo, linhas de pesquisa psíquica e, como vimos, a própria emergência da geriatria (e posteriormente da gerontologia). Como descreve o manual *A velhice: seu cuidado e tratamento na saúde e na doença*, escrito por Robert Saundby (1914), no início do século xx, o corpo velho deve ser avaliado sobretudo como corpo em degeneração, corpo patológico e em involução: “como o poder de assimilação é diminuído e a atividade geralmente se reduz bastante, a oferta de alimentos deve estar na devida proporção” (SAUNDBY, 1914, p. 252). Trata-se de instruções que produzem e reforçam a ideia de velhice como um estágio fixo que não pode ser evitado ou flexibilizado, estágio de decadência, e que, ao mesmo tempo, controlam e vigiam os aspectos do envelhecimento que já assolam os pacientes observados. A impossibilidade de ação sobre o momento da velhice e o que ela acarreta aos corpos ecoam não somente na formulação de uma imagem de velhice de decaimento: esses e outros exemplos tonificam essa narrativa, legitimando e internalizando nos sujeitos velhos a aceitação do estágio do qual não podem escapar.

Na atualidade, por outro lado, o estágio da vida passa a ser tomado como um estado de vida – e isso supõe também um estado da imagem (da vida). O novo pictograma, os manuais de saúde, os personagens velhos dos filmes, as propagandas publicitárias... mais do que serem um reflexo da velhice atual, inspiram outros comportamentos, outras aspirações e possibilidades para os seres da velhice. No contexto contemporâneo, convoca-se uma imagem mais compatível com a figura do corpo ereto, com a rapidez dos dispositivos eletrônicos, com a autoadministração das falhas corporais inerentes ao corpo envelhecido. São outras as formas de ver e conceber a velhice, assim como são outras as formas de gerir a vida, de implementar outras biopolíticas.

Ser velho: “uma questão de entusiasmo”¹⁰

As imagens da modernidade, que apontam para o declínio e a involução natural do corpo velho, parecem contrastar – cada vez mais – com aquelas que circulam hoje socialmente, pelo menos nos discursos e nas narrativas hegemônicas. Se o corpo velho da modernidade estava enclausurado no corpo curvado, atrelado às descrições médicas da normalidade de sua decadência, confinado nas instituições panópticas de seu tempo, o corpo velho contemporâneo está submetido a outras exigências, a outros regimes de visibilidade e a outros sonhos de vigilância. Os velhos, assim como todos nós, estão submetidos a um arsenal cada vez maior de dispositivos que, de modo direto ou indireto, tecem uma vigilância absolutamente ubíqua. A vigilância contemporânea, sabe-se, com seu leque operacional ampliado, alveja não mais os loucos, mas os distúrbios mentais que podem acometer toda uma população; não só os ladrões, mas os comportamentos suspeitos que calibram as *smart* câmeras capazes de prever crimes, tornando potencial suspeito qualquer cidadão (BRUNO, 2013). O velho, também, deixa de ser mera categoria a se vigiar, sendo colocado sob minúcia e controle, na nova dinâmica, os aspectos do envelhecimento, mesmo que eles ainda não tenham acometido os corpos no presente. Não se trata apenas da ampliação espaço-temporal do monitoramento, agora realizado tanto por homens e instituições quanto por máquinas e softwares; além disso, trata-se também da consolidação de circuitos variados de legitimação – como a segurança, a eficácia informacional, a visibilidade e a sociabilidade – que transformam a vigilância em uma espécie de resultado natural ou em uma fatalidade inescapável dos modos atuais de viver, de gerir os corpos e as vidas, inclusive para os velhos.

Aliás, segurança, eficácia, saúde, autonomia e sociabilidade são algumas das razões para que a velhice contemporânea – pelo menos nas classes mais favorecidas – exija procedimentos cada vez

10 Parte do presente tópico foi apresentado no VI Simpósio Internacional LAVITS: “Assimetrias e (In)Visibilidades: Vigilância, Gênero e Raça”, com o título: “Nós, velhos de espírito jovem: risco e vigilância nos sentidos da velhice contemporânea” (SANZ; PESSOA, 2019).

mais permanentes de vigilância. De fato, as novas tecnologias de segurança também não são personagens coadjuvantes nas narrativas hegemônicas acerca de uma velhice bem-sucedida; muito pelo contrário: não é raro aparecerem como promessas para que essa etapa da vida não seja um fardo, nem para o velho, nem para a família, nem para o Estado. Não por acaso a indústria tecnológica tem investido quantias significantes para inovar na produção de dispositivos voltados para essa crescente fatia do mercado.¹¹ A cada nova feira,¹² novos produtos eletrônicos são anunciados para acompanhar os idosos em suas rotinas, auxiliar nas tarefas cotidianas, controlar seus fluidos, observar permanentemente todo e qualquer aspecto biológico, como o ritmo de seus batimentos cardíacos, os níveis de glicose no sangue ou o mesmo seu material genético. A combinação de procedimentos de monitoramento *online* “em tempo real” com modos inovadores de coleta e mineração de dados funciona alimentando sistemas preditivos e antecipatórios.¹³ A vigilância contemporânea promete ser um elemento imprescindível para que, finalmente, os idosos possam ter a vida desejada – livre, dinâmica, conectada e independente (SANZ; PESSOA, 2019).

Plataformas de inteligência artificial, como o CarePredict, asseguram que, por meio de sensores leves e vestíveis, projetados especialmente para idosos, é possível controlar suas vidas de forma discreta e contínua: como bebem, comem, caminham, se fumam, de que maneira se arrumam, a frequência com que vão ao banheiro, se tomam banho ou o tempo que dormem.¹⁴ Prometem muito

11 “Soluções integradas, tecnologia e projetos inovadores para o mercado de segurança brasileiro serão apresentados durante a 14ª Feira e Conferência Internacional de Segurança (ISC Brasil). [...] A expectativa é que o evento movimente aproximadamente R\$ 800 milhões em negócios” (MERCADO, 2019).

12 Quanto à vigilância dos idosos, a edição de 2019 da *Consumer Eletronic Show*, feira internacional do mercado de tecnologias eletrônicas, apresentou diversos produtos referentes ao cuidado e monitoramento desse grupo (TAKAHASHIT, 2019).

13 Chamamos aqui de sistemas antecipatórios aqueles entendidos por Miller (2018) como “ferramentas de previsão”, “premissas antecipatórias” que deverão, segundo especialistas de diversas áreas, balizar tomadas de decisão no presente por meio de um conjunto de projeções e predições do que poderá acontecer no futuro.

14 Segundo a propaganda da empresa que o fabrica, o CarePredict Home é a “a solução para pais e avós em qualquer parte do mundo que queiram envelhecer no conforto da sua própria

mais: garantem que podem identificar desvios de padrões de comportamento saudáveis, sintomas de autonegligência, indicativos de depressão, atividades inadequadas de higiene bucal, sinais de infecção do trato urinário ou até mesmo indicar o aumento do risco de queda devido à desnutrição, a alterações dos níveis de descanso ou simplesmente por desidratação.¹⁵ Trata-se de monitorar – em nome da segurança, da saúde e de uma pretensa liberdade – cada vez mais o maior número de atividades e de rotinas, sejam elas relativas ao corpo nos seus aspectos fisiológicos ou ao comportamento expresso por ele. As atividades básicas que todos nós realizamos são comparadas a padrões de linguagem corporal, a “níveis recomendados de ingestão de líquido, exercício, sono e outras atividades” (KEPLER, 2019). São aparelhos e sistemas dos mais diversos tipos que devem estar a todo tempo monitorando e emitindo alertas, capazes, por exemplo, de rastrear – como faz o DFree (2021) – a progressão dos movimentos da bexiga e as alterações de seu tamanho, prevenindo os intervalos de micção e enviando avisos para que o idoso chegue a tempo ao banheiro. Mais do que isso, são tecnologias que prometem maior eficiência no cuidado do que aquele realizado pelos humanos, podendo inclusive atenuar – de forma bastante prática – um dos principais problemas de uma população envelhecida: a solidão. Assim, nesse novo arsenal tecnológico voltado para o zelo com a velhice, não poderiam faltar os pequenos e simpáticos robôs. ElliQ (2022) e Samsung Bot Care (SKYCAPTIN5, 2019), por exemplo, são cuidadores-robôs para idosos que moram sozinhos – são capazes de reconhecer as vozes de seus donos, tocar suas músicas preferidas ou exibir fotografias do álbum de família (SANZ; PESSOA, 2019).

A velhice positiva, considerada de sucesso e feliz, aparece, não por acaso, no imaginário contemporâneo cada vez mais atrelada a

casa de uma forma segura, inteligente e sustentável. Ao mesmo tempo, possibilita aos membros da família visibilidade constante, acesso inigualável às informações sobre a evolução da saúde de seus entes queridos. Permite também que eles tomem as decisões certas com antecedência” (CAREPREDICT, 2019).

15 Além do CarePredict, podemos citar também o Man Down Detector, espécie de smartcamera calibrada para identificar comportamentos fora de um padrão estabelecido e enviar alertas para cuidadores e parentes do idosos que vigia.

sua habilidade em inspecionar permanentemente os riscos atuais e futuros. O êxito de uma velhice saudável no contemporâneo pressupõe, inclusive, que nossos corpos já não sejam nem curvados, nem confinados, nem invisíveis socialmente: muito pelo contrário, somos exigidos a ser eternamente joviais, flexíveis, independentes, atualizados e permanentemente observados e “cuidados” por máquinas inteligentes. Devemos ser como as *vovloggers*¹⁶ da propaganda de um banco brasileiro. Alegres, “antenas”, divertidas e sorridentes, as senhoras protagonistas da propaganda do banco Itaú aprendem de maneira muito simples e rápida todas as facilidades que as tecnologias dos *smartphones* podem lhes proporcionar. Elas dizem “Somos antenas”,¹⁷ “Nós estamos na era digital, né?”. Na cena da propaganda, o chá da tarde, aparentemente costumeiro, de confraternização entre as amigas, é agendado pelo aplicativo de conversas Whatsapp, as convidadas são trazidas pelo motorista de aplicativo de transporte 99 e os quitutes do café são pedidos pelo Ifood. São mulheres que não consideram o envelhecimento um empecilho para a conexão, muito menos para a autonomia ou para o entretenimento. Indivíduos que não aceitam, pelo menos sem lutar, os limites do corpo ou da mente – como “deveriam” fazer outros os velhos modernos.

Claro, tratamos aqui não da velhice propriamente dita, não de como é vivenciada em sua materialidade, em sua pluralidade, em sua diversidade social. Na realidade, em todos os momentos históricos, muitas velhices paralelas são de fato vividas e narradas. Simone de Beauvoir (1970) evidencia em sua incursão ensaística a dificuldade de se escrever uma única história da velhice. Para a autora, a luta de classes determina o modo como o indivíduo se

16 A campanha do Banco Itaú, fez uma alusão aos *vloggers*, influenciadores digitais que usam vídeos publicados na internet para compartilhar seus pensamentos, seu dia a dia, sua intimidade. As garotas-propaganda do banco são as vovós que estão aprendendo, com muita facilidade, a utilizar essas tecnologias, que, segundo o discurso da campanha, facilitam a vida, tornando-a rápida e prática (ITAÚ, 2016).

17 Ao final do ano de 2020, com a pandemia de Covid-19 obrigando o confinamento e a intensificação dos contatos digitais, as *vovloggers* voltaram ao ar para ressaltar a importância de manter-se em casa sem deixar de realizar os contatos necessários com seu banco, que oferece as praticidades por meio dos dispositivos eletrônicos (AGÊNCIA AFRICA, 2020).

torna presa dessa etapa da vida, havendo abismos entre um velho escravo e um velho magnata. Da mesma forma, conforme defende Debert (1999), gênero e etnia também alteram os modos de viver e experimentar a velhice socialmente. O diretor de cinema Ken Loach retratou a triste realidade daqueles que não conseguem manter-se na dinâmica da *vovloggers*. Daniel Blake,¹⁸ carpinteiro, cuja força de trabalho carrega em sua capacidade física, vê-se acometido por um problema cardíaco e necessita recorrer ao auxílio-doença fornecido pelo Estado britânico, que, permeado pela lógica da conectividade, segue oferecendo barreiras ao exigir acessos online e o preenchimento de formulários eletrônicos, que impedem Daniel, “analfabeto digital”, de seguir os trâmites burocrático-digitais impostos aos cidadãos para acesso ao auxílio financeiro.

A circulação do velho – mesmo que virtualizado pelas tecnologias de comunicação – na contemporaneidade é uma das características da sociedade de controle que Deleuze (1992) descreveu em seu *Post-scriptum*. Trata-se de uma sociedade apoiada em um modo de vida centrado nas tecnologias eletrônicas e digitais, frutos e produtoras de um imperativo estratégico regido por um capitalismo mais dinâmico, financeiro, instantâneo do século XXI e orientado pelo excesso de produção e consumo, pelo *marketing* e pela publicidade. Nas sociedades de controle, os indivíduos carregam consigo suas próprias máquinas de vigilância, proporcionando a possibilidade de um controle a céu aberto. A despeito da hegemonia das práticas atuais, alguns parecem se amoldar mais facilmente que outros à conformação inundada pelos dispositivos eletrônicos de que Deleuze tratou.

Isso, entretanto, não significa que – em determinado momento histórico – certo regime de verdade (e de visibilidade) não se sobreponha como hegemônico. Pelo contrário, discutimos aqui como prevalece hoje um conjunto de enunciados, tecido na relação entre velhice e subjetividade, poder e saber, tecnologia e regime de imagens. Assim, a análise proposta aqui se dedica a pensar a configuração dos sentidos hegemônicos da velhice contemporânea naquilo em que ela se relaciona com os diagramas atuais de visibilidade,

18 Personagem principal do filme *Eu, Daniel Blake*, lançado no Brasil em janeiro de 2017.

que, de modo mais amplo, alcançam aspectos largos de um dado momento histórico para o qual voltamos nosso olhar. Nessa discursividade dominante, os velhos de sucesso deveriam ser como Jim, protagonista idoso do filme “Um lugar melhor”,¹⁹ que, em vez de ir para algum asilo ou ficar dependente da família, escolhe morar sozinho exatamente porque as tecnologias lhe permitem “ser quem ele é”. São as tecnologias que o cercam e o observam constantemente que o tornam protagonista de sua própria vigilância, possibilitando-lhe segurança, garantindo-lhe mobilidade, tornando-o autônomo na gerência de sua própria vida. São as tecnologias que, enfim, aparecem aqui como o motivo pelo qual “ele não se sente perto das nove décadas de vida”.

No filme, bem como em outros enunciados que circulam atualmente (seja nas mídias, seja nos discursos médicos ou jurídicos e policiais), a vigilância aparece como uma ambiência ideal para a conquista de uma vida segura e confortável: uma espécie de privilégio ambicionado por todos. Diferentemente da dinâmica de circulação dos corpos ativos da qual a sociedade do controle faz parte, a vigilância moderna, como vimos, operava de acordo com modelos caracterizados pelo esquadramento do tempo e distribuição dos corpos nos espaços arquitetonicamente projetados para produção de corpos dóceis, necessários à modernidade. Como em todas as fases da vida, a vigilância da velhice também servia ao projeto de progresso civilizatório de outrora; assim, “quando o pobre de Paris chega ao fim de sua carreira, 7 asilos esperam sua velhice e muitas vezes seu regime saudável prolongou dias inúteis até bem mais longe que os dos ricos” (BALTARD *apud* FOUCAULT, 1999b). Por outro lado, a contemporaneidade, sabe-se, figura outros modos de vigiar os sujeitos e também de governar as condutas: na nova dinâmica de vigilância distribuída, todos somos passíveis de vigilância e não mais apenas as populações desviantes da modernidade. Como afirma David Lyon (1994, p. 4), “em extensão sem

19 O filme criado pela CableLabs, espécie de “incubadora” de novas tecnologias eletrônicas e digitais, retrata como será a vida bem-sucedida dos idosos num “futuro próximo” (CABLELABS, 2017).

precedentes, as pessoas comuns agora se encontram ‘sob vigilância’ nas rotinas cotidianas”. Trata-se de uma vigilância contemporânea designada – entre outros fatores – a partir da indeterminação da natureza de seus alvos, “fazendo de todos nós alvos de monitoramento e, possivelmente, objetos de suspeita”. Desse modo, na lógica de funcionamento da vigilância atual, o poder opera não apenas sobre grupos desviantes. Nem só os velhos ou seus corpos distribuídos nos espaços de confinamento são os alvos da vigilância atual. No modelo contemporâneo, estão sob o enquadramento da observação que produz conhecimento e possibilita intervenção, além dos corpos, os dados que deles podem ser extraídos.

Nessa perspectiva, a vigilância é vivida menos como coerção e mais como aderência voluntária; processo que acaba por configurar um tipo de monitoramento que alcança cunhos bastante morais. De fato, trata-se de vigiar também o “estado de espírito” dos idosos – estado que já não pressupõe repouso ou retirada do campo produtivo. Nesse sentido, diferentemente de outros momentos históricos – em que ser velho supunha certo distanciamento social, período de descanso ou recolhimento –, os idosos contemporâneos têm, ao mesmo tempo, a liberdade e o dever de estar integrados ao mundo, sobretudo do consumo, engrossando as fileiras de cidadãos permanentemente monitorados (SANZ; PESSOA, 2019). Vigilância que deve garantir aos velhos também a manutenção de um ânimo vigoroso, de uma personalidade ativa, como a de Permínio Moreira, empreendedor de 68 anos (PEGN, 2017). Segundo ele, o sucesso de sua *startup* dependeu de ele ter mantido sempre uma “cabeça jovem”. De modo semelhante, a atriz Maitê Proença, hoje sexagenária, diz acreditar que, mais do que uma questão de idade, a velhice trata de “falta de entusiasmo pela vida” (JARDIM, 2014). Não é por acaso, portanto, que o ideal contemporâneo de velhice é materializado em imagens mais compatíveis com a figura do corpo ereto, com a rapidez dos dispositivos eletrônicos, com a autoadministração e a autogerência de suas bioidentidades. Os indivíduos atuais, como tratou Debert (1999, p. 21), não são apenas monitorados para o exercício da vigilância constante do corpo; “são também responsabilizados pela sua própria saúde”, como se a decadência física

ou os estados de degeneração fossem, acima de tudo, produtos de “doenças autoinfligidas, resultado de abusos corporais, como a bebida, o fumo ou a falta de exercícios”. Assim, embora os ganhos a mais de vida sejam resultado dos avanços da medicina e o aumento de autonomia seja fruto de lutas por direitos sociais (ORTEGA, 2008), as mudanças nos discursos hegemônicos acerca da velhice também estão atreladas a processos mais amplos, inclusive com a desmontagem de um Estado provedor de assistência. Estado que, cada vez mais, trata com desconfiança qualquer tipo de dependência, promovendo campanha significativa no sentido de responsabilizar o indivíduo não apenas por sua saúde, mas também por sua velhice. Essa desmontagem faz daqueles que não cuidam de si os novos desviantes, muitas vezes convertidos em ameaça para o futuro da população.

Desse modo, percebemos como o homem da *Nova Cara da Terceira Idade* contrapõe-se justamente à descrição de decadência e vem enredado a outros significados, vinculando a si outras propostas para a velhice da contemporaneidade. Segundo o “manifesto” (NOVA CARA, 2013), o corpo de pé ressalta a necessidade dos cuidados com o corpo, não somente para a manutenção da qualidade de vida nesse estado de velhice, agora cada vez mais ativo: “Teremos que estar saudáveis para viver bem nessa última etapa da vida. Vamos precisar estar cheios de autoestima para continuarmos extremamente ativos”. O símbolo e as palavras, nessa formação discursiva, abrem então o espaço para a ação, para a possibilidade de mudança e de maleabilidade para a qual a nova velhice direciona. Trata-se de um estado de velhice que se afasta cada vez mais do suporte proporcionado pelo Estado aos seus velhos. Se a classificação da velhice e a sua formatação como grupo, na modernidade, dispuseram esse estágio da vida como estático e fixo, fechado à idade e às características atribuídas ao corpo, o que vemos ocorrer na contemporaneidade entretanto é algo diferente: o velho que cada um é fica menos atribuído ao estágio da vida e cada vez mais próximo de um estado de velhice, que encontra muito mais similaridade com as bioidentidades descritas por Ortega (2008), em que o corpo possui uma autorreflexividade, que em outros tempos correspondia à

alma, sendo as bioasceses – os cuidados com saúde, procedimentos corporais e estéticos, manuais de saúde, autoajuda, terapia – as práticas direcionadas à busca de uma subjetividade que se efetiva externamente nesse corpo possuidor da marca identitária do sujeito contemporâneo. Essa mudança implica outro modo de ver a velhice, agora como esse estado *maleável*, capaz de comportar os tipos de velhos que podemos ser.

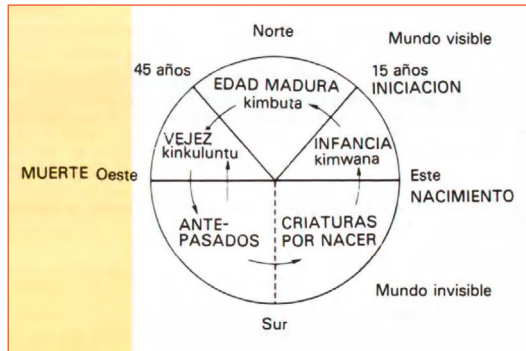
O corpo curvado, confinado e doente do velho fica para trás, convertido em uma “força” de trabalho que pode estar constantemente atualizada e renovada apesar das falências decorrentes da idade que agora podem (e devem) ser administradas com o advento das mais diversas tecnociências. O “velho-jovem” empreendedor, as *vovogglers* e o corpo ereto do símbolo da nova cara da terceira idade vivem *apesar* de seu corpo envelhecido. A velhice, agora maleável, pode ser uma fase de atividades inovadoras e sintonizadas com o mercado dinâmico e conectado das *startups*. Não-se os velhos das casas dos pobres estáticas, ficam os velhos das *startups* superconectadas. As barreiras da idade entre as fases da vida parecem se diluir diante dessa maleabilidade da fase da vida que em outros tempos deveria anteceder a morte. Assim, a propaganda de suplemento alimentar refaz a pergunta costumeiramente feita às crianças sobre o que elas esperam de seu futuro e questiona seu pretense “público-alvo”: “O que você quer ser quando envelhecer?” (NUTREN, 2019). Em uma troca instigante dos sentidos conhecidos para a pergunta feita àqueles que tem um largo futuro pela frente, os publicitários evidenciam um deslocamento não apenas da relação temporal entre as fases da vida ou das marcações que a escada de Currier pareciam deixar tão bem definidas. Eles também entregam aos velhos que consumirão seu produto certa responsabilidade pelo que poderá ainda advir como resposta da pergunta que fazem para eles mesmos. “É uma questão de escolha”, diz a personagem da propaganda. Uma questão de escolha por cuidar, monitorar, gerenciar sua vida ou seus índices nutricionais e definir “quem você será” quando envelhecer.

A “escada” da vida atual parece não mais ter declínio, ao invés de descer e aceitar os últimos degraus, o velho contemporâneo

vê-se verticalizado como seu pictograma representativo, fruto das escolhas que ele mesmo fez, da vigília de espírito que ele próprio empreendeu para manter-se sempre de pé, numa escada que parece não mais ter nem fim, nem parada, nem descanso.

2.

Velhos sábios, velhos *up-to-date*: deslocamentos dos sentidos da experiência



El círculo de la vida en la cosmogonia africana
(KABWASA, 1982, P. 15)

Chegou o programa Senhor Orientador do Sebrae. Gerentes de bancos aposentados de volta à ativa para orientar empreendedores no uso do crédito. A sabedoria e a experiência que vão fazer a diferença para sua empresa crescer.

Campanha “Senhor Orientador”, Sebrae
(DIAS, 2017)

“Muito prazer, eu sou a voz da experiência”. Com a voz mansa e alternando entre risos e suspiros, é assim que se apresenta o personagem principal do projeto Senhor Orientador. Concebido pela entidade sem fins lucrativos Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o projeto convida aposentados do Banco do Brasil a voltarem a trabalhar compartilhando sua “sabedoria” e “experiência”. Para o narrador-personagem da propaganda, “experiência é aquela bagagem que faz a jornada valer a pena”, e a passagem do tempo parece ter valor importante na construção dessa jornada que ele acredita ter valido a pena, na construção de si mesmo enquanto alguém que trilhou um longo caminho para ser quem é hoje. O Senhor Orientador acredita ter mais do que rugas, ele tem “linhas do tempo no seu rosto”, e, ao invés de fios brancos, ele passa os dedos sobre os “fios de esperança” que carrega na cabeça.

Além da exposição emocionante sobre a jornada e o valor da experiência acumulada pelo personagem, outra figura ganha destaque no fim da narração: o empreendedor que o senhor orientador pretende “guiar” com a “sabedoria e experiência” que a propaganda busca exaltar. Essas mesmas sabedoria e experiência servem a um propósito: nas palavras dos publicitários, são elementos que vão ajudar a promover os “sonhos das pessoas”, mais especificamente “fazer a sua empresa crescer” (DIAS, 2017).

Bem longe do Brasil, o zaireno²⁰ Nsang O’khan Kabwasa (1982) escreve para o Correio da Unesco que “Na África, a velhice é um momento privilegiado no interminável círculo da vida”. A respeito da sociedade africana da qual faz parte, mais especificamente os ambunes – da região do Kuilu, na então República de Zaire, o escritor explica a relação de respeito que se estabelece com a velhice em sua comunidade. Segundo Kabwasa (1982, p. 14), “Depositários do conhecimento tradicional, é no momento da iniciação dos adolescentes que os idosos transmitem de maneira ritual sua experiência prática para as novas gerações”. Nessa concepção de mundo, ligada à força vital e ao ciclo da vida, a velhice se constitui como

²⁰ Zaire foi o nome que adotou oficialmente a República Democrática do Congo entre 27 de outubro de 1971 e 17 de maio de 1997.

etapa aspirada por todos, carregando consigo a autoridade que o saber e a experiência podem representar para a comunidade em geral. Além disso, no caráter de continuidade da vida e do culto aos antepassados, além do sentido cíclico da vida que Kabwasa nos apresenta, maior ênfase ganham os cabelos brancos e as rugas, ainda mais quando a espiritualidade e a religião se manifestam no contato privilegiado que somente os membros mais velhos poderiam deter.

Não é somente nas imagens brasileiras e nos relatos africanos que podemos identificar o valor da velhice, o aspecto da passagem do tempo, da jornada e da sabedoria que lhes foi possível acumular, incorporados de forma central em algumas demonstrações dessa fase da vida. Os cabelos brancos, as rugas como sinal de respeito parecem fazer parte, pelo menos em certo ângulo, de um dos ideários que orbitam a imagem do velho. Mas apesar da passagem do tempo como acúmulo de experiência e os cabelos brancos em sinal de autoridade, não é apenas a distância geográfica que separa as narrativas do Senhor Orientador da dos velhos descritos por Kabwasa. Se, numa leitura superficial, podemos nos deixar levar pela visão terna sobre o respeito e admiração ao velho experiente e sábio, com um olhar mais acurado e relacionado às questões a respeito de temporalidade, história, relações de poder, práticas de si e constituição de subjetividades, poderemos perceber que a sabedoria no contemporâneo parece ganhar outros contornos assim como outros fins. Do mesmo modo, o ato de construir-se enquanto um sujeito velho está relacionado a diferentes práticas de subjetivação, em diferentes épocas e sociedades. Se a hegemonia da sociedade capitalista contemporânea, em sua ubiquidade, consegue incorporar para si tantos dos diferentes valores dos mais diversos meios sociais, políticos, religiosos e mesmo de resistências, o que então poderia ser feito da maturidade e dos papéis ocupados pela velhice fora de sua realidade?

Neste capítulo, pretendemos analisar como as características da velhice enquanto espaço de manifestação de sabedoria e transmissão de conhecimento são propagados contemporaneamente pelos circuitos hegemônicos de comunicação. Cabe aqui observar que não se trata de um resgate nostálgico dos sentidos que habitaram outras sociedades e outros tempos históricos e que poderiam ter

conferido lugar de privilégio à ancianidade. Buscaremos, por outro lado, tentar articular quais relações de poder se estabelecem nos nossos modos de experimentar o tempo, de nos entendermos enquanto sujeitos e pertencentes a uma coletividade. De que modo a articulação desses fatores pode transformar os sentidos da própria experiência e sabedoria da velhice? Qual o papel das tecnologias da informação e da comunicação, da aceleração do tempo e da racionalidade neoliberal nessas transformações? No sentido contrário, também procuraremos entender o que as transformações dos sentidos e fins estabelecidos para o papel da velhice na contemporaneidade, expressos nas imagens atuais do fim da vida, podem revelar acerca da dissolução das nossas capacidades políticas, do nosso pensamento coletivo de pertencimento e de solidariedade.

Entre mestres e managers: qual o papel dos velhos no contemporâneo?

Ben Whittaker descobriu que criou muitas expectativas em relação à aposentadoria. O personagem principal do filme *Um Senhor Estagiário* (2015) experimentou viajar, aprender novas línguas e fazer ioga para aproveitar o tempo livre que conquistara com a sua aposentadoria. Mas, apesar de todas as tentativas, entre as viagens para visitar os netos e os funerais, que pareciam um evento cada vez mais frequente em sua vida, um vazio continuava a persegui-lo: ele precisava se sentir útil, fazer parte de algo e ser necessário. Ao ver um anúncio colado no poste ao lado da banca de jornais, pensou estar diante de um “desafio” que poderia ajudá-lo a encontrar isso que ele, aparentemente, ainda não sabia o que era. Tratava-se de um anúncio para estagiários acima de 65 anos. Apesar de não entender do que se tratava as siglas a respeito do formato do vídeo que deveria produzir, Ben segue a orientação de gravar uma vídeo-carta de apresentação para pleitear a vaga oferecida pela empresa e, diante da câmera, ele diz:

Aqui estou, me candidatando a uma vaga de estágio... porque quanto mais penso nisso, mais gosto da ideia. Adoro a ideia de ter aonde ir todo dia. Quero a conexão, a animação. Quero ser desafiado e,

quem sabe, até me sentir necessário. Posso levar um tempo para entender a tecnologia. Já liguei para meu neto de nove anos para saber o que era uma entrada USB. Mas eu chego lá. Quero aprender.

Vendido como um filme de comédia, o longa americano parece atribuir seu tom divertido à percepção de um deslocamento vigente de nossa época: Ben, aposentado, com 70 anos, volta a uma fase tradicionalmente direcionada àqueles que estão (ou deveriam estar) começando. Ele ocupa o lugar de aprendiz, apesar da idade e dos anos acumulados. Não é apenas com o seu neto que Ben vai aprender: sua futura chefe, bem mais nova em idade, sente-se inclusive desconfortável com a situação de ter um estagiário tão mais velho que ela. Ben começa a trabalhar em um ambiente com pessoas de perfis conectados, dinâmicos, capazes de administrar muitas tarefas simultaneamente. Esse contraste fica evidente entre Ben e Jules Ostin, sua chefe, dona e idealizadora de uma loja de roupas *online*. Jules leva uma vida agitada, cheia de compromissos, e administra a vida pessoal entre uma reunião e outra, dorme pouco e dedica boa parte das horas do seu dia a sua empresa, na qual enxerga uma de suas maiores conquistas. Ben, em contraponto, está acostumado com os despertadores analógicos, caneta e calculadora, que coloca em sua mesa no primeiro dia de trabalho, e aprende com o neto e com os colegas de escritório a utilizar o *e-mail*. Jules se sente contrariada ao saber que terá um estagiário de 70 anos, pois ela argumenta “não se dar bem” com pessoas mais velhas. O anúncio para o qual Ben se inscreve no programa de estágio da empresa deixa bem claro quais são as “qualidades” esperadas para a vaga que ele ocupou:

Os candidatos têm que ter mais de 65 anos... competência administrativa, interesse verdadeiro e ser proativo. Carta de apresentação é coisa do passado. Mostre-nos quem você é com um vídeo. Coloque seu vídeo no YouTube ou Vimeo, usando um arquivo MOV, AVI, ou MPG. Estamos ansiosos por conhecê-lo.

A exigência de estar acima de 65 anos, entretanto, não é mera casualidade. O funcionário que apresenta a ideia do programa de estagiários “sêniores” defende que a proposta de inclusão seria uma ótima jogada de *marketing* para a empresa.

Aprender e atualizar-se também é um dos motes para idealização do projeto brasileiro Maturi (2023), fundado em 2015, que oferece cursos de capacitação para ajudar “profissionais maduros” a “construir sua marca pessoal na internet, produzir conteúdo, se relacionar e divulgar seus produtos e serviços nas redes sociais e mídias digitais”. O site funciona como ponto de conexão que coloca em contato pessoas acima de 50 anos com empresas que – assim como a loja de roupas *online* da ficção – estejam interessados nas “vantagens” que esses profissionais têm a lhes oferecer. Maturidade, experiência, comprometimento e credibilidade estão entre os atributos que merecem destaque para recolocação e atualização desse público no mercado de trabalho. O “manifesto” publicado no site diz que:

Todos os dias talentos são banidos do mercado de trabalho por conta da idade e, de uma hora para outra, pessoas completamente ativas perdem o seu espaço.

Se esta situação pudesse ser traduzida numa equação matemática, certamente o resultado seria negativo, pois todos perdemos com isso: o mercado deixa de contar com a experiência e a sabedoria dos mais velhos e os profissionais afastados sofrem frustrações, privações e injustiça, sem falar no impacto psicológico, financeiro e as consequências para a saúde dessas pessoas (MATURI, 2023).

Em outro continente, Victor Kozlov publicou, em 1982, no Correo da Unesco, um estudo sobre os longevos (pessoas que, excepcionalmente, conseguiram alcançar idades mais avançadas dentro de seus grupos). Ao estudar algumas comunidades da região da antiga União Soviética, Kozlov (1982) procurou avaliar quais poderiam ser os fatores que favoreceriam o agrupamento de um grande número de idosos acima dos 100 anos em algumas comunidades. No artigo, o autor parte da análise de grupos rurais pertencentes à URSS da década de 80. Os moradores da então zona rural de Abecásia – território próximo à Georgia que até recentemente ainda enfrentava conflitos em busca de sua independência oficial – estavam entre os estudos, assim como os longevos pertencentes a grupos étnicos do Azerbaijão e da Armênia Soviética. Entre considerações acerca das características do meio em que moravam, sobre fatores genéticos e

hábitos de alimentação, uma questão ganha centralidade entre os grupos de longevos:

Em todas as etnias em que estudamos esse fenômeno, verificamos que a gerontofilia tem papel de destaque, atribuindo aos idosos uma situação privilegiada na família e na sociedade, reconhecendo um grande ascendente moral e cercando-os com o respeito de todos (KOZLOV, 1982, p. 13).

A posição ocupada pela velhice nas comunidades estudadas por Kozlov delinea-se de uma forma que, segundo o autor, estaria no passado – diferentemente do que é demonstrado em exemplos como a vaga de estágio de Ben, ou do site Maturi –, embora nesses grupos, em que os longevos alcançam as idades mais avançadas, o estatuto de honra dos anciãos apareça para o autor como elemento fundamental na “receita para viver cem anos”. Segundo Kozlov (1982, p. 13):

É verdade que a influência real dos idosos nos eventos não é tão grande hoje quanto no passado, mas pelo menos nominalmente, como acontece especialmente entre os Abecásios, eles continuam a desempenhar um papel importante nos conselhos de família, nas reuniões dos grupos patriarcais e até nos conselhos agrários. Eles moram no lar cercado de atenção e cuidado e, em todas as reuniões e refeições, recebem a posição de honra, com o devido respeito pelo grau de velhice.

A gerontofilia indicada por Kozlov também é assunto em evidência no artigo publicado por Nsang O’khan Kabwasa (1982), nessa mesma edição do Correio da Unesco. O autor relata o reconhecimento atribuído aos velhos na comunidade da qual faz parte. Segundo Kabwasa (1982, p. 14), em um grupo étnico da região do Kuilu, na República de Zaire,

os idosos são tratados com deferência e títulos honoríficos são adicionados ao nome: geralmente são chamados de *tata* (pai), *mbuta* (ancião) ou até *nkuluntu* (literalmente “cabeça velha”). Nessa sociedade de tradição oral, como na maioria das sociedades africanas, os idosos são os verdadeiros fundamentos da vila.

Como indicado por Kabwasa (1982), a ideia de os velhos serem “os fundamentos” de algumas vilas africanas está ancorada em uma

concepção de velhice que atribui ao ancião um espaço de privilégio e respeito, entendendo que tal atribuição seria característica da tradição de oralidade que ali se mantém. Interessante notar como o autor nos apresenta essa relação de respeito e preservação das relações comunitárias na imagem de um ciclo da vida que se renova. Nesse ciclo – imagem-epígrafe deste capítulo – todos devem exercer seu papel no funcionamento da coesão do grupo, “assim como a criança está destinada a ser um adulto, o velho adulto e o antigo ancestral, ela renascerá como uma força vital para completar o círculo da vida” (KABWASA, 1982, p. 14).

Aliás, o entendimento da morte como a passagem para a vida invisível, nesse contexto, contribui ainda para a atribuição de um estatuto privilegiado aos velhos, uma vez que, estando mais perto do mundo invisível onde reside a força vital dos antepassados, somente esses anciãos detêm o poder de comunicar-se com tal ancestralidade. A ancianidade, no ciclo da vida, a proximidade com os antepassados, confere um certo poder místico aos anciãos, já que é na idade avançada que se alcança o equilíbrio físico e espiritual, sendo assim a velhice “a era da sabedoria e dos ensinamentos e de modo algum a da aposentadoria. ‘Embora o corpo dos velhos enfraqueça, seu espírito não se aposenta’” (KABWASA, 1982, p. 14).

Aquilo que somos, a maneira como nos percebemos no mundo, como nos constituímos enquanto sujeitos, foi analisada por Foucault como um processo que não poderia se desprender da história e, inevitavelmente, da relação que estabelecemos com o tempo. Dizer que a subjetividade se articula com o tempo é abandonar a ideia de uma subjetividade universal, a-histórica, imóvel e fixa. É também dizer que a subjetividade é corpo, que com ele se relaciona e dele não pode se desvincular. A subjetividade é, numa perspectiva foucaultiana, uma expressão da nossa relação com as coisas através da história, sendo o modo mais imediato de expressão dessa relação o corpo “entendido não apenas como corpo orgânico, mas também como corpo construído pelas relações com as coisas que encontra durante a sua existência” (CARDOSO, 2005, p. 345). Também atravessada por essa relação do corpo, de seus sentidos, de suas relações com o tempo e com a comunidade, está

a configuração das subjetividades da velhice, aquilo que entendemos como seu papel dentro de um grupo, de uma comunidade e de uma sociedade. Entende-se, assim, que tanto as relações entre as sabedorias da velhice como também as sabedorias que são adquiridas ao longo da vida podem contrair diferentes sentidos em distintas relações.

Assim, diferentemente do poder místico da ancianidade das comunidades tradicionais africanas, os talentos “sêniores” que podem ser perdidos, como aponta o Maturi, convertem-se em uma equação matemática em que todos saem prejudicados. Para o mencionado projeto, os profissionais maduros perdem a oportunidade de manter-se ativos, e “o mercado” perde algo que, nessa narrativa, parece ser um bem de valor: a sabedoria e a experiência dos mais velhos. Entretanto, de modo diferente dos anciãos, dos mestres dos aprendizes, os velhos contemporâneos parecem incorporar outra posição. O tempo de vida, a experiência acumulada ao longo dos anos colocam – como nas imagens exemplares de tal descolamento – o velho (não mais aposentado) e sua sabedoria adequados a uma exigência que parece ser cada vez mais onipresente em nosso tempo: atualização e responsabilização individual.

Falamos aqui de um certo modo de ver a vida, de traçar planos e aspirar a conquistas, algo que parece atravessar desde os desejos de Ben, os cursos oferecidos pelo Maturi e até a própria concepção do projeto Senhor Orientador, que também serve de epígrafe para este capítulo. Trata-se de um governo de condutas que cada vez mais faz com que o modo de organização da empresa seja o modelo generalizado e formador dos sujeitos contemporâneos que somos. Para Foucault (2008a), o princípio do cálculo do custo da liberdade está condicionado ao que se chama segurança. A arte de governar do liberalismo do século XIX estaria responsável por gestar não somente as liberdades, mas calcular (e gerir) os perigos que podem interferir na organização das possibilidades graças as quais poderemos ser livres. No neoliberalismo, tal cálculo é tarefa, sobretudo, do sujeito. Trata-se de uma racionalidade neoliberal que tem como alguns de seus principais pilares a responsabilização individual. Para Dardot e Laval (2016), essa racionalidade carrega em si um modo

totalizante de monetizar nossas escolhas e privatizar nossas condutas utilizando nossa liberdade de escolha. Trata-se de calcular as melhores probabilidades e fazer as escolhas que nos levarão aos resultados estabelecidos para uma certa condição de acesso ao bem-estar. O sujeito contemporâneo a que Dardot e Laval (2016, p. 332) chamarão de “homem competitivo” procura

maximizar seu capital humano em todos os campos, que não procura apenas projetar-se no futuro e calcular ganhos e custos como o velho homem econômico, mas que procura sobretudo trabalhar a si mesmo com o intuito de transformar-se continuamente, aprimorar-se, tornar-se sempre mais eficaz.

Se a vida, em todos os seus aspectos, passa a ser alvo de cálculos e da autogerência do capital-humano, aquilo que de mais valioso pode-se deter da velhice não poderia escapar à tal lógica. Isso explica por que “maturidade”, “experiência” e “comprometimento” estão entre os atributos valorizados do “profissional 50+” que o site do projeto Maturi tenta atingir. Atributos que serão vistos como diferenciais na busca por uma recolocação e na atualização desse público no mercado de trabalho. “Ativo” também publicizado na campanha do SEBRAE, segundo a qual a experiência do bancário aposentado poderá fazer diferença na conquista “dos sonhos das pessoas” que buscam na instituição as orientações necessárias para fazer suas empresas terem sucesso. Nessa dinâmica, “a voz da experiência” adquire potencial de ser cobiçado pelo “mercado”, semelhante ao que é ressaltado no texto do site Maturi. Mas, para isso, algumas adequações precisam ser feitas. Entendendo as práticas e os cuidados de si como parte fundamental dos processos de subjetivação, ou seja, das formações das subjetividades históricas, tais práticas não poderiam escapar da conformação da velhice atual. Prescrições de uma série de procedimentos e cuidados oferecem ao sujeito os meios de configurar a si mesmos como os velhos do século XXI. O próprio site Maturi oferece as práticas de si pelas quais os idosos podem fazer esse *upgrade* nos seus atributos com cursos de “capacitação profissional” que possam ensinar os mais velhos a, por exemplo, aprender a “construir uma marca pessoal forte e bem definida”. Essa mesma lógica contemporânea coloca os indivíduos

em busca de um arsenal de técnicas e meios de aprimoramento para que se possa alcançar os níveis mais altos de aperfeiçoamento. Nas palavras de Dardot e Laval (2016, p. 328),

a racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos.

Diferentemente dessa lógica, é fato que o contato com a ancestralidade não ocupa papel secundário nas relações sociais das comunidades que estabelecem outra dinâmica com o sentido de experiência da velhice. Mas, além disso, outro fator importante parece dar aos velhos desses grupos um caráter honroso: a oralidade. Amadou Hampâté Bâ, autor malinês nascido por volta de 1900, conta no prólogo de seu livro como os amigos que leram seus manuscritos espantam-se: “como a memória de um homem de mais de oitenta anos é capaz de reconstruir tantas coisas e, principalmente, com tal minúcia de detalhes?” (BÂ, 2006, p. 13). Ele explica: “É que a memória das pessoas de minha geração, sobretudo a dos povos de tradição oral, que não podiam apoiar-se na escrita, é de uma fidelidade e de uma precisão prodigiosas”. O autor conta como, desde pequeno, aprendeu a ver nos cabelos brancos a capacidade da narrativa e da transmissão das histórias como algo que um dia seria alcançado também por ele. Nos relatos de *Amakoullé, o menino fula*, Bâ (2006) conta, com a riqueza da narrativa africana, a transição que vivenciou em seu território durante o período do colonialismo francês e as relações que sua comunidade estabelecia com a figura dos velhos. Segundo Bâ (2006, p. 174):

O mesmo ancião (no sentido africano da palavra, isto é, *aquele que conhece*, mesmo se nem todos os seus cabelos são brancos) podia ter conhecimentos profundos sobre religião ou história, como também ciências naturais ou humanas de todo tipo. Era um conhecimento mais ou menos global segundo a competência de cada um, uma espécie de ‘ciência da vida’; vida, considerada aqui como uma unidade em que tudo é interligado, interdependente e interativo; em que o material e o espiritual nunca estão dissociados.

Como se sabe, atualmente, nas sociedades ocidentais, a radicalização da informação e as possibilidades incomensuráveis de armazenamento fazem parte da configuração de um outro modo de entendermos o valor da sabedoria e do conhecimento da velhice que, em outros tempos, em outros modelos de sociedades, poderiam estar resguardados aos idosos de uma comunidade. Paula Sibilia (2012) analisa como aquilo que entendemos enquanto aprendizagem no contemporâneo desloca-se, nas dinâmicas atuais, para algo que coloca o fluxo informacional no centro das práticas pedagógicas. Adicionalmente a isso, além da capacidade de armazenamento, a necessidade de atualização constante vem ganhando protagonismo nesse contexto. Parece que outros são os elementos que passam a tecer uma rede estabelecadora daquilo que deve ser valorizado enquanto saber e conhecimento.

Assim como Ben, que precisa aprender com seu neto o que significa uma entrada USB, o “público-alvo” do site Maturi e os senhores orientadores do SEBRAE precisam ressignificar, atualizar e adequar suas qualidades, ou, em termos empresariais, os produtos que podem oferecer ao mercado. E, nessa jornada, devem enfrentar as dificuldades e os possíveis fracassos pelo caminho. A própria inquietação de Ben aparece nesse contexto como uma manifestação daquilo que poderia ser entendido em nosso tempo como sucesso ou fracasso. Aparentemente, estar aposentado não oferecia a Ben a completude que ele se põe a buscar voltando à ativa, “sendo desafiado” e aprendendo coisas novas. Nesse sentido, “a vida na empresa é considerada em si mesma uma ‘formação’, o lugar onde se adquire certa sabedoria prática” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 338), a generalização dos modos de ser, das subjetivações centradas no empresariamento da vida torna assim os *managers* os novos sábios ou mestres (AUBREY *apud* DARDOT; LAVAL, 2016). Aprender coisas novas passa a ser um dos principais propósitos do novo mestre, ou sábio contemporâneo. É na atualização e no aprendizado constante que o *manager*, o gestor de si mesmo, busca (inclusive na velhice) o sentido para sua própria existência. No mesmo sentido, ajudam a reforçar a ideia que passamos a ter sobre o que seria sentir-se completo nessa fase da vida, um sentimento que, no contemporâneo,

parece estar cada vez atrelado aos conceitos e termos empresariais. Apesar de o “produto” que temos a oferecer estar, aparentemente, ultrapassado, o desafio diário é conseguir recolocar, readaptar, readequar-nos a uma realidade que cada vez mais descarrega a responsabilidade dos louros, assim como das derrotas, em nossas próprias escolhas. Algo que aparentemente não se adere mais à lentidão e ao detalhamento das narrativas descritas por Bâ (2006). Como bem descreve Benjamin (1987, p. 202-203),

o saber que vinha de longe – do longe espacial das terras estranhas, ou do longe temporal contido na tradição –, dispunha de uma autoridade que era válida mesmo que não fosse controlável pela experiência. Mas a informação aspira a uma verificação imediata.

Claro que, como vimos aqui, a modernidade e o projeto civilizatório de progresso forjaram estatutos e papéis específicos para a velhice dentro da sociedade que deveria trabalhar em direção a um futuro aberto e melhor a ser construído pela civilização. Diferentemente do entendimento da experiência passada como espelho do que está por vir, como demonstra Koselleck (2006), a modernidade inaugura um novo modo de experienciar o tempo futuro. Trata-se de um jeito de vivenciar a história que coloca o homem como ator principal no desenho do porvir, e o tempo como agente absoluto de mudança. O futuro aberto, diferente e melhor foi a condição de possibilidade para a emergência das utopias e dos projetos de sociedade em que o homem – emancipado das tutelas da Igreja – poderia enfim buscar um futuro ainda a ser inventado. Por outro lado, o mesmo projeto civilizatório que, colonizando o território malinês de Bâ, pôde fazer ruir certos aspectos atribuídos aos anciãos que a própria modernidade europeia já vinha transformando.

Se já nos primórdios da modernidade a aceleração do tempo figurara uma série de transições sociais, tecnológicas e culturais, no contemporâneo isso vai mais além: a radicalização da informação e das tecnologias da imagem vão operar em deslocamentos ainda mais intensos. No mercado de trabalho atual, por exemplo, para estar sempre adaptado a ele, a experiência e a sabedoria do velho agora precisam estar atualizadas, caminhando na velocidade

do lançamento das inovações digitais e em constante atualização diante das mudanças de um tempo em que a transição e a necessidade de adaptação se tornam a regra. Nessa realidade, não é a coesão da comunidade nem o tesouro dos saberes guardados pelos idosos que garantem o papel honroso ou mesmo uma função dentro dos grupos, da família, ou da nação. Na ordenação das sociedades ocidentais onde vigoram as regras do capitalismo tardio, são outros os tesouros que o velho precisa cultivar, ou talvez – em palavras mais contemporâneas – outros são os tesouros em que ele precisa *investir*.

Juventude não tem idade: o mito da resiliência e o declínio do pensamento coletivo

A vaga de estágio para idosos ou o projeto de orientação financeira oferecido por um aposentado são imagens que guardam ainda outras questões indicativas de transições mais amplas do tempo em que vivemos. Não é coincidência que a recolocação no mercado de trabalho esteja cada vez mais centrada em certos tipos de práticas e atitudes que colocam o sujeito em posição de protagonismo de seu próprio sucesso – mesmo com todas as contradições que esse discurso possa carregar. Seja na infância, na juventude ou na velhice, o imperativo de estar preparado e adaptado ao mundo de mudanças transpassa os processos de subjetivação no contexto atual. Transformando não apenas o lugar que atribuímos à velhice, mas também operando nas modificações das concepções contemporâneas de pertencimento e coletividade.

Articulando essas mudanças a uma particular experiência do tempo atual, um conceito parece emergir como condição necessária em um mundo de contínuas catástrofes: a resiliência. Se não de catástrofes, fala-se pelo menos de um mundo de transformações que se apresentam de modo rápido e constante. “*Change is the new normal*”, é o que diz Natalie Baumgartner – representante de uma plataforma voltada para o engajamento de funcionários. Em meio a instruções e dicas de como se deve construir um ambiente de trabalho resiliente, Baumgartner (2019), em artigo escrito para Forbes,

defende que “Com períodos mais curtos de permanência em postos de trabalho e mudanças constantes de emprego tornando-se a norma, o ambiente de trabalho torna-se bastante tumultuado. A resiliência é mais importante do que nunca.” Aliás, falas como a de Natalie têm se propagado no meio empresarial, especialmente entre os gestores de recursos humanos, ou entre as diversas variedades de “coachs” – termo bastante popular da atualidade. “Treinar” sujeitos resilientes não se restringe, entretanto, aos adultos colaboradores das empresas. Como vimos, mesmo dos mais velhos em idade de se aposentar, são demandadas características de adaptação como a resiliência. Segundo o site Fifties Mais (GEREVINI, 2018), “equipes multigeracionais conseguem imprimir equilíbrio nas equipes e os mais velhos podem ser exemplo de resiliência”.

Para Julian Reid (2012) “a resiliência é um conceito útil, argumentam os proponentes do desenvolvimento sustentável, precisamente porque não é uma capacidade dos estados, nem apenas das populações humanas, mas uma capacidade da própria vida”. Diretamente derivado da ecologia e ligado ao desenvolvimento que considera a preservação dos recursos naturais, o conceito expande-se, cooptado pelas práticas neoliberais, integrando-se também a um certo gerenciamento pessoal dos desastres. Em se tratando de materiais que se ajustam às adversidades do clima ou mesmo à possibilidade de recuperar-se e demonstrar controle psicológico em situações difíceis, de certo que desenvolver capacidades como a resiliência torna-se condição de sobrevivência em momentos de dificuldade enfrentados diariamente. A questão é que, quando incorporada ao discurso neoliberal e aplicada à sociedade, à economia e/ou às conquistas, aos planos de vida, aos sucessos e fracassos dos sujeitos, essa articulação passa a conceber os desastres, as mudanças ou o sofrimento não como ameaças ao desenvolvimento daqueles que aspiram estar seguros, mas sim como oportunidades (REID, 2012). Assim, a exposição a mudanças é conceitualizada em termos positivos e formulada como possibilidade de desenvolvimento do modelo neoliberal de governança, no qual mesmo o sofrimento precisa ser produtivo, porém não na forma de promover mudanças e transformações sociais, e sim como um meio de

redimensionar esse sofrimento, que passa a necessitar ser autogerido pelo próprio sujeito.²¹

Assumir que o mundo de mudanças e transformações é a nova ordem a ser incorporada e que para elas devemos estar sempre preparados pressupõe que se entenda como necessária não somente a reinserção no mercado de trabalho daqueles que já estariam em idade de desengajar-se dele; justifica também a flexibilização de jornadas, o acúmulo de vários empregos, a supressão de contratos fixos e dos empregos de tempo integral, conforme descreve uma matéria do *The Guardian*. Segundo a reportagem, os jovens do amanhã enfrentarão mudanças que os convocarão a administrar vários “empregos” ao mesmo tempo, como diz a manchete: “Meu pai teve um trabalho em sua vida, eu tive seis na minha, meus filhos terão seis ao mesmo tempo” (ADAMS, 2015). Apesar de concluir que a “colcha de retalhos de serviços e empregos”, caracterizada pela realidade do futuro, “pode muito bem incluir baixos salários e fracos direitos de negociação coletiva”, considera-se que “também pode ser uma oportunidade e talvez uma necessidade”.

Em uma realidade marcada pela aceleração do tempo e caracterizada pelos regimes de funcionamento 24 horas por dia, como bem descreve Jonathan Crary (2014), ter múltiplos empregos ou “trabalhar para sempre” parece fluir como um encadeamento normal da “evolução tecnológica” que presenciamos – pelo menos é o que narram certos discursos sobre como devemos estar preparados para essa realidade. A Revista Exame (2017) anunciou em sua página oficial do Facebook: “Trabalhar pra sempre, e sem drama”. A frase legendou o post de compartilhamento de uma de suas capas – divulgada em janeiro de 2017, estampada com a imagem do astro do rock Mick Jagger. Questionando o leitor sobre o que ele tem em

21 Como propõe Christian Dunker – ao debater a relação entre neoliberalismo e sofrimento psíquico a partir das teses expostas no livro *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, de Pierre Dardot e Christian Laval –, “o neoliberalismo inventa um sofrimento produtivo, inventa uma inculcação de que cada empresa e cada indivíduo que se subjetiva como uma empresa tem que gerir o seu sofrimento de forma a que ele seja o mais produtivo possível. Ou seja, mesmo patológico, mesmo aquilo que seria mais desviante, mesmo aquilo que deveria nos indignar, é tornado por esse sistema uma espécie de motor impulsionador para aquilo que seria assim no espírito do capitalismo” (DUNKER, 2016a).

comum com o cantor, a própria revista responde: “Talvez, não seja a fortuna, nem o rebolado [...] Mas, assim como Mick Jagger, você terá que trabalhar velhice adentro. A boa notícia: preparando-se para isso, vai ser ótimo!”. Também os significados e os modos de ser velho transmutam-se nessa dinâmica de preparação e responsabilização individual, diante do que as narrativas hegemônicas propagam como velhice de sucesso. Nesse caso, a “preparação” de que fala a revista passa por adequar a velhice e sua sabedoria de modo que permaneçam sempre atualizadas, independentes, autônomas e eternamente ativas.

Não é por acaso que o mercado de trabalho passa a demandar dos “profissionais do futuro” competências como multitarefa, gestão do tempo, inteligência emocional e resiliência. Cenário que parece se encaixar muito bem com o perfil de Jules, a “mestre” da qual Ben torna-se uma espécie de aprendiz do século XXI. De modo muito sutil, a constituição de sujeitos resilientes e adaptados coloca luz aos modos como eles devem adequar-se à nova realidade, às práticas e aos cuidados que devem cultivar, mais do que questionar tal realidade. São discursos muitas vezes entrelaçados a uma certa nebulosidade sobre as engrenagens que colocam essa lógica em movimento. Além de estar preparado, adaptar-se e autogerir-se perante a realidade de mudanças, a promoção da capacidade de resiliência se engendra a uma recusa de resistência a essas transformações. Trata-se de uma degradação das capacidades políticas dos sujeitos que faz colocar à margem não somente o ato de resistir, mas o gesto de identificar-se enquanto pertencente a uma coletividade maior. As narrativas do sujeito empresarial e resiliente sutilmente colocam em segundo plano os processos de questionamento e reflexão acerca das lógicas que enredam os cenários projetados diante dele. A capacidade política de resistir à retirada de direitos conquistados, de solidarizar-se com seu grupo ou de transformar a realidade causadora do seu sofrimento fica, assim, suprimida. E as luzes se voltam para a habilidade de estar ajustado a certas circunstâncias, obscurecendo, por exemplo, possibilidades de mobilizações coletivas em busca de melhores condições de trabalho, de uma aposentadoria mais justa paga pelo Estado ou de acesso à educação pública

de qualidade. Mais do que isso, vê-se eximida a possibilidade do pensamento coletivo de pertencimento e, nesse contexto, o papel da velhice também se transforma.

Se entendermos o papel da velhice como peça na construção do sentimento de pertencimento de grupo e avaliarmos a transformação desse sentimento diante das mudanças históricas, sociais e econômicas, é possível notar que certas transições aconteceram também em outras épocas. Em entrevista para Folha de S. Paulo (FARAH, 2003), em 2003, Hampâté Bâ relata que “uma das maiores consequências da guerra de 1914, pouco conhecida, foi provocar a primeira ruptura na transmissão oral dos conhecimentos tradicionais”. A guerra dos colonizadores, conta Bâ (2006, p. 260), não se tratava de uma guerra africana, mas de uma guerra que os “pele de fogo”, os franceses, travaram para

nos conservar, nada mais que para nos conservar, e os alemães, para nos obter. Não é preciso procurar outra explicação. Além disso, para que perder tempo a nos interrogar sobre os motivos da briga deles? Melhor seria encontrarmos um meio de agastar esta calamidade, por que seja qual for a causa desta guerra, nós é que sofreremos o peso, de uma forma ou de outra.

Por meio da fala de um dos oradores de seu tempo, Bâ exprime a inquietação dos grupos dominados pela França no período da declaração da primeira grande guerra. Tratava-se do prenúncio proferido por um povo que sabia das consequências que o conflito conclamado por seus dominadores poderiam lhe acarretar.

Walter Benjamin (1987) também associa à guerra – entre outros fatores – o declínio da narrativa, em decorrência da escassez de experiências comunicáveis de seu tempo. Testemunha de um tempo que orbitava em torno do conceito de progresso moderno, o autor constata algo que, de modo semelhante a Bâ, na defesa do saber transmitido pela oralidade anciã dentro das comunidades, também via declinar. Diante dessa derrocada da narrativa e da transmissão de experiências comunicáveis, Benjamin aponta que tal declínio vinha de longe, algo que o autor entenderia como um sintoma de decadência, uma característica moderna e que acontecia em concomitância com a evolução das forças produtivas, com os avanços

técnicos – entre eles a imprensa – e especialmente com a profusão da informação. Segundo Benjamin (1987, p. 203), “se a arte da narrativa é hoje rara, a difusão da informação é decisivamente responsável por esse declínio”. Na constituição da narrativa, cujo declínio é denunciado pelo autor, o elemento do saber distante – seja ele temporal ou espacialmente distante – é composto fundamental. É por isso que ele vê na figura do camponês sedentário e do marinheiro comerciante representantes dos grupos que conhecem e narram suas “histórias e tradições”. Se nas experiências comunicáveis Benjamin (1987, p. 207) enxerga a figura do narrador, é no momento da morte, ao fim da vida, que o “saber e a sabedoria do homem e sobretudo sua existência vivida – e é dessa substância que são feitas as histórias – assumem pela primeira vez uma forma transmissível”. Benjamin (1987, p. 114) fala das experiências que “de forma concisa, com a autoridade da velhice, em provérbios; de forma prolixa, com sua loquacidade, em histórias; muitas vezes como narrativas de países longínquos” são comunicadas a pais e netos diante da lareira.

Se, no início do século xx, quando escreveu sobre o declínio da experiência, – e pode-se dizer da sabedoria adquirida ao longo de uma vida e propagada na oralidade – Benjamin (1987, p. 114) perguntara o “que foi feito de tudo isso?”, Kabwasa (1982), ao falar de sua comunidade natal, também denuncia certo deslocamento no papel do saber e da velhice em comunidades características do narrador sobre o qual escreve Benjamin: “Esta erosão dos valores da comunidade, devido em particular ao avanço dos valores individualistas da vida urbana, exacerba os riscos de marginalização e isolamento dos idosos na sociedade africana” (KABWASA, 1982, p. 14). Importante ressaltar que, conforme Bâ salienta antes de transcorrer na sua narrativa, ao se falar em uma “tradição africana”, não se deve generalizar, uma vez que não haveria uma só tradição válida para toda África e que se deveria considerar as singularidades de cada etnia, com seus símbolos sagrados, seus costumes sociais, variáveis de uma região a outra. Ele não deixa de assumir, entretanto, que podem ser consideradas certas constantes como “a presença do sagrado em todas as coisas, as relações entre os mundos visíveis e invisíveis e entre os vivos e os mortos, o sentido comunitário, o respeito

pela mãe, etc.” (KABWASA, 1982, p. 14). Características de uma organização social que parecia não estar imune às transformações que o mundo enfrentaria com o advento da modernidade e tudo que ela poderia trazer. De certo que, de modos e estratos históricos diferentes, as transições apontadas pelos autores estão atreladas a diferentes vetores e lutas de forças que atuam em diversas medidas nessas transformações. Aqui, procuramos identificar as similitudes que as relações tecidas nessas comunidades apresentam com a figura da sabedoria, da narrativa oral e do papel marcado da velhice em grupos que parecem compartilhar entre si um tipo específico de relação com o tempo e que fará também transformar o modo como delinham o lugar que o idoso deverá ocupar nessa relação.

Sobre a relação que estabelecemos com o tempo em diferentes momentos e a alteração do topos da história, Koselleck (2006) fará uma análise através da linguagem sobre o modo como a história enquanto experiências passadas teria tido “o papel de uma escola, na qual se podia aprender a ser sábio e prudente sem incorrer em grandes erros” (KOSELLECK, 2006, p. 42). É a história como mestre da vida que evidenciava uma relação com o tempo em que o passado seria espelho para aquilo que ainda estaria por vir. A história enquanto sinônimo de narrativa ou relato duraria longos anos até que se transformasse no conceito moderno de História, do coletivo singular, com uma única linha que congregaria todas as outras pequenas histórias e relatos em apenas uma: progressiva e linear. Aqui percebemos, tanto nos escritos benjaminianos quanto na história mestre da vida, apontada por Koselleck (2006), como a relação que estabelecemos com o tempo, com o modo de contar e vivenciar os espaços da experiência e o horizonte de expectativas são vetores importantes na conformação do lugar que ocupa a velhice em determinadas sociedades e tempos históricos.

Falamos de uma experiência temporal caracterizada por certo movimento estático do tempo, em que o espaço da experiência e o horizonte de expectativa estabelecem uma relação de simetria. Algo muito aderente ao ciclo da vida apresentado por Kabwasa (1982) para mostrar a relação que os membros de sua etnia constituem com a passagem do curso de suas vidas. Essa experiência temporal poderia

ser percebida na análise de Koselleck (2002) sobre os termos “progresso” e “declínio”, seus significados e utilizações enquanto conceitualizadores de transformações do tempo histórico. Se, desde por volta de 1800, a ideia de progresso se transforma em um conceito estreitamente ligado à História, a ideia de declínio ou decadência não consegue, do mesmo modo, manter-se enquanto indicador de passagem do tempo. Para demonstrar sua tese, Koselleck ancora-se inicialmente em imagens da Antiguidade e da Idade Média, em metáforas, como as greco-romanas, que poderiam trazer o ideário de progresso, mas com sentidos diferentes daqueles que ganhariam força na modernidade. O ciclo da vida, o envelhecimento, são modos de expressar a passagem do tempo em determinados contextos em que a palavra progresso não adquirira ainda o conceito de aperfeiçoamento infinito que teria durante a modernidade. Trata-se de um jeito de perceber o mundo e as suas possíveis transformações enquanto um corpo que envelhece, sendo seu declínio a possibilidade de renovação de um ciclo que se mantém em certa medida:

O fato de o mundo estar em um estado de velhice é uma auto-interpretação tardia que foi conceitualizada repetidamente por um termo: o do *senectus*. ‘Declínio’ foi, portanto, mais adequado para descrever todo um curso da sociedade, mesmo uma das dimensões cosmológicas, do que as variantes de um avanço parcial (KOSELLECK, 2002, p. 223).

Nesse regime de temporalidade, em que o tempo não age ainda necessariamente como fator de transformação, a expectativa em relação ao futuro é a de que nada de muito novo poderia acontecer. “A metáfora biológica do *senectus* poderia então ser entendida tanto em termos pagãos – a expectativa de um novo jovem que reabrisse o ciclo em todos os lugares – e como o portento do fim do próprio mundo e a ressurreição dos mortos” (KOSELLECK, 2002, p. 223).

Em um contexto em que a relação com o tempo, especificamente com o tempo do futuro, não se alterará em grandes proporções e em que as experiências passadas seriam norteadoras para as ações ou para a manutenção de um certo equilíbrio dessas sociedades, percebemos a sabedoria dos mais velhos, o conhecimento daqueles que já viveram experiências passadas, ocupando lugar de prestígio

e importância. Nesse sentido, Eclea Bosi (1987) convoca uma antiga lenda balinesa para apontar a importância do saber da velhice em uma comunidade onde os velhos foram sacrificados e não havia restado nenhum avô que compartilhasse suas tradições com os netos:

Um dia quiseram construir um salão de paredes de troncos para a sede do Conselho. Diante dos troncos abatidos e já desgalhados os construtores viam-se perplexos. Quem diria onde estava a base para ser enterrada e o alto que serviria de apoio para o teto? Nenhum deles poderia responder: há muitos anos não se levantavam construções de grande porte e eles tinham perdido a experiência. Um velho, que havia sido escondido pelo neto aparece e ensina a comunidade a distinguir a base e o cimo dos troncos. Nunca mais um velho foi sacrificado (BOSI, 1987, p. 35).

Ao tentar resgatar a importância das lembranças da velhice, Bosi também joga luz sobre um lugar dessa velhice enquanto detentora de um saber, importante tesouro da comunidade, saber este transmitido através da oralidade. A técnica e a informação são elementos que parecem deslocar o espaço daquele que Walter Benjamin chamou de narrador. Crítico do progresso, Benjamin anunciara o declínio da experiência e da narrativa – da passagem da tradição oral, das narrativas centradas na oralidade – como as bibliotecas que morrem com os velhos²² ou como os saberes sacrificados da lenda balinesa.

Quando falamos em sociedades tradicionais, aquelas que habitaram tempos distantes, mesmo anteriores à Idade Média, é importante ressaltarmos o alerta feito por Debert (1999). A autora se refere ao cuidado para não se associar a velhice anterior à modernidade a uma ideia de idade de ouro, ainda que se considere a modernidade como um tempo de perda do status social dos indivíduos no qual “a industrialização teria destruído a segurança econômica e as relações estreitas que vigoravam nas sociedades tradicionais entre gerações e famílias” (DEBERT, 1999, p. 17), relegando ao velho um caráter de peso para família e para o Estado. Minois (1989), na tentativa de traçar uma História da Velhice no Ocidente, corrobora

22 Segundo o próprio Bâ (2004, p.8), “na África, quando um ancião morre, é como se uma biblioteca se incendiasse”.

o cuidado de tratar as diferenças nos lugares que cada sociedade pode reservar ao idoso, sendo que, nas sociedades tradicionais estudadas pelos antropólogos, esse papel “variou consideravelmente de um povo para o outro, dependendo das circunstâncias e do modo de vida e organização geral de uma cultura em particular” (MINOIS, 1989, p. 9). Longe de arriscar quaisquer possíveis generalizações, aqui, tentamos apontar quais outras atribuições da velhice enquanto sabedoria podem ser evidenciadas como índices de relações entre a experiência temporal do sujeito, de suas relações em comunidade e com aquilo que se configura como o lugar da velhice. Tentando ainda perceber como tais características, tomadas como sentidos específicos em certos contextos, podem ser ressignificadas e investidas de outros valores em outros contextos históricos, sociais e econômicos.

Como foi possível perceber, certa privatização de condutas e a promoção das liberdades de escolhas individuais estão também intrinsecamente conectados ao enfraquecimento das coletividades, ao sentimento de pertencimento e ao papel significativo dentro dessa coletividade, papel que, nas imagens apresentadas por Bâ e Kabwasa, dariam à velhice não somente o lugar de privilégio, mas também uma ocupação cuja sabedoria e conhecimento dos anos acumulados proporcionariam coesão ao funcionamento daquele grupo. A individualização do sujeito na contemporaneidade é uma das marcas mais fortes do enfraquecimento das coletividades. Não é por acaso que tramitou, entre os protagonistas do governo brasileiro conduzido por Jair Bolsonaro (2019 – 2022), a continuidade da proposta de reforma da previdência que previa uma mudança no sistema de aposentadoria social brasileiro para o regime de capitalização, “uma espécie de poupança que o próprio trabalhador faz para assegurar a aposentadoria no futuro” (REFORMA, 2019). O regime de capitalização, que vinha sendo defendido pelo então presidente e implementado pela ditadura de Pinochet no Chile, previa, para aqueles que ainda não ingressaram no mercado de trabalho, um tipo de poupança feita pelo trabalhador. Diferentemente do regime de repartição, no sistema de capitalização, a conta, que no futuro proveria a aposentadoria ao trabalhador, passaria a ser

individual e não mais coletiva. A proposta, defendida e proferida em discursos amplamente midiáticos, é um modelo exemplar da dinâmica de desresponsabilização social (DARDOT; LAVAL, 2016) e da dissolução da força do coletivo.

A “Nova Previdência”, assim chamada na campanha institucional do governo, se apresentou em favor da preservação dos benefícios das gerações futuras e tinha entre seus argumentos a necessidade de mudança urgente, de atualização de algo que já não mais encaixava-se nos modelos atuais do século XXI, para algo “mais equilibrado” que garantisse que “benefícios não consumam recursos que poderiam ir para saúde, educação e segurança” (NOVA PREVIDÊNCIA, 2019). Aliada a essa argumentação, defendeu-se a inserção de um modelo que não somente colocaria os jovens para contribuir financeiramente em uma conta que seria só sua, mas que também possibilitasse a “autonomia” na escolha do modo como seu dinheiro deverá ser investido,²³ fazendo minguar paulatinamente o modelo solidário e coletivo de um fundo comum e administrado pelo próprio Estado. Assim, adaptação, capacidade de cálculos das escolhas e responsabilização (individual) seriam as bases de práticas e condutas que teriam seu sucesso auferido no fim da vida do trabalhador que, tendo conseguido contribuir o suficiente durante sua vida laboral, poderá usufruir do valor financeiro de sua pensão conquistada pelo “mérito” de ter se preparado para a velhice do modo correto.

Apesar de ter sido derrubada pelo congresso brasileiro, a proposta de capitalização, retirada da reforma da “Nova Previdência”, não deixa de ser imagem exemplar do deslocamento enfrentado por nossa sociedade. Cada vez mais nos afastamos do que poderia assemelhar-se a uma comunidade coesa e solidária. Nos afastamos de um ciclo da vida onde cada papel – do jovem ao velho – ocupa lugar de importância em um grupo. Como a importância da contribuição do jovem, que entenderia o conceito solidário da preservação

23 O então secretário de Previdência do Ministério da Economia, Leonardo Rolim informou que “o trabalhador poderá escolher, entre as instituições autorizadas, como os seus recursos seriam aplicados” (MARTELLO, 2019).

do direito coletivo da aposentadoria, conscientizado de que um dia também usufruiria desse mesmo direito. Reflexão que poderia estar sustentada pela propagação de um pensamento solidário que vê a emergência da juventude (assim como a da velhice) como um futuro que nos espera adiante. Claro que, nesse sentido, não é só da contribuição dos jovens que dependem os proventos das aposentadorias brasileiras. Não podemos desconsiderar as escolhas políticas e fiscais estabelecidas até aqui para que se torne cada vez mais inviável a possibilidade de um modelo de aposentadoria em que o Estado, os contribuintes e os empresários garantam o pagamento de proventos aos trabalhadores no fim de suas vidas. Escolhas que, agindo como efeitos-instrumentos da atual dinâmica, reforçam ainda mais a racionalidade, o modelo de vida no qual nos encontramos mergulhados. Como bem descreve Dardot e Laval (2016, p. 213): “Se o indivíduo é o único responsável por seu destino, a sociedade não lhe deve nada; em compensação, ele deve mostrar constantemente seu valor para merecer as condições de sua existência”.

Vemos que a transformação do lugar da velhice, de sua sabedoria, de sua experiência, guarda muito mais do que mera organização geracional dentro das comunidades. Ancorada pelas tecnologias da comunicação, as narrativas da resiliência, da necessidade de atualização do saber do velho, da sua reinserção no mercado, do gerenciamento de suas qualidades, da adaptação ao mundo de frequentes mudanças e transformações dizem muito sobre o que vem a ser a velhice de sucesso contemporânea. Mais do que isso, estampam nas imagens dos circuitos hegemônicos as engrenagens de funcionamento e as lutas da contemporaneidade. O neoliberalismo, enquanto racionalidade e forma de organização contemporânea, reordena de modo capilar os modos de conceber o mundo ao nosso redor. Entre as experiências do senhor orientador, que fortalece o crescimento das empresas, do senhor estagiário, que se adapta às novas tecnologias com a ajuda do neto ou daqueles que buscam capacitação para “potencializar” as qualidades buscadas pelo mercado de trabalho, o que se percebe é um certo esvaziamento de sentidos. Se não esvaziamento, pelo menos um ajustamento desses sentidos para que sejam mais aderentes à lógica na qual estamos

inseridos. A experiência, a sabedoria, a resiliência, o “interesse verdadeiro”, a proatividade são elementos que devem, além de tudo, estar bem expressos na linguagem audiovisual, bem mais aderentes aos modos hegemônicos de expressão de nossas habilidades. Assim como a inovação, a criatividade e o dinamismo, a capacidade de adaptação às rápidas mudanças da contemporaneidade – incluindo os lançamentos constantes de novos aplicativos e dispositivos tecnológicos – vão além das forças físicas do corpo ou do saber adquirido ao longo da vida. É a real sensação de uma busca sem fim, que nunca alcança seu ápice, uma vez que a linha de chegada fica cada vez mais fluida e nebulosa. Nessa nebulosidade, mergulhada em transições constantes e difíceis de se perceber claramente, mesmo a morte parece ser um desafio a ser vencido pelos homens e pela sociedade. A morte do homem, a superação do corpo, o alcance da segurança e o pódio como recompensa de todo esforço por atualização e adequação aparecem, assim, como uma das principais utopias imaginadas para a velhice contemporânea.

3.

Velhice como futuro nas biopolíticas do tempo: o perigo de viver demais



“Risco Longevidade: meu dinheiro ou sua vida”
(The Economist, 2014)

Até agora, os funcionários das ferrovias do país não têm nenhuma garantia para seus dias de velhice e para arrimo de sua família em caso de morte. É verdade que em algumas companhias existem sociedades beneficentes com ação limitada a socorros médicos e medicamentos, mas isso não basta. Estamos em novos tempos. As classes menos favorecidas aspiram mui justamente a um maior quinhão de vida e de conforto. Cumpre atendê-las com espírito liberal e amigo.

Deputado brasileiro Eloy Chaves (1923)
(WESTIN, 2019)

Especialistas das finanças têm alertado constantemente: viver por muito tempo tornou-se ameaça para o futuro. Por mais confuso e paradoxal que possa soar, o “risco longevidade” tem ganhando espaço nas editorias econômicas dos jornais, bem como nas pautas políticas ao redor do mundo. Parece que alcançar o primeiro centenário trouxe consigo certos riscos que talvez os ideários utópicos de outrora não tivessem imaginado, pelo menos não do modo como tem-se desenhado na contemporaneidade. Segundo a matéria que serve de epígrafe para este capítulo, publicada pelo *The Economist* (2014), o aumento da expectativa de vida da população mundial é “uma boa notícia para os prestadores de serviços de saúde, empresas de cruzeiros e (em geral) a humanidade”, mas “muito indesejável” para aqueles que “financiam esse contrato de vida prolongada”. Riscos de quebra financeira do Estado, de viver na pobreza, na dependência física, de ter o rosto enrugado na velhice: são inúmeros os perigos do envelhecimento que guardam o futuro previsto no momento atual. Mas não é de hoje que as imaginações sobre o futuro da velhice (ou sobre o futuro de todos nós) alardeavam perigos para a sociedade. *O período fixo* da literatura utópica de Trollope (2008) estampou de modo satírico nas páginas de seu romance do século XIX uma possível solução para o que se desenhava como ameaça do progresso da nação. Em *Admirável Mundo Novo* (1932), Aldous Huxley (2009) também ironizou sobre uma possível supressão das falhas da velhice em uma população do futuro, que seria cultivada, mensurada, medicalizada constantemente para o alcance da perfeição. No mundo novo e admirável, tal é o progresso, que “os velhos trabalham, os velhos copulam, os velhos não têm um instante, um momento de ócio para furtar ao prazer, nem um minuto para se sentarem a pensar...” (HUXLEY, 2009, p. 99).

A ideia de futuro – seja ele ideal e perfeito ou catastrófico e ameaçador – move, promove e conduz em nossos modos de ser, de agir e de estar no mundo certas ações, orienta escolhas, organiza planejamentos de vida. Recentemente, vale destacar, parece emergir diante de nós uma profusão discursiva que cada vez mais intensamente incorpora o discurso do futuro em seus alertas. Futuro que se prolifera como privatizado e preenchido de riscos e ameaças, sendo

responsabilidade de cada sujeito minimizar ao máximo esses perigos encubados no tempo do porvir. Nessa discursividade sobre o futuro de ameaças, a velhice não escapa, e ganha ainda seu espaço de agenciamento, de empresariamento, em prol da colheita dos “lucros” e “resultados”. Entremeadas pelas ideias totalizantes do mercado, da empresa e do salvacionismo tecnológico, emergem imagens para certas utopias (e distopias) da velhice na contemporaneidade.

Numa narrativa cada vez mais global, proferida por campos sociais diversos, como o jornalismo, a publicidade, o *marketing*, a medicina, a economia, a estatística e a educação, o futuro ganha contorno tão visível que parece se tornar palpável. Não somente nas rugas premonitórias dos aplicativos de *smartphones* se desenham a ameaça da velhice, o futuro da população envelhecida parece pairar inclusive sobre as cifras financeiras do Estado neoliberal que quer se ver desobrigado de prover financeiramente aqueles que entregaram anos de suas vidas para alimentar o motor do crescimento de seu país. Assim, o envelhecimento da população torna-se, como nas manchetes de jornais, a maior ameaça às superpotências mundiais. Mais do que isso, a velhice torna-se o risco, convertido em termos financeiros, o “risco da longevidade”, que deve ser mitigado, gerando produtos lucrativos no mercado das finanças.

Este é o tema deste capítulo: o regime de futuridade contemporâneo, entendido como fenômeno histórico e global que também reorganiza os significados da velhice contemporânea; sendo assim, o senso atual de futuro se afasta, em muitos sentidos, do que os experimentados em outros (futuros) passados. Especialmente daquele inventado na modernidade, futuro aberto à invenção, diferente do presente, que deveria ser fruto de utopias imaginadas pelas coletividades (SANZ, 2019a; 2019b). Tal experiência temporal parece relacionar-se também às transformações dos sentidos da velhice (ou do que esperamos dela) e com o modo como esses sentidos também transformam a conjuntura da qual fazem parte. Atuando como ordenador nas biopolíticas da experiência temporal, tal senso de futuridade tem efeitos capilares no cotidiano do sujeito. Enquanto o biopoder centra seus investimentos na vida, na sua organização, otimização, gestão e melhoramento contínuo, por

biopolíticas da experiência temporal²⁴ entendemos aqui tratar-se de um investimento do poder que se reorganiza também a partir de uma experiência com o tempo característica de cada extrato histórico, ou seja, balizadas por uma experiência própria com o tempo do futuro, as técnicas de poder centradas no biológico também se reconfiguram na medida em que a experiência temporal dos sujeitos também se transmuta. Isso implica dizer que os modos como experienciamos o futuro, como ele se faz presente no contemporâneo, também é elemento fundamental da organização das dinâmicas do poder e no estabelecimento das técnicas que incidem sobre a vida e sobre seus aspectos, entre eles, a velhice. Assim, nessa dinâmica contemporânea das biopolíticas do tempo, o futuro e a velhice, o prolongamento da vida e a projeção desse prolongamento, na lógica neoliberal, passam a ser cada vez menos um contrato social de segurança em que o Estado-nação é o fiador, e cada vez mais uma questão de escolha e de minimização de riscos.

Riscos como horizonte: a ameaça do envelhecimento

“Em um futuro próximo, envelhecer nunca mais será como antes”. A certeza de que o futuro não será como um dia foi é o ponto de partida da narrativa contada no vídeo produzido pela CableLabs (2017). Como vimos, a proposta da produção é apresentar como seria “um lugar melhor” para a velhice do futuro próximo. Nesse futuro do envelhecimento, Jim, o personagem principal da narrativa, escolhe morar sozinho em sua casa, apoiado pelas diversas tecnologias digitais que o permitem “ser quem ele é” na velhice – em vez de ir para alguma casa destinada aos cuidados de pessoas na sua idade. Ancorado pelas tecnologias digitais que se apresentam como soluções para problemas comumente conhecidos da velhice, o filme faz circular a ideia de *um outro lugar* para uma velhice que poderia ser

24 O conceito “biopolíticas do tempo” foi pensado em conjunto com o GRITS – Grupo de Pesquisa Imagem Tecnologia e Subjetividade (CNPq) como proposta temática para organização do II Seminário Imagem Tecnologia e Subjetividade – Biopolíticas do Futuro, sediado no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, em dezembro de 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2QMgnpp>. Acesso: 23 fev. 2023.

vivida em um “futuro próximo” – cada vez mais presente – como sugere o próprio nome do projeto articulado pela CableLabs, que produz e divulga outros filmes nos quais são propostas possibilidades e “inovações tecnológicas” facilitadoras da vida em seus mais diversos aspectos.

Na plataforma de *streaming* Netflix, a conhecida série *Black Mirror* fez com que narrativas sobre o uso das tecnologias digitais ganhassem milhões de espectadores. Se a proposta dos filmes da CableLabs era fazer pensar possibilidades e ideias para o uso de tais dispositivos, a série, por outro lado, parecia nos alertar para as perspectivas distópicas desse uso. O episódio *San Junipero* (2016), entretanto, trouxe uma ideia menos assustadora (embora ainda intrigante) para a velhice. *San Junipero* é descrito por Kelly, uma das personagens principais, como um sistema “criado para fins terapêuticos”, uma “terapia de emoção nostálgica” em que o paciente mergulha em um lugar de memórias agradáveis, e que é diferente para cada um dos usuários. Quanto à crítica de que o sistema poderia colocar os idosos que fazem a “terapia” em um estado de confusão mental, fazendo com que “não se levantem, não diferenciem o corpo da mente”, Kelly rebate: “como se isso já não acontecesse em todos os asilos”. O sistema nostálgico de terapia para os velhos como Kelly e sua parceira Yorkie também parece depositar nas capacidades das tecnologias de informação, de imagem e de armazenamento de dados a imaginação para outras velhices em um futuro que parece cada vez mais perto de nós.

Imaginar o futuro não é um gesto recente, nem dos roteiristas de cinema nem dos publicitários ou dos escritores literários. Nascida de um gênero literário, a utopia “é a narrativa sobre uma sociedade perfeita e feliz – e um discurso político – é a exposição sobre a cidade justa” (CHAUÍ, 2008, p. 7). Apesar do termo datado, com sua invenção marcada no período do século XVI com a obra de Thomas More, as imaginações – que antes não tinham sido classificadas com o termo – ao longo da história, vêm sendo combustível para o desenho de projetos de sociedade, para imaginação daquilo que poderia ser, de como o futuro de alguma forma poderia se tornar outro lugar, o não lugar diferente de agora. No contexto atual,

entretanto, as tecnologias da imagem e da comunicação têm papel importante no desenho de tais utopias para a sociedade, nos fazendo inclusive questionar se o contemporâneo conseguiria, diante da realidade atual, guardar suas próprias utopias nos termos como foram concebidas para seu conceito. Mesmo assim, as imaginações para o futuro e as supostas utopias atuais também se desenham nos desejos para a velhice – futuro que todos nós, inescapavelmente, alcançaremos. As tecnologias da imagem, da informação e da comunicação, na atualidade, parecem permitir inclusive o rompimento com a barreira do tempo, seja o tempo que consome as faculdades físicas, que enrugam os rostos, que enfraquece as articulações e faz falhar a memória; ou a barreira do tempo passado, como o retorno nostálgico vivido pelo casal de San Junipero (2016). Na praia em que o tempo não passa, o momento de felicidade para Yorkie e Kelly é vivido eternamente, uma vez que, no lugar idealizado pelo casal, a velhice ainda não as alcançou e nem as alcançará, permitindo-lhes viver em um espaço temporal que não muda. Não é coincidência, entretanto, que as tecnologias da imagem, do armazenamento de dados de certo modo falam e fazem falar sobre como poderia ser a velhice, seja a velhice de Jim, na sua *smarthouse*, ou a de Yorkie, superando as limitações do corpo e vivendo de modo pleno, idealizado em San Junipero.

Por outro lado, a ideia do futuro também pode carregar consigo outras imagens e imaginações para aquilo que ainda virá, algumas delas centradas inclusive na produção de afetos como o medo (HILÁRIO, 2013). É o caso do aplicativo Future You Simulation (PALMER, 2019). Semelhante ao FaceApp, promete oferecer a possibilidade de o usuário ver seu rosto transformado pelas marcas do tempo na tela do celular. A partir de algoritmos treinados para reconhecer as áreas da face que têm maior probabilidade de mudar à medida que envelhecem, o aplicativo oferece ao usuário uma simulação pretensamente acurada do que o espera. O programa, “projetado para aterrorizar”, “lhe diz como você será nos próximos 20 anos” (PALMER, 2019), caso as orientações de práticas e cuidados com a saúde fornecidas pelo aplicativo não sejam adotadas (SANZ; PESSOA, 2020a).

Tais imagens falam e fazem falar de um futuro previsível e amedrontador que não se restringe às paranoias contemporâneas da beleza perfeita e eterna nem a aplicativos “caça-níqueis” e “inofensivos”. Trata-se de uma discursividade acerca do porvir – sustentada pelas tecnologias de antecipação e de simulação –, que entrelaça uma generalização da cultura do risco à privatização de sua gestão (SANZ; PESSOA, 2020a). Tal experiência temporal parece relacionar-se também às transformações dos sentidos da velhice (ou do que esperamos dela) e com o modo como esses sentidos também transformam a conjuntura da qual fazem parte. Trata-se de uma hipervisibilidade do futuro em que imagens pretensamente precisas participam de modo significativo na instalação da antecipação como um programa geral necessário à cultura do risco, que deve ser incorporada desde a mais tenra idade, até o fim da vida, do conjunto global da população às mínimas rugas individuais, alcançando todos os aspectos da vida. Nessa superabundância imagética acerca do futuro – engendrada nas redes comunicacionais que a distribuem atualmente –, antecipar o que está por vir passa a ser uma exigência fundamental para, individualmente, gerenciarmos os riscos e alcançarmos, enfim, o sucesso (SANZ, 2019a; SANZ; PESSOA, 2020a, 2020b).

Nessa realidade de perigos e ameaças encubados no futuro, um sinal de alerta parte do Banco Mundial de Compensações (BIS), conforme reporta um dos mais prestigiados jornais de economia brasileiro. Alardeado pelo *Valor Econômico*, a expectativa de vida da população parece ganhar contornos que, em um olhar inicial, poderia ser entendida como consequência positiva do desenvolvimento social de determinada população. Segundo o jornal:

O “risco de longevidade” eleva a inquietação sobre a sustentabilidade de sistemas de aposentadoria globalmente. Considera que a ameaça é “significativa” em termos financeiros. O grupo estima que cada ano adicional de expectativa de vida eleva entre 3% e 4% no valor atual o passivo dos fundos de pensão. O montante global de anuidades e pensões ligadas à exposição de risco de longevidade varia de US\$ 15 trilhões a US\$ 25 trilhões. Assim, um ano de longevidade subestimado pode aumentar os custos entre US\$ 450 bilhões e US\$ 1 trilhão. Para administrar essa ameaça, fundos de pensão em

vários países procuram cada vez mais transferir seus “riscos de longevidade” (MOREIRA, 2013).

É diante da ameaça iminente nomeada como “risco de longevidade”, ou seja, do “risco de planos de pensão públicos e privados terem de pagar pensões e aposentadorias por períodos mais longos do que previsto” (MOREIRA, 2013), que as autoridades de supervisão dos mercados financeiros decidem agir para garantir a “segurança” e a “sustentabilidade” dos sistemas de aposentadoria globalmente. De maneira similar, o jornal *The Economist* (2014) aproximou o perigo da população envelhecida a riscos oferecidos por catástrofes naturais. Segundo Chris Madsen, diretor-gerente da seguradora holandesa Aegon, entrevistado para a matéria, espera-se que os “títulos” criados para mitigar riscos financeiros da longevidade “sigam a trajetória de ‘títulos de catástrofe’, que serão pagos se não houver furacões ou terremotos em um período definido.” Aparentemente, os anos a mais de vida configuram-se, para esses avaliadores, como uma ameaça para a qual precisamos nos preparar, uma ameaça que precisa, desde agora, ser administrada.

De acordo com a *Time*, a maior ameaça para o futuro da China é o envelhecimento da população (CAMPBELL, 2019). O presidente de uma empresa que presta consultoria para fundos de pensão, Stuart Leckie, afirma em entrevista que vem alertando o governo chinês para o que poderia ser a maior ameaça para “segunda maior economia do mundo – e para aqueles que confiam nela”. Trata-se de um alerta que, baseado na observação das “tendências atuais”, aponta um decréscimo da população que pode gerar consequências como a diminuição do consumo doméstico e um desequilíbrio na proporção entre jovens e idosos, algo que viria a colocar “um peso sem precedentes nos laços que mantêm a sociedade unida”. Nesse mesmo sentido, para o *The New York Times*, o “mundo precisa repensar a aposentadoria”.²⁵ Segundo a matéria publicada pelo jornal estadunidense, em países como o Japão, mais da metade dos

25 Trechos da matéria publicada pelo jornal *The New York Times*, antes da aprovação de reforma para o sistema de previdência brasileiro (ROBERTSON, 2018).

homens em idade de se aposentar ainda está em trabalhos remunerados. Por outro lado, em outros países, como o Brasil, “generosos” sistemas de pensão pagariam “cerca de 70% do salário final do trabalhador”, tendo contribuído significativamente “para a crise de dívida da nação”. Segundo o Banco Mundial, diz a reportagem, tal sistema não é, de modo algum, sustentável financeiramente.

Nessa estridente sirene de perigo que tais imagens carregam em suas entrelinhas, uma questão parece ligá-las em certo sentido: o envelhecimento da população é uma ameaça para o nosso futuro. De modo paradoxal, os ganhos a mais de vida, supostamente resultado dos avanços das tecnociências, das conquistas de políticas públicas alcançadas ao longo dos anos de lutas populares, são, segundo tais narrativas, consideradas um perigo. Tais imagens nos fazem questionar, então, de que modo o futuro vê-se ameaçado diante da longevidade da população? Como a vida, ou o prologamento dela, torna-se, no presente, um risco que opera enquanto reordenação das políticas sobre o biológico e sobre a dimensão populacional?

Não é de hoje que o envelhecimento delinea-se enquanto risco ou perigo, que merece receber a devida atenção. Pelo menos desde a modernidade o envelhecimento do trabalhador aparece entre os eventos de perigo que se configuram como pontos de operação do que Ewald (1991, p. 197) caracteriza como o campo dos seguros: “considerado uma tecnologia, o seguro é uma arte de combinar vários elementos da realidade econômica e social de acordo com um conjunto de regras específicas”. Entendido como um cálculo, uma “tecnologia do risco”, os seguros, em suas diferentes aplicações institucionais, articulam entre si as possibilidades de ameaças que podem acometer um grupo ou um indivíduo, e o cálculo da probabilidade desses acontecimentos podem considerá-los como ameaça, tendo o risco como ponto central dessa imaginação do perigo e das possibilidades para compensação do mal que tais ameaças podem vir a ocasionar. Na Inglaterra industrial, o pagamento de seguros que suprissem financeiramente aqueles trabalhadores que fossem acometidos por diversos eventos – acidente de trabalho, grave doença, ou a chegada da velhice que o impedisse de prover a si mesmo e aos seus – era uma forma de garantir a ordem de funcionamento da

dinâmica econômica vigente, que necessitava manter as garantias do contrato social, assegurando a tranquilidade daqueles que pudessem (por algum desastre) necessitar. Na emergência do sistema de pensões desse contexto, a grande reforma do estado de bem-estar social britânico propôs uma série de medidas que visavam diminuir a situação de pobreza da população. Posteriores a Lei dos Pobres, as medidas defendidas pelo então governo liberal tentavam – por um caminho diferente daquele oferecido em soluções como as *workhouses* ou casa dos pobres²⁶ – garantir o pagamento de salários para os mais velhos, para as crianças e para os desempregados. Para isso, o então governo enfrentou uma série de críticas sobre a necessidade de estabelecer um orçamento em que as taxas e as contribuições dos cidadãos seriam feitas no sentido de garantir o pagamento desses valores àqueles que mais necessitavam (MACNICOL, 1998).

Em um discurso proferido para o parlamento britânico, no ano de 1909, David Lloyd George, Chanceler do Tesouro e defensor da implementação dos novos modelos de taxaço que estabeleceriam as bases do sistema de seguridade social daquele país, diz:

O Orçamento, como o seu presidente já o lembrou tão bem, é introduzido não apenas com o objetivo de aumentar impostos estéreis, mas impostos férteis, impostos que darão frutos – a segurança do país, que é primordial nas mentes de todos. A provisão para os idosos e os pobres que merecem – estava na hora de ser feita. É uma pena para um país rico como o nosso – provavelmente o mais rico do mundo, se não o mais rico que o mundo já viu, permitir que aqueles que trabalharam todos os dias terminem em penúria e possivelmente em fome. É bastante difícil que um velho trabalhador tenha que encontrar o caminho para os portões da tumba, sangrando e escandalosamente, através dos arbustos e espinhos da pobreza. Abrimos um novo caminho para ele, mais fácil, mais agradável, através dos campos de milho ondulado. Estamos arrecadando dinheiro para pagar a nova estrada, sim, e ampliá-la, para que 200.000 pessoas possam participar da marcha (GEORGE, 1909).

No final do século XIX, o seguro, ou mesmo o estabelecimento de um sistema de seguridade social, configura-se como a racionalidade histórica pela qual, segundo Ewald (1991), as sociedades

26 Ver: capítulo I.

européias passam a analisar seus problemas e a si mesmas nos termos da tecnologia generalizada do risco. O seguro, enquanto social, passa a ser uma forma de garantia de continuidade de uma lógica vigente, assim, não seria “apenas uma das maneiras pelas quais a pessoa providente pode se proteger contra certos riscos. A tecnologia do risco, em suas diferentes dimensões epistemológicas, econômicas, morais, jurídicas e políticas, torna-se o princípio de uma nova economia política e social” (EWALD, 1991, p. 210).

Nesse sentido de provisão das garantidas e de um modo de organização dos perigos que pairam sobre a sociedade vigente, exemplares de práticas aderentes a tais lógicas também podem ser observadas no Brasil. A garantia da provisão de um pagamento para aqueles que trilharam a vida em favor da “marcha” do desenvolvimento de seu país também foi a ideia central defendida em 1923 pelo Deputado brasileiro Eloy Chaves, cujo nome viria a batizar “a lei federal que fez dos ferroviários, no setor privado, os precursores do direito a um pagamento mensal durante a velhice”. Nas palavras do deputado:

Até agora, os funcionários das ferrovias do país não têm nenhuma garantia para seus dias de velhice e para arrimo de sua família em caso de morte. É verdade que em algumas companhias existem sociedades beneficentes com ação limitada a socorros médicos e medicamentos, mas isso não basta. Estamos em novos tempos. As classes menos favorecidas aspiram mui justamente a um maior quinhão de vida e de conforto. Cumpre atendê-las com espírito liberal e amigo (WESTIN, 2019).

Nos novos tempos aos quais Eloy Chaves se refere, o seguro, assim como as pensões, “permite prever uma solução para o problema da pobreza e da insegurança da classe trabalhadora. Graças ao seguro, com uma contribuição mínima que pode ser oferecida, o trabalhador pode se proteger contra os males que ameaçam continuamente” (EWALD, 1991, p. 208). É no novo tempo de transformações do capitalismo industrial, que detém no empenho e na força do trabalhador a sua maior e mais importante engrenagem, que as tecnologias de seguros emergem como elemento necessário à lógica do seu próprio funcionamento. Em uma realidade de lutas e

conquistas sociais por mais direitos, outras demandas surgem no capitalismo desse tempo, entre elas a necessidade de segurança e tranquilidade do trabalhador apresenta-se como um problema a ser considerado pelas forças políticas. Emerge, assim, como nas muitas crises que o capitalismo enfrentou e continua a enfrentar, a necessidade de prover certa segurança, por meio de um contrato firmado de modo coletivo. É importante destacar aqui que, nesse contrato social, os riscos e as categorias de riscos estabelecidos têm o Estado-nação como fiador, que assina e garante as compensações que serão pagas aos seus cidadãos, sendo, desse modo, o contrato uma espécie de garantia de justiça social enquadrada no território da nação. Nesse sentido, as aposentadorias são o pagamento pelo qual o Estado retorna ao trabalhador as forças dedicadas à construção de sua nação, da sua contribuição na marcha civilizatória do progresso. O risco da velhice, aqui, é compensado e garantido pelo Estado e pelo conjunto da população. Ewald, ao citar Brentano (*apud* Ewald, 1991, p. 207), aponta que o trabalhador deve, desse modo, preocupar-se em ter seis tipos de seguros, entre os quais aquele que garante um pagamento de pensão para a velhice. Assim, o “seguro, por fim, liberta o homem do medo”.

Afastar o medo da população não deixa de ser uma resposta à emergência de novos problemas que surgem no contexto em que germinam medidas estruturantes do estado de bem-estar social. Nova tecnologia de poder analisada por Foucault, os mecanismos de segurança, diferentemente do poder disciplinar, têm como personagem político a figura da população. Distinguindo disciplina e segurança, Foucault (2008a) percebe uma nova operação do poder, uma outra forma de conduzir as condutas em que o risco aparece como um dos fatores sobre os quais o poder vai se delinear. Como tratamos também no primeiro capítulo, na virada do século XIX, as sociedades ocidentais passam a se deparar com um outro problema: não mais o controle dos corpos individuais, mas o controle das populações, da saúde, da qualidade dessas populações, considerada fundamental para preservação das forças dos Estados naquele contexto de competição diplomática e militar característico dos Estados-nação do século XVIII e XIX.

É a força e a qualidade da população que, no romance satírico *O período fixo*, de Trollope (2008), o presidente Neverbend defende como e por que o envelhecimento da população poderia ser um perigo para a “prosperidade” da nação. Ancorado nas observações das estatísticas, o governante da ilha fictícia de Britannula defende como são mais rentáveis os investimentos nos jovens e nas crianças, que trabalharão quando a hora chegar. É pensando na gestão de uma população que se aperfeiçoa, observando o grupo em suas taxas e seus fenômenos biológicos, que os gestores da ilha votaram então pelo “período fixo”, a idade em que os idosos dessa população estariam elegíveis a uma eutanásia compulsória. Irônica e fictícia, a obra de Trollope não deixa de evidenciar algumas iniciativas que começam a ser observadas entre os séculos XVIII e XIX: os controles de saúde, a medicinal social, a vacinação, o controles de taxas como natalidade e mortalidade. Nesse contexto, passa a se exercer essa nova modalidade de poder que não incide mais (pelo menos não somente) sobre os corpos dos indivíduos, mais sim sobre o meio em que os indivíduos vivem – incidência essa que busca efeitos indiretos no comportamento das pessoas que compõem a população. Em se tratando do poder que vai cuidar da vida, da qualidade da vida e do homem enquanto espécie, são quatro os instrumentos fundamentais para articulação do que Foucault chamará de biopoder, o conjunto: caso, risco, perigo e crise.

Na noção de caso, parte-se do caso individual da observação da multiplicação desses eventos para a possibilidade de extração de informações e geração de conhecimento sobre a situação da população. A partir da noção de caso, traça-se a noção de risco, sobre a qual o poder vai investigar qual risco pode ser identificado no comportamento ou no fator biológico inerente àquele grupo, como riscos epidêmicos, riscos de patologias, riscos de comportamentos inadequados, de uso de drogas, criminalidade etc. Do risco observa-se a noção de perigo, a partir da qual se questionará que perigos os riscos apresentam concretamente para o conjunto da sociedade. E, por fim, a noção de crise, que permite a operação do poder que modula os efeitos dessa crise e reduz aquele comportamento a uma taxa “normal” de incidência (FOUCAULT, 2008b).

Essa é uma diferença importante entre as duas tecnologias de poder que se sobrepõem e atuam em diferentes níveis. Se o poder disciplinar quer adequar o comportamento do indivíduo a uma norma, o biopoder vai ocupar-se de identificar qual seria a curva normal de determinado comportamento ou característica, sabendo-se que não seria possível impedir totalmente a ocorrência de determinado fenômeno, mas determinando um nível normal de ocorrência que não seja uma ameaça para a qualidade dessa população. Importante perceber que, se a disciplina vai trabalhar com mecanismos disciplinares, a biopolítica vai trabalhar com o que Foucault chama de mecanismos de segurança, operando por esses quatro passos – caso, perigo, risco, crise. Se em uma racionalidade liberal biopolítica entende-se que não se deve haver uma ingerência direta sobre a população, uma vez que não se está tentando moldar ou coibir um comportamento como na disciplina, na lógica do *laissez-faire*, deve-se, portanto, analisar e compreender os funcionamentos biológicos globais, para, a partir deles, entender seus benefícios e malefícios e só então poder intervir. Para uma biopolítica liberal que quer governar a população, mas sem uma grande ingerência (pelo menos explícita) na vida dos indivíduos, a noção de caso-perigo-risco-crise é o caminho que se trilha para que, quando chegado o momento da crise, ela mesma legitime a intervenção estatal. Legitimando a criação de políticas públicas, a crise, portanto, é o momento de convocação do Estado para que ele atue organizando e modulando aquela população.

Não é coincidência, portanto, que os casos que ameaçam a segurança da população ou mesmo a segurança que o cidadão poderia ter – devido à promessa de um provento a ser recebido durante a sua velhice, durante a sua doença – sejam algo que se deva administrar observando certos níveis de normalidade, que não interfiram, por exemplo, na aderência dessa população ao projeto político estabelecido. A velhice enquanto risco, nesse contexto, deve ser percebida como ameaça cuja responsabilidade das garantias encontra-se a cargo do Estado-nação daquela população. O medo da velhice miserável, sem sustento e no abandono, é o risco que mina a força da população desse período. Nessa biopolítica do tempo futuro, o

papel do Estado é central na administração dos perigos do envelhecimento e das consequências que eles podem trazer para a população. O risco da velhice no futuro ameaça as ações dos indivíduos no presente e o futuro do progresso da nação.

No Brasil de 2018, como vimos, segundo o *The New York Times* (ROBERTSON, 2018), “um generoso sistema de pensões, que paga cerca de 70% do salário final de um trabalhador, contribuiu para a crise da dívida do país”. Antes da reforma da previdência aprovada em 2019, a matéria indicava que o nosso sistema de aposentadoria “não era financeiramente sustentável”, apresentando também o exemplo de outros países que precisavam enfrentar os “desafios” e os riscos que o envelhecimento da população poderia oferecer. A sociedade de risco, para Ulrick Beck (2010), pressupõe uma nova organização social, em que as ameaças e as expectativas dos perigos passam a promover uma nova ordenação da sociedade em que o tempo futuro ocupa lugar central. De acordo com Beck, a sociedade de risco é produto de uma modernidade reflexiva, na medida em que essa modernidade atual torna-se tema e problema de si mesma. Se o risco contemporâneo é concebido enquanto frutos do sucesso de uma primeira modernidade que avançou tecnologicamente, não é de se espantar que os ganhos da longevidade, a conquista de viver por mais tempo, também tenham se convertido em problemas a serem administrados, em ameaças a serem minimizadas de algum modo. O risco da longevidade na sociedade contemporânea, por outro lado, parece oferecer outros tipos de ameaça, diferentes dos riscos analisados por Beck nos desastres ecológicos e nucleares de âmbito global. A longevidade estampa-se como ameaça principalmente à solidez financeira do Estado, que um dia se viu obrigado a cuidar daqueles que não mais pudessem prover a si mesmos. Assim, em uma realidade em que a individualização e a concorrência tornam-se basilares de uma sociedade, o próprio sistema de seguridade passa a ser questionado. Desse modo, a longevidade, ou seja, o tempo de vida recebendo pensões saídas dos cofres públicos, vira um grande problema para o Estado neoliberal cuja principal função é muito menos ocupar-se das garantias sociais e cada vez mais atuar como um assegurado do funcionamento da livre atuação do

mercado e da concorrência generalizada nos mais diversos meios de vida (DARDOT; LAVAL, 2016).

Nessa realidade de empresariamento generalizado da vida, outra dinâmica apresenta-se com força no contemporâneo: a financeirização completa da vida, em que o ideário de investimento-lucro-risco parece tomar conta inclusive do tempo em que vivemos, tomado como fator a ser considerado nas “balanças financeiras” dos mercados. De acordo com Weiss (2018, p. 104),

Os esquemas de pensão perdem mais com o aumento da longevidade, uma vez que sua viabilidade está em proporção inversa à dureza dos aposentados. Em troca das deduções dos contribuintes durante seus anos de trabalho, os fundos de pensão são contratualmente obrigados a fornecer aos participantes pagamentos regulares pelo resto de suas vidas, por mais longas que possam ser. Vida útil prolongada ameaça forçar as seguradoras além da capacidade.

Apesar de defender que “há alguma credibilidade” em tais “advertências do setor financeiro de que, se o risco de longevidade não for abordado, as seguradoras terão que limitar sua exposição a ele, deixando milhões sem planos de aposentadoria” (WEISS, 2018, p. 104), deve-se chamar atenção, entretanto, para o papel desse risco na crescente financeirização do prolongamento da vida. O autor alerta para os modos como a gestão desses riscos passa a oferecer oportunidades de lucro, que, grosso modo, terminam por apostar no fim da vida precocemente. Weiss (2018, p. 104) indica que

Uma maneira de mitigar esse risco é os fundos acumularem e parcelarem contratos de pensão. Outros podem então investir nesses produtos – eles absorveriam parte da perda se as pessoas representadas nelas vivessem muito tempo e embolsariam parte do lucro se essas pessoas morressem prematuramente – distribuindo assim o risco.

De modo semelhante às estratégias denunciadas por Weiss, o economista e palestrante Tom Hegna (2018) fala energicamente sobre a indústria dos seguros e mostra-se bastante preocupado com o modo como esse mercado precisa equilibrar-se dos “dois lados do risco” dos pagamentos de proventos de rendas vitalícias e seguros de vida (ou de morte). Para Hegna (2018), somente essa indústria

teria o monopólio de “tirar o risco longevidade da mesa”, porque estaria trabalhando nesses dois lados da balança: no lado da vida que dura muito e no lado da morte que chega de modo inesperado. Nesse sentido, as estratégias do mercado financeiro que terminam por criar e vender títulos que apostam no erro das projeções das expectativas de vida parecem aderir bastante à manchete que serve de epígrafe para este capítulo: “meu dinheiro ou sua vida”.

Mas não é somente nos fundos garantidores administrados pela iniciativa privada que o risco da longevidade atua reorganizando as dinâmicas do que é perigo e de como “livrar-se” dele. Como tratamos aqui, o risco e a ameaça de quebra financeira do Estado soam como uma sirene que avisa aos cidadãos que cada um deve começar a preocupar-se com suas finanças, uma vez que a previdência financeira do fim da vida encontra-se cada vez menos sob responsabilidade do Estado – que corre sério risco de quebrar, se mantiver sob sua tutela tantas pessoas que alcançaram o sucesso da longevidade. Como escreve o jornalista para a editoria de finanças do site Yahoo: “Viver muito tempo costumava ser uma bênção, mas o modelo americano de poupança e aposentadoria significa que muitas pessoas precisam se preocupar com a falta de dinheiro” (WOLFF-MANN, 2019). Ethan Wolff-Mann explica “a desvantagem de viver demais”, que seria o perigo de se chegar ao fim da vida sem dinheiro. Quando “vidas mais duradouras”, explica ele, tornam-se norma, o desafio para todos é enorme, mesmo que “as novas gerações entendam que provavelmente cabe a elas financiar suas próprias aposentadorias”.

A longevidade, ou viver por mais tempo de vida recebendo pensões, torna-se um grande problema para o Estado neoliberal, que, diante das sequentes crises do capitalismo, passa a deter como principal função ser o garantidor do funcionamento da lógica concorrencial generalizada, tentando por diversos meios ver-se desobrigado das provisões e garantias sociais, conforme foram desenhadas no estado de bem-estar social de outrora. E, se em uma financeirização generalizada da vida, ironicamente, a duração não mensurada corretamente dessa vida tende a converter-se em ameaça para manutenção da ordem atual estabelecida, na esteira da gestão dos

riscos financeiros, emerge diante de nós o termo financeiro “risco de longevidade”. Trata-se de um contexto que configura o deslocamento para uma realidade em que os aspectos da vida antes centrados em relações sociais passam a ser incorporados na forma de riscos financeiros e oportunidades. Nessa realidade, o perigo de viver demais ameaça Estados inteiros, sendo então justificadas ações e medidas que cada vez mais responsabilizam o cidadão pelo futuro de risco que, no alvorecer do século xx, deveria ser garantido pelo conjunto da população e pelo Estado, para o qual cada indivíduo dedicara sua vida produtiva.

Utopias e distopias: antecipação, medo e governo de condutas

As imagens atuais da velhice já estavam presentes nas utopias modernas, certamente não do mesmo modo, mas com as alterações e descontinuidades que cada momento histórico pôde suportar. Em 1921, Bernard Shaw (2018) viu, na possibilidade de longevidade estendida da população, o seu trunfo para o aperfeiçoamento da espécie. Na esteira das ideias sobre a evolução da espécie humana e entre os conflitos políticos vivenciados no período entreguerras, o autor entendeu que o melhoramento da raça poderia estar resguardado na capacidade de viver por muitos anos. Em um dos atos de sua peça *Back to Methuselah*, Bernard Shaw retrata a superioridade dos moradores do conjunto de ilhas que um dia teria sido território da Inglaterra. Em *Tragedy of an Elderly Gentleman*, fica claro como os *long-livers* (aqueles que vivem muito) não conseguem mais se comunicar com os *short-livers* (aqueles que vivem menos), forasteiros, diferentes e atrasados. Para Shaw, a longevidade eterna seria a utopia imaginada para a população, que não mais morreria justamente quando alcançasse o auge de sua sabedoria e maturidade, o que os proporcionaria as capacidades de constituir uma sociedade melhor.

A utopia arquiteta um exercício imaginativo que possibilita o pensamento sobre um outro lugar, completamente diferente – e melhor – daquele no qual nos encontramos. Em *Notas sobre Utopia*, Marilena Chauí (2008) mostra como o racionalismo e o

experencialismo científico – especialmente a partir do século XVIII e XIX – incorporam-se ao discurso utópico, considerando sujeitos que experienciam o tempo como agentes transformadores de mudanças, uma vez que os homens, inseridos em seu tempo, tornam-se seres atuantes nessas transformações. Nas palavras de Bezerra Jr. (2000, p. 85), as utopias são “criadas pela imaginação e sustentadas pela vontade dos homens”. Se os desejos utópicos de uma sociedade aspiram a possibilidades para nossos modos de ser na velhice, também com a mesma potência entendemos que são as utopias do nosso tempo que movem projetos políticos de sociedade, que fomentam lutas sociais, do mesmo modo que podem silenciar outras. O progresso e o avanço científico estão, desse modo, a serviço de conquistas como o prolongamento da vida, o retardamento do envelhecimento, chegando mesmo ao sonho da vitória na luta contra a morte, para citar apenas algumas alternativas que tocam a imaginação em diferentes significados para a velhice.

Por outro lado, as distopias problematizam as consequências de um presente que se alardeia como perigo, fazendo emergir diante de nós o que a continuidade ou a radicalização de determinado presente poderia acarretar às sociedades. As narrativas distópicas, como aponta Hilário (2013), destacam tendências, potencializando as possibilidades de seus efeitos e governando a partir do acionamento de afetos como o medo. Entre distopias e utopias, a experiência do tempo do futuro tem a centralidade que merece. O futuro do medo, as previsões e projeções para o tempo do porvir, de certo modo, parecem nos fazer perceber uma visibilidade ofuscante dessas distopias. Se as tecnologias podem nos salvar da velhice dependente, da solidão nos asilos de velhos, elas também poderiam nos levar para outro lugar, como a praia nostálgica de San Junipero ou para a casa inteligente de Jim, onde poderíamos viver a velhice na plenitude, desviando-nos dos fardos do envelhecimento corporal, que Bernard Shaw sequer preocupou-se em atribuir a seus longevos personagens. Por outro lado, também os avanços das tecnociências – em boa parte responsáveis pelo aumento da longevidade das populações – poderiam, como vimos aqui (ROBERTSON, 2018), nos levar ao risco de quebra financeira

do Estado que insistir em prover por conta própria os benefícios de aposentaria da população.

De fato, o tempo futuro move imaginações e aspirações. Não poderia ser diferente com a imagem da velhice, o futuro que alcançará todos nós. De que modo, entretanto, a potencialidade dessas imagens premonitórias ganha capilaridade em nossos modos de ser, de esperar e nos preparar para a velhice? Como essas biopolíticas do tempo futuro transformam e governam nossas condutas individuais no agora?

Os desenvolvedores do Senior Suit perguntam: “Você sabe como é ser velho?” (SD&C, Old Age Simulation, [s.d.]). O terno da velhice – ou vestimenta do envelhecimento – promete simular, naqueles que o vestirem, a experiência de envelhecer. Óculos especiais fazem diminuir a acuidade visual, bandagens limitam a mobilidade, cápsulas de ouvido diminuem a compreensão da fala. São alguns dos mecanismos que permitem ao Senior Suit oferecer a possibilidade de envelhecer 40 anos em “cinco minutos”. Segundo seus criadores, o propósito maior do desenvolvimento da vestimenta é sua utilização na sensibilização e no desenvolvimento de empatia naqueles que trabalham com idosos: para equipes de hospitais e clínicas ou estudantes de medicina e enfermagem experimentarem neles mesmos como é envelhecer. Promover certos comportamentos de prevenção e cuidado também é a proposta da empresa Change My Face ([s.d.]). Para seus criadores, usar previsões do futuro é um dos diferenciais de seus modelos de aplicativos. Orgulhosa de seu “software de envelhecimento e estilo de vida”, a Change My Face desenvolveu aplicativos para estar à frente de campanhas educativas de saúde, de centros de ciências, bem como para a área de recursos humanos e para o setor de finanças e pensões, apresentando sempre a proposta de expor na tela do celular as consequências que as escolhas do presente podem gerar para os usuários. De acordo com a empresa, “ver-se com os efeitos de diferentes estilos de vida, como fumar, beber ou curtir ou apenas vislumbrar anos no futuro, pode realmente transmitir uma poderosa mensagem visual”.²⁷

27 Trechos da descrição dos aplicativos desenvolvidos pela empresa (CHANGE MY FACE, [s.d.]).

De fato, a mensagem visual é bastante potente não apenas pela crescente proximidade com a “realidade” que certas tecnologias podem proporcionar, mas principalmente porque, mais do que aguçar a curiosidade acerca do futuro, elas produzem e são produto de uma realidade em que as previsões do porvir parecem cada vez mais formatar aquilo que se configura no presente. A previsão do futuro enquanto velhice diz muito a respeito ao modo como nos relacionamos com o tempo, com a ideia de sucesso no fim da vida e com nossos modos de ser nessa conjuntura. Claro que o poder da mensagem visual de que falam os idealizados da *Change My Face* é sintoma de uma atualidade que transforma e se conforma pela imagem, na qual as relações e as experiências se estabelecem por meio de uma superabundância e predominância imagética (DEBORD, 1997). As imagens do envelhecimento também são parte da configuração daquilo que compreendemos como tal.

Nessas simulações antecipadas da velhice, outro aspecto parece ganhar destaque: a velhice passa a ser observada não apenas em seu sentido mais amplo, mas também nos mínimos aspectos que possam estar atribuídos a ela. Aspectos que afetam o corpo, as articulações, a saúde, até mesmo o DNA. Deleuze (1992) já apontara como os indivíduos tornaram-se, na sociedade de controle, divisuais ou divisíveis. Cada vez mais circulam e são monitoradas informações, imagens, dados que falam sobre hábitos, comportamentos, modos de sentir e perceber o envelhecimento pelas mais diversas tecnologias da imagem, sejam elas projetadas em simulações de nossos corpos, nos gráficos sobre a renda do nosso futuro ou na *selfie* enrugada na tela do *smartphone*. Não é coincidência que, no futuro projetado no episódio de San Junipero, os velhos, após sua morte, viram informações em um gigante banco de dados, vivenciando a eterna felicidade na ilha utópica que cada um aspirou para si em vida.

Importante destacar que tais imagens do envelhecimento parecem ultrapassar a barreira do tempo que enrugam a face e enfraquece as articulações. Elas falam e fazem falar sobre o futuro, sobre algo que ainda não aconteceu, mas que, projetado nas telas dos celulares ou sentido na pele pela roupa de simulação, trata dos

aspectos da velhice que esperamos evitar, das ameaças que procuramos fugir e de como devemos, hoje, atuar de modo a transformar a previsão desses mecanismos. Ela mostra em nossos *smartphones*, telas de computadores ou resultados de exames as possibilidades para nosso futuro.

Para Foucault, governar é conduzir condutas, atuar no espaço de ação dos outros. Trata-se não simplesmente do uso da força e da autoridade, mas da operação a partir de um conjunto de mecanismos que permite exercer certa governamentalidade, sobre os governos de si ou dos outros. Pertencendo a uma maquinaria de governança de condutas, os *softwares* aqui exemplificados executam papel importante na condução de ações, nas escolhas no modo de tomar decisões, além de produzir outras concepções para a velhice. De acordo com Silveira (2017, p. 268), os algoritmos – parte da estrutura de funcionamento de *softwares* como os da Change My Face ou os que alimentam os circuitos de buscas do Google – “podem ser definidos como rotinas logicamente encadeadas” ou como “um conjunto de instruções introduzidos em uma máquina para resolver um problema bem definido”. Entendemos, assim, que, longe de ser mero instrumento imparcial ou neutro, o desenho dos algoritmos pressupõe certos objetivos estratégicos, desenvolvendo-se com um fim e esperando respostas e condutas como resultado da combinação de comandos e dados nele inseridos. No caso da “calculadora de pensão”, também desenvolvida pela Change My Face, a proposta do aplicativo é alertar o usuário para o resultado financeiro que poderá colher na velhice, caso não esteja preparado para seu futuro. Segundo o aplicativo, “você pode ver-se aposentado, pior ou melhor, dependendo de quanto economiza; ou ver com qual idade poderá aposentar-se dependendo de quanto está economizando”. Funcionando em uma dinâmica de previsão e simulação, os algoritmos desses aplicativos governam condutas no agora, posto que os resultados apresentados conduzem a ações possíveis na tentativa de escapar da predição oferecida na tela do celular.

De fato, não é menos importante o papel da experiência que estabelecemos com o tempo do porvir nessa governamentalidade contemporânea, na constituição dessas biopolíticas do tempo. Na

formação do senso de futuridade atual, as ações antecipatórias são fundamentais para a constituição de um novo modo de vivenciar o futuro (SANZ; PESSOA, 2019, 2020a, 2020b). Atuando como um dos princípios reguladores desse tempo, a antecipação age por processos especulativos, legitimada por saberes das tecnociências, emergentes de um contexto de saturação atuarial (ADAMS; MURPHY; CLARKE, 2009). Aplicativos como os da Change My Face são lançados a todo momento, com novos tipos de algoritmos e técnicas capazes de prever resultados de investimentos financeiros, idade provável do surgimento de enfermidades ou partes do corpo mais vulneráveis ao enrugamento.

Mais do que isso, esses aspectos não precisam estar presentes nas marcas do corpo ou na conta bancária; passam ser observados e considerados mesmo antes de acontecer, mediante projeções e probabilidades de se concretizar, integrando uma nova relação que na contemporaneidade estabelecemos com a ideia de futuro. Essa antecipação – tornada crescentemente palpável pelas imagens das tecnociências – se alastra em muitos níveis, sendo uma espécie de *cultura*, uma *cultura* da antecipação, que, chancelada por especialistas de áreas distintas, se configura como o modo mais seguro de administrar a vida e seus perigos. Nesse sentido, assim como os valores financeiros do câmbio, as projeções de pagamentos de renda vitalícia ou a relevância comercial das grandes empresas, nosso futuro, nossas ambições e planejamentos também ganham contornos especulativos, baseados em ações antecipatórias que orientam e direcionam nossas condutas no presente (SANZ; PESSOA, 2020a). A simulação do Senior Suit faz experimentar hoje o que será o futuro das articulações físicas e, além de treinar os profissionais que lidarão com os idosos acometidos pelas falhas corporais, preparam os jovens para o que “esperar do seu futuro” (SD&C, Senior Suit, [s.d.]).

Mesmo no caso dos diagnósticos médicos, antes baseados em sintomas manifestados nos corpos, percebem-se os efeitos dessa mudança, que “utiliza” cada vez mais o futuro como referência para tomadas de decisões no presente. A empresa britânica 23andMe (2023) oferece aos seus clientes, por 149 libras, a possibilidade de

escanear seu DNA e conhecer as chances de desenvolver enfermidades como Alzheimer: os “relatórios de predisposição de saúde fornecem informações sobre se você carrega marcadores genéticos que podem influenciar suas chances de desenvolver certas condições de saúde” e, embora enfatizando que “não são diagnósticos” e esclarecendo que “fatores como estilo de vida, meio ambiente e marcadores genéticos não cobertos por este teste também podem desempenhar um papel”, aqueles que comercializam o exame defendem que ele pode permitir “que você seja o seu melhor defensor” (SANZ; PESSOA, 2019, 2020a).

Não se trata simplesmente de um deslocamento ou de uma evolução das tecnologias da medicina, tais transformações e emergência de tecnologias que operam sobre as populações, sobre o funcionamento da vida e sua articulação com o tempo do futuro, figuram transições importantes na sociedade, fazendo reconfigurar-se muitas vezes os debates morais e éticos acerca da própria concepção de morte. A tecnociência enquanto redefinidora das concepções das fronteiras e das leis da própria vida vê-se também potencializada por um aspecto forte de nosso tempo, a necessidade de prever e evitar o futuro. Segundo Sibilía (2015, p. 52),

Em certos discursos da tecnociência contemporânea, o “fim da morte” parece extrapolar todo substrato metafórico para apresentar-se como um objetivo explícito: as tecnologias da imortalidade estão na mira de várias pesquisas atuais, da inteligência artificial à engenharia genética, passando pela criogenia e por toda a farmacopeia antioxidante.

Com as tecnologias desenvolvidas pela ciência de reanimar, ou ressuscitar, a vida, percebe-se uma definição de morte que está atrelada muito menos ao fim da vida e muito mais à capacidade ou não de revertê-la. Se, como destaca Sibilía, a definição de morte vem se transformando com as novas descobertas da medicina: entre o surgimento de termos como “morte cerebral” e “ordem de não ressuscitar”, a possibilidade de previsão de certas doenças como o Alzheimer começa a colocar em debate o direito do sujeito escolher não mais viver antes que a doença possa acometer suas faculdades mentais de escolha. São questões como o “suicídio racional”

(MARKUN, 2019) que passam a ser discutidas, mas que só poderiam estar em pauta uma vez que as tecnologias de previsão garantem poder precisar com qual idade o sujeito, na sua velhice, será acometido pela doença. De modo radicalizado, vemos como a responsabilização individual passa inclusive a orientar decisões em que os indivíduos consideram, baseados em tais previsões, se não seria melhor tomar a “atitude preventiva” de encerrar a vida “antes que sua saúde diminua nos últimos anos, principalmente por causa da demência”. É o que afirma Lois, em entrevista ao *The Washington Post*, preferindo “acabar com a própria vida a se deteriorar lentamente ao longo de sete anos, como sua mãe fez depois que ela quebrou o quadril aos 90 anos” (BAILEY, 2019).

É quando a distopia parece muito próxima da realidade que identificamos que certas políticas centradas na vida poderiam se confundir com a vida fora das páginas dos romances. É o caso da política implementada na ilha fictícia de Britannula, em que um “período fixo”, a idade de 67 anos, passa a ser definido como o momento da eutanásia autorizada pelo Estado. No romance, escrito no final do século XIX, as autoridades definem que esse é o momento em que o fim da vida dos sujeitos seria a melhor alternativa para o bem geral e para a continuidade da população como um todo. Claro que, de modo satírico, o autor de certa forma lança luz sobre medidas estatais que, baseadas nas estatísticas e no estudo das populações, ditam e fixam (para usar o termo do título da obra) certos aspectos sobre a velhice em dado momento histórico. Se, na modernidade, a ideia de gestão das idades estaria diretamente atribuída a um papel do Estado, a contemporaneidade, ancorada em tecnociências avançadas, começa a relegar ao indivíduo tal gestão, administração e escolha de quais riscos deverá ou não tomar.

Como foi possível perceber, outra característica que se articula diretamente à antecipação é a busca por segurança. O futuro aqui previsto, diferentemente daquele pensado para a construção do progresso na modernidade – necessariamente diferente e melhor (KOSELLECK, 2006) –, tem como um de seus reguladores muito menos o desejo coletivo de construir outro lugar, melhor do que o agora vivido, e muito mais a necessidade de minimizar os riscos que

o futuro pode carregar. Os perigos, portanto, encontram-se encubados no presente, no qual, sem alguma forma de ação, um limiar será cruzado e o futuro do desastre virá. Nesse contexto, o medo torna-se motor do governo de condutas e ilumina o que merece ser selecionado, as medidas que devem ser tomadas nessa preparação para a velhice. Mais do que rugas do envelhecimento, a imagem no celular ou o resultado dos exames focalizam o medo de que esse futuro se concretize. Por medo de tornar “real” a velhice enrugada retratada na tela ou a velhice doente e dependente, fazemos as escolhas de hoje com base no que poderá nos tornar o velho do qual queremos nos afastar. Desse modo, o medo do aumento da população idosa, da dependência financeira no fim da vida, das doenças da velhice converte-se em imagens que mostram como a preocupação com o que trará o futuro é parte fundamental de nossas prioridades e planejamentos de vida.

Assim, em uma dinâmica própria articulada com a busca de segurança da vida, da saúde, das finanças, do mercado ou do planeta, o presente é conformado em um contingente do futuro, um espaço em que são colocadas em pauta as possíveis projeções do que está por vir, que podem ou não acontecer, mas que devem ser de algum modo agenciadas, planejadas, otimizadas. Dessa forma, entre os circuitos que legitimam essa observação constante dos aspectos associados à velhice que poderá nos acometer no futuro, a busca por segurança faz com que nos ofereçamos cada vez mais ao escrutínio de nossa saúde, de nossa pele, de nossas finanças, de nosso futuro. A segurança de ser independente, de manter a pele saudável, de saber como evitar a perda de mobilidade aparece nas imagens de uma velhice contemporânea que tenta escapar às ameaças do amanhã (SANZ; PESSOA, 2019, 2020b).

Interessante notar como, implicitamente, certo tipo de velhice só parece ganhar visibilidade – pelo menos na contemporaneidade – quando serve à narrativa do risco, do medo e do alerta, passando a estampar a imagem da velhice que não queremos e, concomitantemente, alimentando o motor daquilo que aspiramos alcançar quando chegarmos ao fim da vida. É assim que a falta de mobilidade simulada pelo Senior Suit, os rostos enrugados do Change

My face e a velhice doente e sem memória do Alzheimer recebem luz nos circuitos de comunicação. Simultaneamente às imagens desenhadas daquilo que se espera da velhice atual – enfeitadas pelas “alegrias do marketing” (DELEUZE, 1992) –, outra velhice também emerge diante de nós, aquela distopia que tentamos desviar a cada gesto de antecipação, simulação e projeção do riscos diante dos nossos olhos. Nessa reorganização dos perigos previstos para a população, nessa nova articulação das políticas centradas na vida e orientadas pelas previsões de um porvir que nos ameaça, a velhice e o irônico risco de viver demais estão cada vez mais estridentes nas mentes de cada um. Diante de uma velhice individualizante e amedrontadora, parece que devemos cada vez mais aprender a lidar com essa glória paradoxal de nos tornarmos um centenário em um mundo que entende que viver por muito tempo pode ser também uma das maiores ameaças para nós mesmos e para o país em que vivemos.

CONCLUSÃO

Por uma outra margem de possíveis

Como deveria ser uma sociedade para que, na velhice, o homem permaneça um homem? A resposta é radical para Simone de Beauvoir: “seria preciso que ele sempre tivesse sido tratado como homem.”

ECLEIA BOSI (1987, P. 39)

Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas.

GILLES DELEUZE (1992, P. 220)

Para Eclea Bosi (1987), a degradação da velhice começa na pessoa que trabalha, no médico, no professor, no esportista, no ator, no jornalista. Desde o nascimento, a degradação do trabalhador por uma sociedade de lucro e competição, destaca Bosi (1987, p. 39), nos faz concluir, entre outros fatores, que “a noção que temos de velhice decorre mais da luta de classes que do conflito de gerações”. E, se por um lado, o trabalhador, o negro, a mulher lutam pelos seus direitos, “o velho não tem armas. Nós é que precisamos lutar por ele”.

Claro que a velhice visível, a velhice que se almeja e que ganha visibilidade nos circuitos hegemônicos supõe também velhices esquecidas, aquelas que podem ainda estar convivendo com os espaços de confinamento, nos asilos, muitas vezes sem o suporte e

a estrutura necessários a seus cuidados, ou aquela para a qual são negadas uma renda digna, mínima de seu sustento e sem qualquer tipo de amparo requerido quando as forças do corpo se vão. A velhice está homogeneizada nas imagens, nas descrições médicas, nas taxas e projeções das “expectativas de vida”, que colocam os trabalhadores do escritório e do *homeoffice* – submetidos a pressões mentais de metas e entregas cada vez mais inalcançáveis – em uma mesma projeção de expectativa do trabalhador rural, que entrega suas forças físicas de sol a sol na caatinga nordestina. Igualados – ou submetidos a uma curva normal –, os extremos dessa curva (que abarcam a maior parte da população mundial) ficam de fora, desconsiderados nas contas do futuro projetado e endossado por um Estado que entende que “todo mundo consegue trabalhar hoje até 80 anos”.²⁸ Ocorre também em nossos tempos uma higienização da velhice, daquela que não se almeja, que não se espera, que não se projeta. Convivem e sobrevivem esses velhos oprimidos pelos próprios aparatos e instituições capitalistas, como bem destacou Marilena Chauí (1987): pela burocracia do Estado, pelos mecanismos muitas vezes sutis como a tutelação ou a recusa do diálogo, ou mesmo pelos mecanismos científicos que dão destaque à decadência e à incapacidade do velho. Sobrevivem os velhos chilenos, recebendo pensões, fruto de um regime de aposentadoria capitalizado e individualizante. Os que não suportam a miséria – cuja responsabilidade de não conseguir acumular a quantia necessária para prover a si mesmo, a lógica contemporânea insiste em depositar nos ombros dos velhos – não encontram saída a não ser tomar para si a culpa que lhes foi inculcada, aceitar seu fracasso e ceifar a própria vida (SEVERO, 2018).

Mas a complexificação das tecnologias de poder também nos convoca a tornar complexas as nossas estratégias de resistência e, antes disso, a nossa estratégia do olhar. A inclusão da velhice em certos espaços, o aumento da tal expectativa de vida fazem parecer que algumas imagens da velhice, aquela jovial, ativa e saudável

28 Trecho da declaração dada pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (RODO, 2019).

até o fim da vida, se não forem desnaturalizadas ou questionadas, serão como mera consequência evolutiva das lutas sociais. Empregar o olhar crítico e cuidadoso como gesto de pesquisa nos relembra constantemente de não deixarmos de observar as armadilhas contidas nas imagens, atenção essa que tentamos dedicar em cada parágrafo deste trabalho. Quando mesmo as conquistas alcançadas a duras batalhas travadas pelo povo já não parecem ser tão libertárias assim, o que se pode fazer? Com quais armas poderemos defender os velhos, que supostamente não as têm, se mesmo os jovens encontram dificuldade em definir as armas que devem empunhar ou em quem (ou no quê) devem-se mirar? Quando outros modos de existências que poderiam, em certo sentido, ser modos resistentes às tecnologias do poder passam também a ser tomados por esse poder que se renova, que se complexifica, como resistir às novas e complicadas modulações de nossas vidas, de nossa velhice e de nosso futuro? Quando várias faces de operação do poder convivem simultaneamente, para onde olhar, como combater, como resistir?

Afinal, do mesmo modo que as múltiplas velhices convivem em nosso tempo, também as dinâmicas e operações do poder sobrepõem-se nas mais diversas camadas. O poder que faz viver, que investe na vida, no prolongamento dela, alcança seu sucesso quando algumas camadas da população conseguem chegar a idades mais avançadas de modo saudável e produtivo. Entretanto, o mesmo “fazer viver” enfrenta problemas – como vimos aqui – quando viver demais passa a ser um peso para o Estado que diz não poder mais pagar as pensões, inventadas também para mitigar outras crises do capitalismo anterior. O poder que fez (e ainda faz) viver as populações convive com o poder que faz morrer, aquele que faz morrer os moradores das periferias das grandes cidades – seja pelas armas da polícia ou pela ausência de políticas e dispositivos públicos. O poder que “deixa morrer” estabelece uma idade mínima de aposentadoria que não alcança todos os estratos da população, elimina os investimentos na saúde, que deveria ser supostamente universal, inclusive para aqueles que não podem pagar pelos cuidados ainda mais necessários com o aumento da idade.

Não se trata de escolher quais velhos devemos salvar primeiro, ou que tipo de velhice merece mais atenção. Como bem apontou Deleuze, não cabe “perguntar qual o regime mais duro, ou o mais tolerável, pois é em cada um deles que se enfrentam as liberações e as sujeições” (p. 220). Bezerra Jr. (2000, p. 82) também exaltou o gesto do pensamento empregado por Foucault como um “exercício de liberdade”, e vislumbrou as faces que as práticas de resistências às formas de poder instituídas podem configurar, dando destaque principal àquelas possíveis de se estabelecer na esfera da vida subjetiva e no resgate da nossa capacidade de imaginação, que guarda potência em uma certa experiência do tempo que já não se estabelece (pelo menos não hegemonicamente) na nossa atualidade.

Ora, ser velho, ativo, dinâmico, autônomo não é grande trunfo para os aposentados das classes mais pobres que precisam ainda trabalhar, não por escolha própria, para manter o “espírito jovem”, mas porque, diante das provisões que recebem e da falta de serviços públicos, do preço pago pela cesta básica, necessitam trabalhar, muitas vezes no mercado informal, para complementar a renda e garantir sua própria sobrevivência. As avós que cuidam de seus netos durante o dia²⁹ não o fazem (somente) por amor ou como escolha de manter-se “ativas” e “dinâmicas”. Fazem principalmente porque suas filhas precisam trabalhar e não têm acesso a creches públicas ou não podem pagar pelos serviços privados. Essas avós certamente não são alvejadas pelos produtores das narrativas que circulam de modo hegemônico, a não ser quando servem ao roteiro de exaltação da “inovação” e da “criatividade” mercadológica. Personagens como Cleuza – a “vovó empreendedora” criadora de uma franquia milionária que “começou a empreender por necessidade” (REVISTA PEGN, 2016) e conseguiu fazer do seu empreendimento uma franquia de sucesso – tornam-se figuras excepcionais da nossa contemporaneidade: aquela que consegue administrar várias funções na

29 “No Reino Unido, cerca de uma em cada três mães em trabalho remunerado recebe ajuda dos avós. Pais e mães solteiros de origens do sul da Ásia também são particularmente propensos a contar com os avós para cuidar de crianças muito pequenas enquanto trabalham. É provável que os avós atuem como um ‘exército de reserva’”, preenchendo lacunas para atender às necessidades de cuidados infantis” (GRANDPARENTS PLUS, [s.d.]).

aposentadoria, sentindo-se completa e feliz. Narrativas que fazem ver, ao mesmo tempo em que deixam de lado, as regras das quais fogem essas exceções, das “empreendedoras” que se mantêm no limiar da sobrevivência, na informalidade, aquelas que não conseguiram alcançar o sucesso meritocrático de fazer crescer suas franquias e lucrar com elas.

Se, como pudemos perceber nesse percurso, nossa experiência com o tempo do futuro altera também aquilo que concebemos como velhice, estando a velhice atual colonizada por outros processos de subjetivação, mesmo que aparentemente libertários; aquilo que imaginamos para o futuro da nossa velhice, mais do que reflexo dos avanços das tecnologias e da totalidade do mundo das imagens, da responsabilização individual e da concorrência que suprime os sentimentos da coletividade, implica uma concepção atual da velhice que coloca o velho à mercê de sua própria sorte e responsabilidade. O futuro previsto e privatizado, além de transformar o papel da velhice na sociedade, também isola sutilmente essa velhice, enquadrando o seu possível sucesso às previsões da tecnociência e aos investimentos que cada um de nós fez ou deixou de fazer ao longo da vida, orientados pelo futuro enclausurado no presente antecipado.

Nesse sentido, tentar prever o futuro pode também não ser tão subversivo quanto imaginar e inventar uma sociedade inteiramente nova, diferente desta em que vivemos. Inventar um “futuro próximo”, como a casa inteligente do velho que se vê livre do asilo, pode, muito mais do que possibilitar outras ideias ou aproveitar a potencialidade das invenções, ser mero prolongamento do nosso presente. Nesse astuto movimento da serpente, até as ficções científicas de maior bilheteria parecem não passar de atualização ou intensificação de um presente no qual já vivemos. Parecem, mais do que nos fazer querer ir para um tempo que não esse, nos paralisar, tornando-nos estanques diante de uma distopia certa que já se anuncia no nosso agora.

Assim, em busca de “um pouco de possível”, o que o pensamento pode nos proporcionar como fôlego em um contemporâneo que nos sufoca? Aqui, queremos, como em cada gesto de pesquisa, cada gesto de leitura crítica do presente, ter sempre em mãos a

imaginação como estratégia de resistência. Imaginação como potência de preservação das virtualidades do que ainda está por vir, do que ainda está por ser inventado. Que possamos recuperar a ficção, a literatura, o pensamento como possibilidades imaginativas para além do futuro próximo, que, diante das mais diversas tecnologias preditivas, parece fechar possibilidades, enquadrando-se em um presente expandido, sem muitas chances de alteração ou de transformação. Imaginar possíveis velhices, possíveis formas de existência é também imaginar possíveis futuros. Criar um futuro para daqui a 800 mil anos, como em 1895, propôs George Wells (1966), é tentar pensar algo completamente diferente, completamente outro. Na Máquina do Tempo que deu título à obra, viajando pela quarta dimensão, foi possível para o viajante do tempo conhecer uma sociedade inteiramente distinta, inteiramente outra.

Esperamos que seja possível inventar uma terceira margem que não esteja à vista, que pareça tão inusitada (e por vezes incoerente) como a escolha do velho pai que monta sua canoa e vai para o rio, no conto de Guimarães Rosa (2001). Enquanto o curso segue e ele escolhe ficar, não seguir a corrente nem permanecer em uma margem prevista, ou na outra, desperta angústias, movimenta questões, levanta dúvidas e mobiliza sentimentos na família, nos filhos, no padre. Muitas foram as interpretações sobre os mistérios desse conto a respeito da terceira margem. Aqui, nos ateremos a entender como uma terceira margem, uma outra possibilidade para o fim da vida que não está escrita, que não está prevista, conseqüentemente, ainda não está também submetida a nenhuma lógica de poder, nem passada, nem contemporânea. Está ainda por ser inventada. E, nesse caminho, empunharemos a imaginação como arma de resgate do futuro, como arma de resgate da velhice. Nem a velhice passada nem o futuro passado, mas algo novo, um outro lugar para esse futuro, um outro lugar para essa velhice.

Referências

ADAMS, V.; MURPHY, M.; CLARKE, A. E. Anticipation: Technoscience, life, affect, temporality. *Subjectivity*, n. 28, p. 246-265, 2009.

ADAMS, Tim. 'My father had one job in his life, I've had six in mine, my kids will have six at the same time'. *The Guardian*, 29 nov. 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2IsU8x9>. Acesso em: 23 fev. 2023.

AGAMBEN, G. Intervenção no programa *Chiodo Fisso* da emissora de rádio Rai 3, em 25 de janeiro de 2019. Transcrição e tradução para o português feita por Vinícius Nicastro Honesko. Disponível em: <http://flanagens.blogspot.com/2012/01/o-futuro-segundo-giorgio-agamben.html>. Acesso em: 6 mar. 2023.

AGÊNCIA AFRICA. Vovloggers Itaú, 15 dez. de 2020. Disponível em: [facebook.com/watch/?v=2473533339621202](https://www.facebook.com/watch/?v=2473533339621202). Acesso em: 23 fev. 2023.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ARIÈS, Philippe. *Une histoire de la veillesse?* *Communications*, n. 37, 1983.

BÂ, Amadou Hampâté. *Amkoullel, o menino fula*. 2ª ed. São Paulo: Palas Athena: Casa das Áfricas, 2006.

BÂ, Amadou Hampâté. Confrontações culturais. *Revista Thot*, n. 80, São Paulo: Palas Athena, abril, 2004.

BAILEY, Melissa. As seniors go into twilight years, some of them privately mull 'rational suicide'. *The Washington Post*, 23 jun. 2019. Disponível em: <https://wapo.st/2Q1x8IO>. Acesso em: 6 mar. 2023

BAUMGARTNER, Natalie. Change Is The New Normal: How To Build A Resilient Workplace. *Forbes*, 22 mar. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2UeSCkk>. Acesso em: 23 fev. 2023.

BEAUVOIR, Simone de. *A velhice: a realidade incômoda*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BECK, U. *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I – magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 3a ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BENTHAM, Jeremy. O Panóptico ou a casa de inspeção. In: BENTHAM, J. et al. *O Panóptico*. Organização de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BEZERRA, B. A retomada do futuro: tempo e utopia na subjetividade contemporânea. In: SOUZA, S. J. E (Ed.). *Mosaico: imagens do conhecimento*. Rio de Janeiro: Ed. Rios Ambiciosos, 2000. p. 81–95.

BIRMAN, J. *O futuro de todos nós: temporalidade, memória e terceira idade na psicanálise*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 1994. (Série Estudos em Saúde Coletiva, n. 86).

BIRMAN, J. Terceira idade, subjetivação e biopolítica. *História, Ciências, Saúde – Manquinhos*, v. 22, n. 4, p. 1267–1282, 2015.

BLACK MIRROR. *San Junipero*. Roteiro: Charlie Brooker. Elenco: Gugu MbathaRaw, Mackenzie Davis. Produção: Rocky Bester, Laurie Borg, Charlie Brooker, Ian Hogan, Annabel Jones. Direção: Owen Harris. Reino Unido: House Of Tomorrow, 2016. Netflix. 61 min. Disponível em: <https://www.netflix.com/title/70264888>. Acesso em: 23 fev. 2023.

BOSI, E. *Memória & sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BRASIL. *Decreto n.º 9.274*, de 6 de setembro de 1884. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9274-6-setembro-1884-544017-publicacaooriginal-54827-pe.html>.

BRUNO, F. *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade*. Porto Alegre: Sulinas, 2013.

CABLELABS. The Near Future. A Better Place. Youtube, 7 ago. 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2wSmcCX>. Acesso em: 23 fev. 2023.

CAMPBELL, Charlie. China's Aging Population Is a Major Threat to Its Future. *Time*, 7 fev. 2019. Disponível em: <https://time.com/5523805/china-aging-population-working-age/>. Acesso em: 21 fev. 2023.

CARDOSO, H. R. Para que Serve uma Subjetividade ? Foucault , Tempo e Corpo. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, v. 18, n. 3, p. 343–349, 2005.

CAREPREDICT. CarePredict Launches AI-Powered Platform for Seniors Aging at Home, at CES 2019, 8 jan. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2WAopdS>. Acesso 23 fev. 2023.

CARLETON, W. M. *Over the hill to the poor-house*. Harper's Weekly: a journal of civilization, vol. XV, n. 755, New York, June 17, 1871. Disponível em: <http://common-place.org/wp-content/uploads/2017/03/17.2-Edelstein-1.jpg>. Acesso em: 10 nov. 2018.

CHANGE MY FACE. Lifestyle & ageing software, [s.d.]. Disponível em: <http://bit.ly/2WRL5Ck>. Acesso em: 6 mar. 2023.

CHAUÍ, M. Notas sobre utopia. *Ciência e Cultura*, v. 60, 2008.

CHAUÍ, M. Os trabalhos da memória. In: *Memória & sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das letras, 1987. p. xvii-xxxii.

COSTA, Marvin. FaceApp lidera lista de aplicativos mais baixados em todo o mundo entre usuários de dispositivos móveis. *TechTudo*, 10 ago. 2019. Disponível em: <https://glo.bo/2EXE6Z5>. Acesso em: 23 fev. 2019.

CRRARY, J. 24/7: capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

CRELIER, Cristiane. Expectativa de vida dos brasileiros aumenta para 76,3 anos em 2018. *Agência IBGE Notícias*, 28 nov. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/34S7WbV>. Acesso em: 9 fev. 2023.

CURRIER, Nathaniel. *The Life and Age of Man-Stages of Man's Life, from the Cradle to the Grave*, litografia, 1835-1856. Yale University Art Gallery. Disponível em: <https://art-gallery.yale.edu/collections/objects/45754>. Acesso em: 7 mar. 2023.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARWIN, C. *A Origem das Espécies*. São Paulo: Edipro, 2018.

DEBERT, G. G. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Edusp, 1999.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DFREE. *Live Life More Freely*, c2021. Disponível em: <https://www.dfreeus.biz/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

DIAS, Luigi. SEBRAE "Senhor Orientador", 2017. 1 vídeo (1 min 19 seg). Direção: Luigi Dias. *Vimeo*, 20 mar. 2017. Disponível em: <https://vimeo.com/209271634>. Acesso em: 23 fev. 2023.

DUNKER, Christian. Neoliberalismo e sofrimento psíquico. YouTube, 25 abr. 2016a. TV Boitempo. Disponível em: <http://bit.ly/2va5xKn>. Acesso em: 18 abr. 2019.

DUNKER, Christian. O neoliberalismo e seus normalopatas. *Blog da Boitempo*, 3 nov. 2016b. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/11/03/o-neoliberalismo-e-seus-normalopatas/>

EDELSTEIN, S. *Adulthood and Other Fictions: American Literature and the Unmaking of Age*. New York: Oxford University Press, 2018.

ELLIQ. The sidekick for healthier, happier aging, c2022. Disponível em: <https://elliq.com/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

EMPRESÁRIO de 68 anos cria startup de nova moeda virtual, 2017. 1 vídeo (5min 51seg). *Globoplay*. Disponível em: <http://bit.ly/2KEcBYw>. Acesso em: 20 out. 2018.

EU, Daniel Blake (no original: I, Daniel Blake). Direção: Ken Loach. Roteiro: Paul Laverty. Reino Unido, França, Bélgica, 2016.

EWALD, F. Insurance and risk. In: GRAHAM BURCHELL, COLIN GORDON, P. M. (Ed.) *The Foucault Effect: Studies in governmentality*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

FACEAPP. Most Popular Selfie Editor. Página inicial. Disponível em: <https://faceapp.com/app>. Acesso em: 25 dez. 2019.

FARAH, Paulo Daniel. Hampâtê Bâ leva oralidade africana ao papel. *Folha de S. Paulo*, 16 set. 2003. Disponível em: <http://bit.ly/ztSmhs5>. Acesso em: 19 fev. 2023.

FOUCAULT, M. *Ditos & Escritos V : Ética, Sexualidade, Política*. 3a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. Curso no Collège de France: 1978-1979. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População*: Curso dado no College de France (1977-1978). 1a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). 1a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. 20a ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999b.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*. 8a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GEORGE David Lloyd. Limehouse speech, de 30 jun. 1909. *Beers and politics*. Disponível em: <http://beersandpolitics.com/limehouse-speech>. Acesso em: 23 fev. 2023.

GEREVINI Isabella. As vantagens de contratar um senior. *Fifties +*, 16 fev. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2rCicrs>. Acesso em: 23 fev. 2023.

GRANDPARENTS PLUS. Grandparenting in Europe, [s.d.]. Disponível em: <http://bit.ly/34Y7R6R>. Acesso em: 6 mar. 2023.

GREAT BRITAIN. *The administration and practical operation of the poor laws*. Published by Authority. London: B. Fellowes, Ludgate street, 1834. Disponível em: <http://bit.ly/2KH05rj>. Acesso em: 16 ago. 2019.

HEGNA, Tom. Only YOU can Completely Remove Longevity Risk for Clients. YouTube, 21 dez. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2F15Jke>. Acesso em: 6 mar. 2023.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. Teoria crítica e literatura: a distopia como ferramenta de análise radical da modernidade. *Anu. Lit.*, Florianópolis, v.18, n. 2, p. 201-215, 2013.

HUXLEY, A. *Admirável mundo novo*. São Paulo: Globo, 2009.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *População idosa brasileira deve aumentar até 2060*, 27 jul. 2018. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=33875. Acesso em: 23 fev. 2023.

ITAÚ. DESAFIO DIGITAU: App Itáú. YouTube, 11 maio 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x3wkr8Ura1M>. Acesso em: 23 fev. 2023.

JARDIM, Simone Silva. ‘Velhice não é questão de idade; é falta de entusiasmo pela vida’. *Observatório da imprensa*, edição 792, 1 abr. 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2H4nQH6>. Acesso em: 16 ago. 2019.

KABWASA, Nsang O’Khan. El Eterno retorno: Em Africa la vejez es um momento privilegiado en el círculo inacabable de la vida. In: *El Correo de la Unesco*. Vejez: una edad para vivir. UNESCO, 1982. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000074723_spa.

KATZ, s. Thinking of age: Personal reflections on critical gerontology. *Journal of Aging Studies*, v. 22, n. 2, p. 140-146, 2008.

KATZ, s. Busy Bodies: Activity, aging, and the management of everyday life. *Journal of Aging Studies*, v. 14, n. 2, p. 135-152, 2000.

KATZ, s. *Disciplining Old Age: The Formation of Gerontological Knowledge*. Charlottesville and London: University Press of Virginia, 1996.

KEPLER Vision Technologies Monitors Elderly at Home: CES 2019. *Med gadget*, 18 jan. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/31Y5uA>. Acesso em: 23 fev. 2023.

KNOPLOCH, Carl. Idosos serão um quinto do planeta em 2050, diz OMS. *O Globo*, 30 set. 2015, 15:15. Disponível em: <https://glo.bo/2Qp2qZ9>. Acesso em: 6 dez. 2019.

KOSELLECK, R. *Futuro Passado: contribuição semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC, 2006.

KOSELLECK, R. *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*. Stanford: Stanford University Press, 2002.

KOZLOV, Victor. Recetas para vivir cien años: Una encuesta soviético-norteamericana sobre las regiones con centenarios. In: *El Correo de la Unesco*. Vejez: una edad para vivir, 1982.

LYON, David. *The electronic eye: the rise of surveillance society*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1994.

LONGEVITY Risk: My money or your life. *The Economist*, 23 ago. 2014. Disponível em: <https://econ.st/2RkzLVV>. Acesso em: 23 fev. 2023.

MACEIRA Rodrigo; CALIXTO, Natália. É hora de aposentar seu conceito de “velho”: dados e insights sobre os seniores do Brasil. *Think with Google*, mar. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2PziHM5>. Acesso em: 9 fev. 2023.

MACNICOL, J. *The Politics of Retirement in Britain, 1878-1948*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

MATURI. Nosso Manifesto, c2023. Disponível em: <https://www.maturi.com.br/historia#HISTORIA>. Acesso em: 23 fev. 2023.

MATURIJOBS. A Revolução da Longevidade chegou ao ESG e aos negócios, [s.d.]. Disponível em: <https://www.maturijobs.com>. Acesso em: 27 dez. 2019.

NOVA CARA. Manifesto Nova Cara da 3ª Idade. Youtube, 30 jul. 2013. Disponível em: <http://bit.ly/2XHGsM5>. Acesso em: 9 fev. 2023.

MARKUN, Paulo. Suicídio racional estaria aumentando entre os idosos nos EUA. Em tempo, *Blog Folha*, 11 jul. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2ZtZYEZ>. Acesso em: 6 mar. 2023.

MARTELLO, Alexandre. Previdência: capitalização vai assegurar aposentadoria de pelo menos um mínimo, diz governo. *G1*, 20 fev. 2019. Disponível em: <https://glo.bo/2Z7pbV1>. Acesso em: 21 fev. 2023.

MERCADO de segurança brasileiro conhecerá novas tecnologias e soluções integradas na ISC Brasil. *Veja*, 31 maio 2019. Disponível em: <http://bit.ly/31p5aKO>. Acesso em 18 jun. 2019.

MÉXICO. *Ordenanzas para el gobierno del hospicio de pobres de la Ciudad de C México en sus quatro departamentos*. De Orden Superior. México: Oficina de D. Mariano de Zuñiga y Ortiveros, 1806. Disponível em: <http://bit.ly/2N1TkSf>. Acesso em: 16 ago. 2019.

MILLER, Riel. *Transforming the future: anticipation in the 21st Century*. Paris, Unesco Publishing, 2018.

MINOIS, George. *History of Old Age*. Cambridge: Polity Press, 1989.

MOREIRA, Assis. BIS alerta para risco de longevidade. *Valor Econômico*, 16 ago. 2013. Disponível em: <https://glo.bo/353h39M>. Acesso em: 23 fev. 2023.

NASCHER, I. L. *The diseases of old age and their treatment*. New York: P. Blakiston's Son & Co., 1914.

NOVA PREVIDÊNCIA. Proposta da Nova Previdência é melhor para o Brasil. *Site oficial Nova Previdência*, 20 fev. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2t21C4K>. Acesso em: 23 fev. 2023.

NUTREN Senior. O que você quer ser quando envelhecer? YouTube, 8 ago. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2SvWNeV>. Acesso em: 23 fev. 2023.

ORTEGA, F. *O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PALMER, Annie. The AI that will tell you how your face will age: Olay reveals app that can analyze your skin from a selfie and show you how you'll look in 20 years. *Mail Online*, 10 jan. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/3ko2onu>. Acesso em 23 fev. 2023.

PEGN. Pequenas empresas & Grandes Negócios. Empresário de 68 anos cria startup de nova moeda virtual, 30 jun. 2017. 1 vídeo (5min 51seg). *Globoplay*. Disponível em: <http://bit.ly/2KEcBYw>. Acesso em: 23 fev. 2023.

PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade... In: BARROS, Myriam Moraes Lins de. (Org.). *Velhice ou terceira idade?* Rio de Janeiro: FGV, p. 69-84, 1998.

PETRUCCI, Max. A nova cara da terceira idade: Max Petrucci at TED. 1 vídeo (18m51s). TEDx Talks, Youtube, 16 dez. 2013. Disponível em <http://bit.ly/2QoDIF8>. Acesso em: 5 out. 2008.

PROPOSTA da Nova Previdência é melhor para o Brasil. *Site oficial Nova Previdência*, 20 fev. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2GhRKIb>. Acesso em: 11 abr. 2019.

PUNTE, Beatriz. Expectativa de vida sobe de 76,8 para 77 anos no Brasil, diz IBGE. *CNN Brasil*, 25 nov. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/expectativa-de-vida-sobe-de-768-para-77-anos-no-brasil-diz-ibge/>. Acesso em: 6 mar. 2023.

REFORMA da Previdência: proposta do governo incluirá capitalização, diz Paulo Guedes. *G1*, 8 jan. 2019. Disponível em: <https://glo.bo/2UCSpO6>. Acesso em: 19 fev. 2023.

REID, J. The disastrous and politically debased subject of resilience. *Development Dialogue*, v. 58. p. 67-80, 2012.

REVISTA EXAME. Chamada da Revista Exame, edição 1129, de 18 jan. 2017. Facebook: “Trabalhar para sempre. E sem drama. Cada vez mais aposentados estão descobrindo que não é preciso viver na praia para ser feliz depois dos 65. Saiba como chegar lá. Leia nesta edição de Exame”. Disponível em <http://bit.ly/2DaqZTM>, acesso em 9 de fev. 2023.

REVISTA PEGN. “Vovó empreendedora” cria franquia milionária cozinhando em casa. *Pequenas Empresas & Grandes Negócios*, 1 ago. 2016. Disponível em: <https://glo.bo/2t9gLAW>. Acesso em: 6 mar. 2023.

ROBERTSON, Katie. Why the World Needs to Rethink Retirement. *The New York Times*, 4 dez. 2018. Disponível em: <https://nyti.ms/2ZBAWpT>. Acesso em: 23 fev. 2023.

ROSA, J. G. *Primeiras estórias: João Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROSE, N. *Inventando nossos selfs: Psicologia, poder e subjetividade*. Petrópolis RJ: Vozes, 2011.

SAIS, Almir Pedro. *Dispositivo de velhice : uma analítica interpretativa*. 2011. 98 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SANZ, Cláudia Linhares. A fábula da câmera invisível na escola e o regime contemporâneo de imagens. *REVISTA ECO-PÓS (ONLINE)*, v. V.18, p. 119, 2015.

SANZ, Cláudia; FERREIRA, T. ; SOUZA, L. . Educação e Tecnologias da imagem: novas partilhas do olhar?. In: Gilberto Lacerda; Andrea Versuti. (Org.). *Educação, Tecnologias e Comunicação*. 1ed. Brasília: Viva, 2018, v. 1, p. 71-93.

SANZ, Cláudia. Futurity and re-timing contemporary education: from Brazil's educational reform to the international agenda. *Educação & Sociedade* (Impresso), v. 40, p. 1-17, 2019a.

SANZ, Cláudia. Future-se, porque quem faz o futuro é você: relações contemporâneas entre educação e responsabilização do porvir. In: DRAVET, F.; PASQUIER, F.; COLLADO, J.; CASTRO, G. (Org.) *TRANSDISCIPLINARIDADE e educação do futuro*. 1ed. Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Universidade Católica de Brasília, 2019b, p. 165-185.

SANZ, C. L.; PESSOA, M. Imagens do futuro: Risco e responsabilização na gerência neoliberal do amanhã. *Tempo Social*, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 257-277, 2020a. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2020.160462. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/160462>. Acesso em: 6 mar. 2023.

SANZ, Claudia Linhares; PESSOA, Mirella. Vigiar a velhice, vigiar o futuro: tecnologia, antecipação e governo de condutas. *Contemporânea*, v. 18, n. 2, p. 85-104, 2020b. DOI: <https://doi.org/10.9771/contemporanea.v18i2.33231>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/33231>. Acesso em: 6 mar. 2023.

SANZ, Claudia Linhares; PESSOA, Mirella. Nós, velhos de espírito jovem: risco e vigilância nos sentidos da velhice contemporânea. In: *VI Simpósio Internacional LAVITS: "Assimetrias e (In)Visibilidades: Vigilância, Gênero e Raça"*, 2019, Salvador, BA. Anais (online). Disponível em: http://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/Sanz_Pessoa-2019-LAVITSS.pdf.

SAUNDBY, Robert. *Old Age, Its Care and Treatment in Health and Disease*. London: Arnold Publication, 1914.

SD&C. Aspects of Instant Aging and Old Age Simulation, [s.d.]. Disponível em: <http://bit.ly/2XzWfUv>. Acesso em: 6 mar. 2023.

SD&C. Senior Suit, [s.d.]. Disponível em: <https://senior-suit.com/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

SEVERO, Leonardo. Sem previdência pública, Chile tem suicídio recorde entre idosos com mais de 80 anos. *Hora do Povo*, 18 ago. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2Fo1TaY>. Acesso em: 6 mar. 2023.

SHAW, G. B. *Back to Methuselah: A Metabiological Pentateuch*. London: Sovereign, 2018.

SKYCAPTIN5. SAMSUNG Bot Care Review CES 2019 for Health, Air & Business. YouTube, 9 jan. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2MMLuNC>. Acesso em: 23 fev. 2023.

SIBILIA, P. *O homem pós-orgânico: A alquimia dos corpos e das almas à luz das tecnologias digitais*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

SIBILIA, P. *Redes ou paredes: a escola em tempo de dispersão*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SIBILIA, P. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SILVEIRA, S. A. GOVERNO DOS ALGORITMOS. *Revista de Políticas Públicas*, v. 21, n. 1, p. 267–282, 2017.

SÍMBOLO para identificação de idoso não pode ser pejorativo, prevê projeto aprovado na CDH. *Senado notícias*, 25 abr. 2018, atualizada em 3 mai. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2uj7Tpg>. Acesso em: 23 fev. 2023.

SOUZA, Renata. Mundo chega a 8 bilhões de habitantes com população idosa em crescimento. *CNN*, 15 nov. 2022. Disponível em: [https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/mundo-chega-a-8-bilhoes-de-habitantes-com-populacao-idosa-em-crescimento/#:~:text=%E2%80%9CHOje%2C%20n%C3%B3s%20temos%201%2C,Estat%C3%ADstica%20\(IBGE\)%20Jos%C3%A9%20Eust%C3%A1quio](https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/mundo-chega-a-8-bilhoes-de-habitantes-com-populacao-idosa-em-crescimento/#:~:text=%E2%80%9CHOje%2C%20n%C3%B3s%20temos%201%2C,Estat%C3%ADstica%20(IBGE)%20Jos%C3%A9%20Eust%C3%A1quio). Acesso em: 11 abr. 2023.

TAKAHASHIT, Dean. Tech companies finally care about helping older people. *Venture beat*, 15 jan. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2KEnPfn>. Acesso em: 23 fev. 2023.

“TODO mundo consegue trabalhar hoje até 80 anos”, diz Rodrigo Maia. *Revista Fórum*, 8 fev. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/37cwoXd>. Acesso em: 7 dez. 2019.

TROLLOPE, Anthony. *The fixed period*. The Project Gutenberg eBook, 2008. E-Book. Não paginado. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/27067/27067-h/27067-h.htm>. Acesso em: 7 jan. 2019.

UM SENHOR estagiário (no original: The Intern). Direção: Nancy Meyers. Roteiro: Nancy Meyers. Estados Unidos: Waverly Films, 2015.

UNESCO. *El Correo de la UNESCO*. La Vejez: una edad para vivir, 1982. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000074723_spa.

VIECELI, Leonardo; MENON, Isabella. Brasil tem envelhecimento recorde, e pessoas de 65 anos ou mais chegam a 10,9% da população. *Folha de S. Paulo*, 27 out. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/10/brasil-tem-envelhecimento-recorde-e-pessoas-de-65-anos-ou-mais-chegam-a-109-da-populacao.shtml>. Acesso em: 2 nov. 2023.

WEISS, H. Longevity Risk: A Report on the Banality of Finance Capital. *Critical Historical Studies*, n. Spring 2018, p. 103–118, 2018.

WESTIN, Ricardo. Primeira lei da Previdência, de 1923, permitia aposentadoria aos 50 anos. *Senado notícias*, 3 jun. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/37folZL>. Acesso em: 23 fev. 2023.

WELLS, H. G. *The time machine: an Invention*. London: Heinemann Educational Books LTD, 1966.

WOLFF-MANN, Ethan. The downside to living longer: Running out of money. *Yahoo Finance*, 16 out. 2019. Disponível em: <https://yhoo.it/2tYpV3R>. Acesso em 6 mar. 2023.

THE WORKHOUSE. *An Act for the Amendment and better Administration of the Laws relating to the Poor in England and Wales*, 14 ago. 1834. Disponível em: <https://bit.ly/2HajW3>. Acesso em: 23 fev. 2023.

23ANDME. Find out what your DNA says about your health, traits and ancestry, c2023. Disponível em: <http://bit.ly/2WtIrcM>. Acesso em: 7 mar. 2023.

Título Faces do futuro: imagens da velhice no regime de visibilidade contemporâneo

Autoria Mirella Ramos Costa Pessoa

Formato *E-book* (PDF)

Tipografia Tisa Pro (texto), Apparat (títulos)

Desenvolvimento Editora UFPE



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife-PE
CEP: 50740-530 | Fone: (81) 2126.8397
editora@ufpe.br | editora.ufpe.br



PROGRAD
PRÓ-REITORIA
DE GRADUAÇÃO